

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL
MESTRADO PROFISSIONAL**

**POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE DOAÇÕES EM
ACERVOS PARTICULARES A SEREM INCORPORADOS ÀS
BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, RS.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Fernando Leipnitz

**Santa Maria, RS
2017**

Fernando Leipnitz

**POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE DOAÇÕES EM
ACERVOS PARTICULARES A SEREM INCORPORADOS ÀS
BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, RS.**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Patrimônio Cultural – Mestrado
Profissional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para a
obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Rosa Borin

**Santa Maria, RS
2017**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Leipnitz, Fernando
Política de avaliação e seleção de doações em acervos particulares a serem incorporados às bibliotecas da Universidade Federal de Santa Maria, RS / Fernando Leipnitz.- 2017.
202 f.; 30 cm

Orientador: Marta Rosa Borin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2017

1. Patrimônio cultural 2. Bibliotecas 3. Coleções especiais I. Borin, Marta Rosa II. Título.

Fernando Leipnitz


**POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE DOAÇÕES EM
ACERVOS PARTICULARES A SEREM INCORPORADOS ÀS
BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, RS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural – Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Aprovado em 05 de Maio de 2017.



Marta Rosa Borin, Dr^a (UFSM)
(Presidente/orientadora)



Maria Medianeira Padoin, Dr^a (UFSM)



Maria do Rocio Fontoura Teixeira, Dr^a (UFRGS)

**Santa Maria, RS
2017**

El patrimonio es el legado que recibimos del pasado, lo que vivimos en el presente y lo que transmitimos a las futuras generaciones.

(Isidro Fernández-Aball)

RESUMO

POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE DOAÇÕES EM ACERVOS PARTICULARES A SEREM INCORPORADOS ÀS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, RS.

AUTOR: Fernando Leipnitz
ORIENTADORA: Marta Rosa Borin

Este trabalho, ao provocar o diálogo entre a biblioteca particular e a biblioteca universitária, propõe uma política de aquisição e gerenciamento de coleções particulares. Propõe um modelo de contrato de doação de acervos particulares às bibliotecas da Universidade Federal de Santa Maria. Para tanto, na fundamentação da construção do produto, utiliza-se a metodologia analítico-comparativa para explicar o conceito de coleções especiais, exemplificando algumas universidades que fazem a guarda de acervos particulares em suas várias caracterizações, e tipos de gestão aplicados a estas coleções. Discute a importância do desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias com ênfase na avaliação e seleção de livros recebidos em doação. Debate a institucionalização de acervos bibliográficos privados em universidades procurando elencar as variadas questões que precisam ser estudadas para que se possa efetivar tal processo. Como resultado da análise, propõe uma política de avaliação e seleção de obras bibliográficas recebidas em doação, listando critérios que orientam as formas para o recebimento e o tratamento técnico do material. Ainda, orienta sobre a importância da análise da biografia do doador quando se tratar de uma coleção particular recebida no todo. Devido a pertinência deste estudo e a complexidade da incorporação de bibliotecas particulares em bibliotecas universitárias, fez-se necessário elaborar uma proposta de contrato de doação para que a Universidade Federal de Santa Maria possa receber acervo particular que atenda às questões de propriedade e direitos de uso para tornar públicas as obras para a pesquisa.

.

Palavras-chave: patrimônio cultural. bibliotecas. coleções especiais

ABSTRACT

EVALUATION POLICY AND SELECTION OF DONATIONS IN PARTICULAR COLLECTIONS PURPOSES TO BE INCORPORATED TO LIBRARIES OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA, RS.

AUTOR: Fernando Leipnitz
ORIENTADORA: Marta Rosa Borin

This work, by causing the dialogue between the private library and the university library, to propose an acquisition and management of private collections policy and a model contract for the donation of private collections to the libraries of the Federal University of Santa Maria. To do so, is used the analytical-comparative methodology to explain the concept of special collections, exemplifying some universities that guard private collections in their various characterizations, and types of management applied to these collections. It discusses the importance of the development of collections in university libraries, with emphasis on the evaluation and selection of books received in donations. Debate the institutionalization of private bibliographic collections in universities seeking to list the various issues that need to be studied in order to be able to effect such a process. As a result of the analysis, it proposes a policy of evaluation and selection of bibliographical works received in donation, listing criteria that guide the reception and technical treatment of the material. Also, it guides the importance of the analysis of the biography of the donor when a whole particular collection is received. Due to the relevance of this study and the complexity of the incorporation of private libraries in university libraries, it was necessary to prepare a proposal of donation contract so that the Federal University of Santa Maria can receive private collections that deals with property and rights issues and make it public for research.

Keywords: cultural heritage. libraries. special collections

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
APRESENTAÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	16
2.1 A cultura e o patrimônio	16
2.2 Breve história do livro	18
2.3 O livro no Brasil	27
2.4 Biblioteca: lugar de memória	39
2.5 Biblioteca Universitária e a Biblioteca Particular: um diálogo	48
3 O COLECIONISMO	53
3.1 O colecionador bibliográfico	60
3.2 As bibliotecas particulares	64
4 AS UNIVERSIDADES E AS BIBLIOTECAS.....	72
4.1 A Universidade Federal de Santa Maria e suas bibliotecas.....	80
4.2 A gestão das coleções nas Bibliotecas da UFSM.....	85
4.3 A questão da doação de bibliotecas particulares às bibliotecas da UFSM .	91
4.4 Considerações prévias sobre a incorporação de bibliotecas particulares ..	93
5 BIBLIOTECAS PARTICULARES EM UNIVERSIDADES: AS COLEÇÕES ESPECIAIS	95
5.1 Coleções especiais em universidades: alguns exemplos.....	107
5.1.1 Universidade de Campinas (UNICAMP).....	108
5.1.2 Universidade de São Paulo (USP)	112
5.1.3 Universidade Estadual Paulista (UNESP)	114
5.1.4 Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS)	119
5.1.5 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	121
5.1.6 Universidade Pontifícia Católica do RS (PUC-RS).....	122
5.2 Notas sobre a institucionalização de bibliotecas particulares.....	125

6. PRODUTO: POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO	133
6.1 A importância da avaliação e seleção de acervos recebidos em doação .	145
6.2 Proposta de Contrato de doação de acervos bibliográficos	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERENCIAS.....	167
APENDICE A - POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE DOAÇÕES EM	180
APENDICE B – CONTRATO DE DOAÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO .	197
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE CONSULTA	201

APRESENTAÇÃO

O ser humano possui diversas motivações para guardar objetos. Acumular livros e formar bibliotecas particulares é um deles. Uma pessoa pode formar um acervo pela necessidade de dar suporte à atividade que desempenha assim como pode formar uma biblioteca apenas de fruição, de literatura ou arte, por exemplo. Esta biblioteca pode auxiliar o desempenho de uma atividade de trabalho ou ser um local de recolhimento. Estes acervos bibliográficos privados representam parte da vida de seus proprietários pois as escolhas das obras mostram suas preferências, a construção de seu pensamento e através destes conteúdos, uma parte da maneira como interagi com o mundo. Além disso, as bibliotecas pessoais muitas vezes, colecionam obras de valor importante não encontradas facilmente em outras bibliotecas de acesso público, por tratarem-se de edições antigas, esgotadas ou mesmo muito caras, portanto em muitos casos, edições consideradas especiais.

As bibliotecas particulares, ao longo da história, mostraram-se como importantes espaços de preservação não somente de obras bibliográficas, mas de importantes registros de épocas. São muitos os exemplos de obras que contribuíram para o enriquecimento das coleções das bibliotecas universitárias. Aqueles que podiam colecionar livros desejavam ter a seu dispor um acervo que lhes dessem acesso ao conhecimento registrado e, com isso, embasar suas escolhas ou mesmo, ter perto de si, obras que consideravam importantes para trilhar seu caminho de vida. Quando a partir do final da Idade Média as bibliotecas universitárias, como parte da laicização do conhecimento, abriram suas portas aos estudantes, tornava-se cada vez mais importante possuir um cabedal de informações que servissem àqueles que buscavam compreender e mudar o mundo.

As pessoas e as instituições têm apreço pelos acervos bibliográficos que detêm. Aqueles que possuem bibliotecas, muitas vezes constroem sua coleção ao longo de muitos anos e por estes têm grande afeto. Em determinadas situações de vida, esses acervos pessoais podem vir a ser encaminhados para que uma instituição faça a guarda, garantindo com isso melhores condições de

armazenamento, preservação e revalorização através de seu uso. Espera-se, desta forma, que por vontade do próprio colecionador, ou de seus herdeiros e familiares, que havendo o encaminhamento por doação de sua coleção a uma instituição para que esta faça a guarda, que tenha condições de fazer uma adequada gestão, declinando cuidado e zelo a essa coleção que transfere, assim como o próprio colecionador também dedicou a ela.

Se desde a Idade Moderna alguns exemplos, elencados neste trabalho, mostram o encaminhamento de bibliotecas particulares para as universidades, hoje este movimento ocorre novamente. A intencionalidade dos doadores naquele tempo pode ter sido a preservação de suas obras por uma instituição onde ela seria devidamente cuidada, uma vez que o livro era um objeto caro e em muitos exemplos, verdadeiras obras raras que estes poucos puderam ter em suas residências. Hoje, após a vulgarização do suporte em papel, o movimento mostra uma nova intencionalidade de encaminhamento de bibliotecas particulares para que uma instituição faça a guarda. Com o advento de tecnologias e mudanças em relação à importância dos livros, alguns colecionadores veem suas bibliotecas à mercê do esquecimento e vislumbram que instituições possam dar-lhes nova vida através da valorização da pesquisa.

Quando ocorre a vontade manifesta ou provocada da doação de uma biblioteca particular para que uma instituição faça a guarda, é preciso que haja confiança que aquela coleção seja cuidada de maneira profissional permitindo seu uso, mas principalmente sua preservação. Da mesma forma, aquele que recebe a doação para administrá-la, precisa ter clara a maneira de como irá fazê-lo e das condições para cumprir com a confiança depositada. Sendo assim, facilita em muito que a instituição que pretende ser a depositária e gestora de um acervo particular se utilize de documentos que estabeleçam os critérios de avaliação, as responsabilidades que envolvem o acervo que receberá e com isso tornando claro o acordo entre o doador e o donatário.

Tanto aqueles que doam seus acervos como a instituição que se dispõe a recebê-los, tratá-los, fazer a guarda e disponibilizá-los para consulta e pesquisa, precisam estar cientes de como isso será feito, de maneira que ocorra entendimento entre as partes. Acervos bibliográficos de particulares, coleções pessoais de livros ou bibliotecas particulares para serem incorporadas

ao acervo de uma instituição precisam passar pelas etapas de avaliação, seleção, definição dos recursos financeiros e humanos envolvidos, catalogação, definição do tipo de coleção a qual fará parte, o tipo de acesso que será permitido a esta coleção, a garantia da segurança da guarda, a preservação física dos suportes, as decisões sobre desbaste, ou seja, que estejam estabelecidos as responsabilidades na gestão deste material e como isto será realizado.

Sendo a Universidade Federal de Santa Maria um importante centro de pesquisa e ensino; e visto que, na cidade há muitas personalidades que fizeram sua formação ou trajetórias locais, regionais ou mesmo nacionais a partir desta universidade, a instituição deveria, com as condições administrativas que se fazem necessárias, fazer a guarda de acervos bibliográficos particulares, incorporá-los e disponibilizá-los à pesquisa seguindo critérios estabelecidos. Além disso, como a primeira interiorização do ensino superior público no Brasil e localizada em importante região do Estado do RS, pode contribuir muito para o registro da história.

Desta forma, as bibliotecas da Universidade Federal de Santa Maria para receberem acervos particulares por doação devem possuir uma política e por consequência as normativas que assegurem àqueles que desejem encaminhar suas coleções particulares à UFSM o devido cuidado com que serão tratadas suas coleções. Tal regulamentação garantirá aos doadores que uma incorporação ocorrerá com maior tranquilidade gerando com isso uma contribuição do doador para a melhoria da qualidade dos materiais informacionais das bibliotecas da instituição e ampliar os campos de pesquisa científica.

As bibliotecas particulares podem conter coleções de qualidade inimaginável e potencialmente úteis à pesquisa pela comunidade acadêmica, além disso, há a possibilidade de serem recebidas obras esgotadas e edições raras, tão difíceis de serem adquiridas através do processo de compra do setor público, que poderiam ingressar nos acervos das bibliotecas da UFSM, o que melhoraria consideravelmente a qualidade de suas coleções e facilitaria assim aos pesquisadores o acesso a esses materiais. Por outra parte, a UFSM teria maior prestígio social e visibilidade científica.

Para tanto, registre-se ainda que a UFSM dispõe, para além de interessados no estudo das obras, profissionais de várias áreas do conhecimento que garantem a qualidade para a gestão e o cuidado dessas coleções. Arquivistas, Bibliotecários, Historiadores, apenas para citar alguns, teriam maior campo de pesquisa e um maior espectro de atuação para o desenvolvimento de suas habilidades e consequente qualificação na gestão e no cuidado da manutenção de acervos tão importantes proporcionando segurança no tratamento desses acervos e divulgação dos mesmos à comunidade.

A UFSM até a data deste projeto encaminhado ao Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural não possuía estudos que contribuíssem para a gestão deste tipo de coleções, mostrando carência de entendimento sobre o tema e ausência de diretrizes que orientassem as práticas. Motivado pela demanda de doações que são oferecidas à UFSM foi proposto o projeto de mestrado em Patrimônio Cultural intitulado “*Política de avaliação e seleção de doações: uma proposta para aplicação na análise de acervos particulares a serem incorporados às bibliotecas da Universidade Federal de Santa Maria*”. Procurou-se desta forma, através de um produto agregar conhecimentos que sirvam ao atual momento das bibliotecas da UFSM somando saberes aos fazeres da instituição e ampliando o tema dentro das Bibliotecas, das Coleções Especiais.

Com o produto desta dissertação espera-se contribuir com as bibliotecas da UFSM, para que a discussão suscite um olhar sobre o assunto e os profissionais das bibliotecas tenham em mãos condições que facilitem a tomada de decisão sobre o tema. Ao produzir uma proposta de política de incorporação de acervos particulares recebidos por doação procura-se fornecer subsídios para a construção de documentação específica que seja adotada uma *Política de avaliação e seleção de doações em acervos particulares a serem incorporados às bibliotecas da Universidade Federal de Santa Maria, RS*.

A necessidade deste tipo de estudo mostrava-se urgente devido alguns interesses manifestos de doação, mas a ausência de condições de como lidar com o assunto não permitia que acervos particulares fossem incorporados às Bibliotecas da UFSM. Mediante o estabelecimento destes documentos que

nortearão a incorporação de uma doação particular aos acervos da UFSM, este processo passaria a ser institucionalizado e favorecerá que ocorra clareza quanto ao encaminhamento de coleções à UFSM. Com isto estar-se-ia fomentando nos doadores o interesse em ter a Universidade como fiel depositária de Coleções Especiais de acervos bibliográficos particulares.

A UFSM precisa ter uma política que trate da importância dos livros como documentos e como agentes do patrimônio cultural, e organizar-se para identificar coleções que possam engrandecer suas áreas de pesquisa e a qualidade de seus acervos. Ocorre uma necessidade de valorização do livro enquanto objeto histórico, artístico e sua relevância social na contribuição para o crescimento dos saberes e a melhora nas relações humanas. Neste sentido, esta dissertação procura fazer o cruzamento e a interconexão de vários eixos. Necessitava apresentar uma breve história do livro e um relato de sua história no Brasil e na sequência, as bibliotecas como lugares de memória.

Como nesta dissertação propõe-se um diálogo entre dois diferentes tipos de bibliotecas, a particular e a universitária, mostrou-se necessário em primeiro lugar trazer as motivações do colecionismo e fixar-se em seguida, no aspecto do colecionismo bibliográfico, mostrando as lógicas de um acumulador e do bibliófilo para chegar enfim ao conceito daquele que constrói sua biblioteca particular. O tema estendeu-se porque a bibliografia apresentava sinonímias e poderia causar confusão caso generalizasse este conceito e buscou-se apresentar as motivações do colecionismo identificando o fator de formação de uma biblioteca particular.

Em seguida, a segunda tipologia de bibliotecas é apresentada, a Biblioteca Universitária. Como vetores de suporte no desenvolvimento humano através de estudo e pesquisa, as bibliotecas universitárias receberam um capítulo introdutório que trata das instituições mantenedoras trazendo um breve histórico geral e seu recente desenvolvimento no Brasil. Após este tópico, foi apresentada a Universidade Federal de Santa Maria e suas bibliotecas localizando os contextos de atuação que o produto desta dissertação pretende oferecer uma proposta de gestão. Foi observado o olhar dos profissionais das bibliotecas sobre o recebimento de doações de acervos particulares nas bibliotecas da UFSM, suas impressões sobre o tema e discutindo a

necessidade do estabelecimento de planos de gestão de coleções formalizados.

Se na história das bibliotecas universitárias se conhece que as doações de particulares funcionaram como fomentadoras na melhoria de acervos, nos dias atuais este movimento das bibliotecas particulares em direção às universidades ocorre novamente, porém, exige-se uma maneira clara do “como fazer” a gestão de coleções dessa natureza em um ambiente público, uma vez que a revalorização desses acervos somente ocorre através do acesso público em acervos privados carregados de identidade de seu anterior possuidor.

Por isso, o capítulo cinco traz uma análise sobre como se dá nos dias de hoje, a institucionalização de um acervo privado em uma universidade. Este capítulo discute formas de institucionalização adotadas em algumas universidades elencando exemplos e procurando ilustrar o amadurecimento da gestão para que isso possa ocorrer, as definições sobre como estas coleções particulares ao passarem a serem tratadas como coleções especiais em uma universidade serão tratadas, acessadas e preservadas. Procura fazer o enlaçamento destas caracterizações analisando as formas de como se daria este movimento de retorno nos dias atuais, das bibliotecas particulares às bibliotecas de uma universidade apresentando então, os pontos a serem levados em consideração para a elaboração de uma política que permita essa institucionalização acontecer.

A decorrência dessa construção aponta então para o capítulo onde é elaborada a proposta de política que contribuirá para a melhoria dos processos de avaliação e seleção de coleções particulares bem como a gestão destas às bibliotecas da UFSM. A partir dessas correspondências, busca alinhar as necessidades a serem observadas baseadas em ampla bibliografia que discute o Desenvolvimento de Coleções e busca olhar as bibliotecas particulares e resultar com esse estudo um produto que traga clareza no entendimento destas questões, como as definições dos critérios, as responsabilidades envolvidas e os recursos comprometidos na sua efetivação, mostrando assim, uma maior clareza de como receber e tratar este tipo de coleção que se pretende institucionalizar na Universidade Federal de Santa Maria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este capítulo, introduz uma discussão sobre a cultura, a memória e a identidade, para explicar o patrimônio cultural e apresenta os livros e as bibliotecas como objeto deste trabalho. Um histórico sobre os livros, as bibliotecas como lugares de memória e os tipos de bibliotecas particulares e universitárias serão analisados para compor um diálogo entre as suas diferentes naturezas.

Contextualiza o tema da cultura, utilizando-se a memória e a identidade para fornecer subsídios de valor às objetificações deste patrimônio e sua importância quanto ao sentido de pertencimento na sociedade. Inicia-se a discussão para promover um olhar para os assuntos que virão na sequência, quando os livros e as bibliotecas serão protagonistas como objetos deste patrimônio e de sua relevância social.

Ao final deste capítulo são apresentadas as duas tipologias de bibliotecas que se procura interconectar nesta dissertação, provocando a retomada da migração histórica de acervos particulares para acervos de instituições de ensino superior.

2.1 A cultura e o patrimônio

A vida em sociedade deixa suas marcas. As inter-relações sociais produzem símbolos e constroem através do tempo representações em cada época. Viver em sociedade significa viver a cultura, hábitos, costumes e padrões criados ou reproduzidos, identificadores do homem como ser social. Keesing (1961, p. 49) diz que:

A cultura, no sentido mais amplo, é o comportamento cultivado, isto é, a totalidade da experiência adquirida e acumulada pelo homem e transmitida socialmente, ou ainda, o comportamento adquirido por aprendizado social.

Estes comportamentos não ocorrem de maneira desordenada (Keesing, 1961, p. 60), pois as manifestações representativas buscam uma forma ou

estrutura “reconhecível”. Ao ocorrer uma adaptação aos moldes existentes a cultura permanece estável. Kroeber (1993) concorda neste aspecto com Keesing (1961), pois afirma que a caracterização essencial de uma cultura são seus padrões de atuação e funcionamento nas relações humanas e como elas atuam na reprodução de modos potenciais de viver em sociedade.

Mesmo fazendo-se essa distinção entre cultura e sociedade, é impossível separar cultura de sociedade, afinal o homem, segundo Laraia (2009, p. 45) “é o resultado do meio cultural em que foi socializado” e sendo herdeiro de um processo acumulativo de experiências em sociedade, as produções da vida social proporcionam reconhecer e se reconhecer como parte de uma cultura.

Uma cultura, assim, representa e é representada por elementos que ficam na memória de seu povo, e para isso se utilizam os símbolos. Essa memória diz Pomian (2000, p. 507-508), é “em primeiro lugar uma faculdade de conservar os vestígios do que pertence já em si a uma época passada” e também aquilo que permite a um ser vivo remontar no tempo e relacionar-se, mantendo-se no presente, com o passado: conforme os casos, exclusivamente com o seu passado, com o da espécie, com o dos outros indivíduos.

Para permanecerem no tempo desta memória coletiva estes símbolos ficam de herança através de gerações. Estes símbolos vêm a ser o Patrimônio Cultural, entendido como “todo e qualquer testemunho do fazer humano que tenha caráter memorial e de pertencimento para uma sociedade” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2015). Pertencer leva a pensar no identificar-se, no que Pesavento (2008, p. 89) chama atenção: “a identidade é uma construção simbólica de sentido”, afinal ela organiza um sistema compreensivo a partir desta ideia de pertencimento.

O sentimento de identidade [...] é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 5).

Quando o tecido da memória e da identidade estão suficientemente constituídos, suficientemente amarrados, nos diz Pollak (1992, p. 7), as questões externas ao grupo, os problemas colocados pelos outros grupos não

chegam a provocar uma necessidade de “rearrumações”, pois as identidades coletivas e individuais estão interligadas em teias de sentidos que as representações têm a força para este sentimento de identificação de pertencer a um grupo. Para Lemos (1987, p. 32), “são tantos os patrimônios quantos são as inúmeras compartimentações da sociedade e seus interesses”.

Neste sentido, o desejo de construção de uma biblioteca em uma dada sociedade significa que ela oferece espaço para a manifestação cultural e, conseqüentemente, formação de identidades e construção do conhecimento, pois, acervos bibliográficos fornecem acesso à informação para a circulação das ideias. As bibliotecas guardam representantes importantes do conhecimento registrado e que expressam os registros de um povo, a memória de uma sociedade e a construção de sua própria história, diz Martins (1998).

2.2 Breve história do livro

Martins (1998, p. 17-19) diz que um fator distinto do homem frente aos animais é sua capacidade de abstração e o desenvolvimento da linguagem que o permitiu as ideias e suas conexões, com isso a arquitetura de seu pensamento consegue ampliar seus conhecimentos. A comunicação entre grupos é considerada um fato social importante na história porque uma sociedade necessita de formas de linguagem para que ocorra interação e troca. Ao mesmo tempo que a linguagem surge para propiciar esta comunicação, ela que estabelece propriamente dito, uma sociedade (MARTINS, 1998, p. 24).

Parte importante da linguagem é a criação de sinais e marcas da expressividade que um grupo viria a utilizar para representar o que queria dizer. Desta forma, os sistemas simbólicos surgiram para representar graficamente a fala humana. Discutível pensar se houve uma invenção propriamente da escrita pois a necessidade de expressão levou o homem a recorrer “a engenhosos arranjos de objetos simbólicos ou a materiais, nós, entalhes, desenhos” (HIGOUNET, 2003, p. 9) para efetuar essa manifestação.

A invenção da escrita está estreitamente ligada à organização das sociedades mais complexas, nas quais as necessidades administrativas e econômicas supõem uma perenidade da

documentação, ultrapassando o estado da oralidade. (BARBIER, 2008, p. 27).

A linguagem visual utilizou inicialmente desenhos, migrando para símbolos fonéticos e posteriormente chegou-se ao alfabeto, mas a história da escrita mostra que um sistema de escrita não evoluía sozinho, sempre aproveitava soluções encontradas por outros sistemas para melhorar sua própria comunicação.

Neste sentido, Chartier (2014) diz que mesmo existindo várias definições de cultura, opta pela articulação das produções simbólicas e experiências estéticas, pois representam as urgências da vida cotidiana. Sejam a linguagem, os rituais, as condutas, pois refletem a relação do homem em comunidade, com o mundo, e deste consigo mesmo.

Assim, “a escrita faz de tal modo parte de nossa civilização que poderia servir de definição dela própria” e por isso a “história da escrita se identifica com a história dos avanços do espírito humano” (Higounet, 2003, p.10), talvez por ser o “mais perfeito e menos obscuro” dos sistemas de linguagem visual (Martins, 1998, p. 33).

A escrita é muito mais do que “a pintura com a voz” como queria Voltaire. Tornou-se a suprema ferramenta do conhecimento humano (ciência), agente cultural da sociedade (literatura), meio de expressão democrática e informação popular (a imprensa), e uma forma de arte em si (caligrafia), para mencionar algumas manifestações. (FISCHER, 2009, p.10).

Na história da escrita, segundo Martins (1998, p.59-63), os três reinos da natureza foram usados como suportes. Do mineral foram usadas: pedras, mármore, tabletas de argila, de bronze, de chumbo, ouro, prata, cerâmica; do reino vegetal: cascas de árvores, tabletas de madeira in natura ou recoberta por cera que podia ser removida e reutilizada, folhas de palmeiras, oliveiras, linho e a evolução da técnica de produção de tiras maceradas do papiro tornou-se um artefato leve que mostrou ser uma grande vantagem material quanto ao sistema das pesadas tabletas de argila da Mesopotâmia, segundo Fischer (2009).

Sabe-se, como ilustração, que além dos usos localizados de suportes diferentes para a escrita, outros fatores influenciaram o desenvolvimento de

técnicas em função da necessidade de material para os registros. Na cidade de Pérgamo (Itália) ocorreram melhorias da técnica e a intensificação da produção do pergaminho, embora haja outros povos da Ásia que teriam usado peles de animais como suporte para a escrita, assim como os hindus e budistas que nunca admitiram usar a técnica por respeito aos animais.

Do reino animal o pergaminho intensificou-se como recurso à escassez do papiro mas também há registros de inscrições em marfim, intestinos de animais e ossos. Higounet (2003, p. 16), relata ainda a ocorrência para a escrita do uso de ossos de camelo entre os árabes e cascos de tartaruga entre os chineses. A ordem de utilização dos materiais não obedece a uma cronologia bem definida, pois o diferente conhecimento sobre técnicas que os povos possuíam coloca o uso destes materiais contextualizados em cada região e seu desenvolvimento histórico.

Como exemplo, lemos que quando Ptolomeu Epifânio desejando combater a Biblioteca de Pérgamo criada por Eumênio II (197-158 a.c.) e que concorria com a Biblioteca de Alexandria, no Egito, proibiu a exportação de papiro. Desta forma, Fischer (2009, p. 210), conta que Eumênio II incentivou o desenvolvimento de técnicas de afinar, esticar e secar a pele de ovelhas e cabras para dar conta da demanda por matéria prima para a escrita chegando a substituir o papiro na Europa Ocidental. Além do aumento da produção também ocorreu o reuso do pergaminho (palimpsesto) em função da falta de material para o registro da produção escrita.

Importante lembrar, portanto, que o conceito de biblioteca é anterior ao livro e ao papel, pois antes de existir o formato atualmente conhecido do livro encadernado em papel, existiram bibliotecas minerais, vegetais e animais, conta Martins (1998, p. 71). Bibliotecas da antiguidade, como a da Mesopotâmia e a de Nínive, guardavam a maior parte da escrita em tabletas revestidas de cera e de argila; os rolos de papiro (volumen) que formaram o grandioso acervo de Alexandria chegaram até as bibliotecas gregas e aos mosteiros medievais (rolos e códices). Ainda raros, segundo Fischer (2009, p. 115), eram as folhas avulsas ou atadas (biblói em grego e libri em latim) que formavam acervos de registros, fossem de controles contábeis, documentos administrativos, listas de mercadorias, nomes de pessoas ou orações.

O período entre o século V e o século XI, o livro escrito estivera confinado ao mundo dos bispos, pois a “Igreja sucede o Império Romano assegurando a transmissão da cultura greco-latina” segundo Barbier (2008, p. 78) e as grandes bibliotecas estão instaladas em monastérios e escolas catedrais. Uma mudança significativa também começa a se modificar neste período, a leitura.

O espanto de Santo Agostinho testemunhando a leitura silenciosa de seu professor Santo Ambrósio, decorria do fato de que, bem adentrados os primeiros séculos d.C. na Europa Ocidental, as pessoas liam em voz alta. A literatura era principalmente auxiliar da memória, recordando o que já se tinha ouvido em algum lugar. Os textos literários eram quase que exclusivamente entoados como um canto, ou, pelo menos, murmurados para meditação e melhor memorização. A leitura silenciosa era praticamente desconhecida. [...] Isso mudou na Idade Média. A leitura silenciosa praticamente substituiu a leitura em voz alta, efetivamente demarcando o primeiro dos dois limiares medievais – um dentro, outro fora, dessa época notavelmente fértil que durou de 500 d.C. A 1500 d.C. O espanto de Santo Agostinho ao ver seu professor lendo silenciosamente para si mesmo um texto, simbolicamente sinaliza uma nova noção do papel da escrita na sociedade como forma autônoma de transmitir informação. [...] Na Idade Média, a palavra escrita parece ter se tornado o próprio pensamento. [...]. A noção de que agora a linguagem escrita estava ao par com a linguagem falada tornou-se um postulado, e era fundamental para todo o pensamento medieval. (FISCHER, 2009, p; 209-210).

Belo (2008), lembra também que seguidas modificações na leitura estão aliadas à evolução do suporte físico da escrita.

Os rolos, chamados em latim, volumem, eram lidos horizontalmente, da esquerda para a direita. A sua forma pressupunha uma postura do leitor radicalmente diferente daquela que hoje nos é familiar: As duas mãos ficavam ocupadas com a tarefa de desenrolar e segurar o rolo; a porção de texto visível a cada momento da leitura era relativamente pequena e a operação de avançar ou recuar no texto para lembrar certas frases ou comparar trechos distantes não era cômoda. [...] Assim, quando o códice se generalizou e substituiu lenta, mas, definitivamente, o rolo, ele trouxe consigo uma série de novos hábitos intelectuais e posturas corporais. Por um lado, o corpo do leitor ficou mais livre para manusear o livro e tirar apontamentos durante a leitura. Por outro, possibilidade de avançar ou recuar livremente, folheando o livro, passou a permitir comparações ágeis entre seções, contribuindo para o aparecimento da paginação, para a criação de índices e para o estabelecimento de comparações entre as diversas partes da obra. Essa foi uma das razões por que o novo formato se desenvolveu rapidamente entre as comunidades cristãs: ele era muito adaptado à consulta e à pregação do texto sagrado, um livro composto de diversos livros, exigindo saltos frequentes entre eles. (BELO, 2008, p. 26-27).

Barbier (2008, p. 64) lembra que “o trabalho de fabricação dos livros se desenvolve, até o século XI quase que exclusivamente nos monastérios”, pois a cópia das obras permanecia sendo feita pelos copistas que as reescreviam à mão. As técnicas de tratamento e preparação do pergaminho, embora amplamente dominada, deparou-se com o agravante custo da quantidade demandada para as reproduções. É quando um novo suporte inicia sua história.

De acordo com Higounet (2003, p. 18), vem da China a ideia de produzir o papel a partir de trapos, pois são encontrados vestígios de textos budistas, aproximadamente no Século II. Martins (1998, p. 111) indica que em 213 a.C. já haviam papéis chineses à base de seda, mas que a matéria-prima era muito cara. Os papéis eram produzidos através de processo de apodrecimento e fermentação de trapos, formando uma pasta a qual deixavam secar. Fischer (2009, p. 160) relata que até 700 d.C. a manufatura do papel na China foi monopólio e segredo de Estado.

Aos árabes cabe o registro da introdução do papel na Europa, porém mais de mil anos separam as primeiras tentativas de produção até que isso ocorra definitivamente. A Espanha é o primeiro país a apresentar fábrica de papel em 1144, na Itália o registro do moinho de papel data de 1276. Depois da Itália a produção ocorreu na França, Inglaterra e Holanda.

A introdução e a vulgarização do papel na Europa decidiu os destinos da nossa civilização porque ele vinha responder às necessidades que todos sentiam de um material barato, praticamente inesgotável, capaz de substituir com infinitas vantagens o precioso pergaminho. A “democratização” da cultura é, antes de mais nada, o resultado dessa substituição: pode-se dizer que, sem o papel, o humanismo não teria exercido a sua enorme influência. Toda a fisionomia de um mundo estaria, então, completamente mudada. (MARTINS, 1998, p. 115).

Fischer (2009, p. 212) conta que o impacto do papel sobre a civilização ocidental não é devidamente valorizado, pois “o pergaminho e o velino¹ nunca puderam sustentar a alfabetização em massa, a impressão em âmbito mundial, escritórios modernos, jornais, registro oficiais”. Segundo dados de Barbier (2008), ocorre um salto na produção escrita que mesmo com o surgimento do papel não haveria como dar conta do montante. Para se ter ideia no Século XI

¹ Couro de vitela, mais liso e mais fino do que o pergaminho vulgar, reservado a manuscritos de luxo. FARIA; PERICÃO. Dicionário do livro. 2008, p.723.

foram produzidos 63.711 manuscritos, no Século XII (127.066), no Século XIII (163.854), no Século XIV (278.016) e no Século XV (910.000). Somado a isso, o papel custava até dez vezes menos que o pergaminho podendo ser produzido mais rapidamente e seria mais adaptado à tipografia que estava por vir.

Importa refletir, como lembram Febvre e Martin (2000, p. 16), que uma característica deste novo período, que começa com o início do século XIII, “é a de os mosteiros deixarem de ser os únicos produtores de livros e só produzirem para uso próprio”. Desta forma, os centros da vida intelectual se deslocaram, pois serão nas universidades que eruditos, professores e estudantes começam a lidar com artistas especializados na produção e mesmo no comércio das obras.

À sombra das universidades cresce um povo de copistas – são muitas vezes estudantes pobres que ganham assim sua subsistência – e de livreiros (*stationarii*). Indispensáveis à oficina universitária, impõe a sua administração como operários de pleno direito. Obtém o benefício de privilégios dos universitários, são abrangidos pela jurisdição da universidade. Engrossam os efectivos da corporação, alargam-na às margens dos artesãos auxiliares. A indústria intelectual comporta as suas indústrias anexas e derivadas. (LE GOFF, 1984, p. 90-91).

Le Goff (1984, p. 87) traz a importância do livro neste novo período quando diz que “se os exercícios orais continuam a ser essenciais na vida universitária, o livro tornou-se a base do ensino”, porém Febvre e Martin (2000, p. 17), bem lembram que o rompimento do livro impresso com o manuscrito não ocorre de maneira rápida pois, “não é excluída a utilização de bibliotecas exteriores à universidade, onde era possível encontrar obras raras e uteis” como os estabelecimentos monásticos, por exemplo. Estes locais muitas vezes não tendo aceitado desfazer-se das obras que em pouco tempo pareceram antigas, viriam a ter seus acervos usados para pesquisa. Em alguns casos posteriormente viriam a ser vendidos às novas universidades pela importância de suas obras.

A necessidade de uma técnica que pudesse dar conta da produção exponencial de escritos abriu caminho para a revolução da imprensa. Em diversas partes da Europa, como na Holanda e Praga, técnicos desenvolviam o que viria a ser a impressão por tipos móveis, mas pode ser considerado, como

relata Barbier (2008, p. 119), Johann Gensfleisch zur Laden, conhecido por Gutenberg², natural da Mogúncia (Alemanha), o principal responsável pela invenção da tipografia por caracteres móveis.

Entre 1450 e 1460, na Mogúncia, havia apenas um punhado de homens reunidos em algumas oficinas que conheciam os segredos da arte tipográfica. Não eram poucos os desafios a serem resolvidos pois era preciso uma conjugação de fatores e saberes para que a inovação se firmasse. A matéria prima necessária do aço para as punções, o cobre para as matrizes, uma liga de chumbo e estanho (um pouco mais adiante adicionado o antimônio) para os caracteres, e como lembra Febvre e Martin (2000, p. 241-244), os profissionais das diversas áreas para formarem o conjunto da realização: entalhadores, fundidores, compositores.

Com a imprensa, novos padrões foram estabelecidos. Os tipógrafos em geral imprimiam a língua da região comercial em que o livro seria vendido. Isso era feito para ele ser entendido pelo maior número de clientes potenciais – ou seja, para aumentar o lucro. (FISCHER, 2009, p. 248).

Hallewell (2005, p. 50), enxerga este momento histórico como a “organização comercial da impressão” e não propriamente como uma invenção de tecnologia, que estava para acontecer a qualquer momento pois o momento clamava para uma solução que realizasse essa conjugação. Barbier (2008, p. 156), diz que a primeira consequência fundamental do surgimento da imprensa será, portanto, a baixa do preço do livro e uma relativa popularização do objeto. Belo (2008, p. 44) complementa que “além de ser um meio de divulgação de textos e imagens”, a imprensa traz “uma mercadoria com a qual se envolvem novas categorias de atores sociais”, sejam humildes trabalhadores artesanais, artistas, técnicos e grandes comerciantes internacionais.

Os eclesiásticos imaginavam que a imprensa auxiliaria o estudo de textos religiosos, mas viram propagarem-se os textos profanos e as críticas à própria Igreja. Quando surgiram os panfletos e jornais que criticavam uma

² Filho de um ourives, Gutenberg estudou e aperfeiçoou a técnica de produzir tipos, participando de uma sociedade onde obteve investimento para sua ideia dentre várias inovações que interessavam à época. Se outras tentativas não lograram êxito, Gutenberg foi capaz de desenvolver uma técnica capaz da produção em série dos tipos. Idealizando produzir o “primeiro grande livro europeu”, assim o grupo da Mogúncia chegou à Bíblia de 42 linhas. BARBIER,2008, p.157.

ideia, era necessário responder imediatamente para não dar margem à sensação da falta de argumentos.

Em forma impressa ou manuscrita, o livro era duradouramente dotado de grandes poderes, tanto desejados quanto temidos. Por toda a cristandade, a Bíblia era o objeto de usos propiciatórios que pouco tinham a ver com a leitura de seu texto e muito a ver com sua presença em proximidade do corpo. [...] Seus leitores eram invadidos e tomados pelo livro, que os sujeitava ao seu poder. [...] A leitura incontrolada era tida como perigosa porque combinava imobilidade corporal e excitação da imaginação. (CHARTIER, 2014, p.118-119).

Darnton (2010, p. 146), menciona que se passou a publicar materiais de quaisquer gêneros, “muitas vezes atrás de entretenimento e não tanto de edificação” e com a passagem da leitura intensiva para a extensiva ocorre então a “dessacralização da palavra impressa”.

No plano das práticas culturais, entretanto, a tipografia de tipos móveis coroa uma longa evolução, engajada por uma mudança interior nas práticas de leitura e manifesta no aumento constante das demandas em relação às estruturas de produção dos livros manuscritos.

O livro e a leitura passam a ser o objeto em que se cruzam diferentes metodologias e correntes que nos ajudam a compreender as obras em relação com os mais variados aspectos do mundo social e cultural. (BELO, 2008, p. 72).

Febvre e Martin (2000, p. 321) comparam o livro tipográfico a um “fermento” pelos efeitos transformadores e os desdobramentos que sua história propiciou. Burke (2002, p. 174) porém analisa estes desdobramentos e enfoca o lado positivo e o lado negativo (“a denovação”) da inovação de Gutenberg, pois se por um lado a imprensa vinha para atender a crescente demanda de alfabetização da Idade Média o choque de tecnologias obrigou copistas e “papeleiros” (que vendiam livros manuscritos), ou seja, as profissões que estavam ligadas ao modo de fazer anterior, a procurar novas ocupações. Como uma onda tecnológica, muitas mudanças ocorreram de maneira rápida atropelando alguns nos primeiros momentos, e Febvre e Martin (2000, p. 30) procuram entender de uma maneira mais natural que “o trabalho dos copistas prepara o dos impressores”.

A quantidade de publicações dava a impressão de uma verdadeira “inundação” de livros onde o leitor ficaria perdido ou afogado em um oceano de tantos títulos, o que provocou a necessidade de ordenação que desce condições de encontrar aquilo que se procurava. Além dos catálogos, as bibliografias surgiram para auxiliar na orientação quanto ao uso e as resenhas procuravam abreviar a escolha de uma obra. Burke (2002, p. 179), diz que foram necessárias soluções de problemas que criaram outros problemas e “provocaram grandes mudanças nos estilos de leitura, escrita e organização”.

Burke (2002), também analisa mudanças de uma época turbulenta de acesso à informação, pois a inovação técnica quebra, desta forma, paradigmas em várias cadeias sucessivas alterando e altercando sistemas que modificavam outros. A história estava sendo escrita em maior velocidade, e a imprensa, multiplicava o acesso ao conhecimento:

Ela proporciona a difusão da cultura e, mais do que isso, transferiu o saber a uma nova classe, que ascendia, retirando-o do isolamento que era mantido. [...] Ela multiplica as possibilidades de acesso aos conhecimentos e permite a informação, quando a nova classe necessita agora utilizar esse instrumento extraordinário de influência e de troca de ideias. (SODRÉ, 1960, p. 309).

Gontijo (2001, p. 100) chama atenção para este momento refletindo em duas vertentes: “a liberdade de expressão e o desejo de controlar”. As manifestações das ideias estavam mais movimentadas pondo em atenção quem temia questionamentos. Vários índices de títulos a serem proibidos pela Igreja foram editados, mas também a difusão de ideias contrárias aos regimes políticos dominantes era um tema a ser seriamente acompanhado pelos governos que pretendiam manter seus domínios.

Em meio ao surgimento da imprensa na Europa e no decorrer dos desdobramentos que esse período proporcionava, o Brasil era colonizado. Assim como diversos outros territórios, dominados por países europeus, no Brasil era proibida a instalação de serviços de impressão. Num clima de mudanças históricas importantes, onde o modo de produção e consumo da palavra escrita e da circulação das ideias ganhavam contornos e velocidades diferentes, as ondas traziam e devolviam caravelas que iniciavam a construção da nossa história. É o que veremos no capítulo que segue.

2.3 O livro no Brasil

Como lembra Melo (2003), a imprensa surge nos fins da Idade Média, dentre transformações estruturais como o desenvolvimento do comércio interno, aparecimento da indústria, renascimento e expansão da vida urbana, criação das universidades e formação de uma nova elite intelectual. Febvre e Martin (2002) acrescentam também a reforma protestante e o exercício do livre pensamento, impulsionando as publicações e aguçando a capacidade de crítica. Em meio aos inúmeros impactos e mudanças deste período, o Brasil inicia sua história.

Na Europa, a imprensa significou um elemento imprescindível à sedimentação do espírito nacional e à formação da própria nacionalidade, do ponto de vista político e cultural, com a fixação, sobretudo dos idiomas vernáculos. Enquanto isso, nas áreas periféricas, ela seria empregada para objetivos opostos: ajudaria a impor os valores dos conquistadores, esmagando as culturas autóctones. (MELO, 2003, p. 60).

Em diversas colônias dominadas por países europeus, foram proibidos os serviços de impressão. De maneira genérica, Melo (2003, p. 60) diz que haveria enfoques principais para seu início ou sua demora em ocorrer nos países latino-americanos. Em sociedades onde havia cultura já desenvolvida oferecendo empecilhos à submissão aos interesses ela seria implantada para dar sustentação aos processos de dominação dos colonizadores procurando, com isso, “a destruição ou atrofiamento das culturas locais”. No caso do Brasil colônia, os portugueses impediram a implantação da impressão (HALLEWELL, 2005, p. 78-79).

Por outro lado, houve casos em que sequer a implantação da imprensa foi necessária, pois outras armas foram mais eficazes, os povos ofereciam menor resistência e mesmo não haveria consumo para a palavra escrita que justificasse o investimento. “Essas diferenças foram determinadas, em parte, pelas necessidades de controle político”, conta Hallewell (2005, p. 79), acrescentando que nos lugares onde existia um grau considerável de autonomia, os governos se encarregavam de regulamentar o trabalho das tipografias locais.

Portugal mostrou muita paranoia com o risco de seus funcionários locais adquirirem algum grau de independência, e, quando o governador de Pernambuco, em 1703, e o governo do Rio de Janeiro, em 1747, ousaram instalar um prelo, os dois receberam ordens de fechá-lo assim que Lisboa tomou conhecimento de sua existência. (HALLEWELL, 2005, p. 65).

A situação brasileira não era diferente quanto ao que circulava de palavra impressa, pois nada se podia publicar sem o consentimento dos órgãos censórios.

A primeira tentativa de introduzir a impressão no Brasil, de que possuímos provas documentadas, foi feita não pelos portugueses, mas pelos holandeses, no período de 1630 a 1655, quando ocuparam o Nordeste Brasileiro. [...] Temos aqui, em poucas palavras, a razão pela qual cada colônia acabou recebendo sua própria prensa tipográfica: as exigências administrativas. Depois da evangelização, a burocratização. (HALLEWELL, 2005, p. 85-86).

Melo (2003, p. 74) aponta que um fato importante ligado ao desenvolvimento da imprensa nas colônias é a manutenção das atividades educacionais destinadas às elites, sobretudo aquelas realizadas em academias e universidades. Quanto mais cedo ocorreu nos países colonizados a criação de cursos superiores mais havia inquietação cultural em busca de apoio nos livros. As universidades têm, portanto, um papel fundamental no desenvolvimento da palavra escrita.

Mostrava-se de alguma forma a necessidade das prensas para dar suporte ao ensino pelas escolas religiosas e para os formulários de controle burocrático, como nos disse Hallewell (2005), mas as tentativas foram proteladas ao máximo. As raras escolas de ensino superior eram voltadas à elite e a necessidade de material quase não influía na demanda tipográfica, pois tinham condições de trazer do exterior o que precisavam. Enfim com a transferência da família Real portuguesa para o Brasil inicia-se a movimentação das prensas. É inaugurada em 13 de maio de 1808, a Imprensa Regia que manteve o monopólio da impressão no Rio de Janeiro até 1822.

A chegada da família imperial ao Brasil em 1808 significou um salto na estagnada economia da colônia e uma mudança radical nos hábitos e costumes. De um dia para o outro a produção extrativista foi substituída por um arremedo de revolução Industrial com fábricas se instalando, oficinas proliferando e o comércio importando o que havia de mais sofisticado no mundo. (GONTIJO, 2001, p. 180).

A Imprensa Régia troca de nome em 1817, para *Real Officina Typographica*. No início de 1821 passa a *Régia Typographia* e em seguida para *Typographia Nacional* (p. 118). A quantidade de impressões deste período, conforme Hallewell (2005, p. 111), ficou entre 1192 e 1250 impressões, tratando-se de documentos do governo, cartazes, volantes, sermões, panfletos e outras publicações secundárias.

Quando se instalou a Imprensa Régia, que no começo era dirigida por uma junta administrativa, foi montado também um aparato de controle da informação que durou até a independência. O trabalho era feito diariamente por um grupo de censores reais que vigiavam tudo que era publicado. (GONTIJO, 2001, p. 187).

Melo (2003, p. 80-81) relata que além do monopólio, a censura só recrudesce a partir de 1920, com a Revolução do Porto, pois os movimentos emancipacionistas estão imprimindo panfletos e espalhando suas ideias. Para se ter ideia o primeiro jornal é impresso fora do Brasil, meses antes de iniciar a *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico dedicado aos informes do governo.

O primeiro jornal editado e impresso em solo brasileiro era obviamente um porta-voz da corte, mas começava-se a criar o hábito do consumo da informação periódica. [...] O primeiro número do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* foi ali impresso a 10 de setembro de 1808. Antes disso, em junho de 1808, de Londres para onde fora fugido das perseguições políticas, Hipólito José da Costa lançou o primeiro número de seu *Correio Braziliense*. Como de resto, na maioria das colônias, a imprensa nascia no Brasil dividido entre o oficial e o particular, entre a liberdade de expressão e a censura, entre o público e o privado. O absolutismo da coroa portuguesa não era mais capaz de se impor apenas pelas armas, precisava do aval da sociedade brasileira. Para isso era preciso mantê-la informada e convencida da relevância de dar sustentação ao regime que naquele momento se instalava no Brasil. (GONTIJO, 2001, p. 170).

Melo (2003) analisa alguns paralelos para compreender a demora na instalação da imprensa no Brasil mas atribui, mais especificamente, alguns pontos como: natureza feitorial da colonização, atraso das populações indígenas, analfabetismo, ausência de urbanização, precariedade da burocracia estatal, incipiência de atividades comerciais e industriais. De uma maneira mais simples, a ausência das universidades neste processo, não necessitavam suplantarem culturas mais desenvolvidas como em outros países, uma vez que encontraram por aqui comunidades primitivas.

Também pelas características econômicas recentes de uma colônia que abastecia sua metrópole, mesmo passando a ser um Reino Unido de Portugal (1815), o país ainda mostrava a ausência de uma sociedade burguesa, pois “só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu” (Sodré, 1966 apud MELO, 2003, p. 104) e assim o pouco consumo das letras, pois as poucas famílias abastadas podiam enviar seus filhos para o estrangeiro e importar as obras bibliográficas que necessitassem.

Se no século XVII, “entre os colonos e naturais da terra se contam pelos dedos os letrados” dizia Machado (1965 apud MELO, 2003, p. 126), no século XVIII já se dispunha de “alguns homens portadores de conhecimento” habilitados à leitura e escrita, mas praticamente livros inexistiam. As bibliotecas particulares eram mesquinhas em quantidade e qualidade. Além do mais, segundo Gontijo (2001, p. 164), somente em 1809, o papel começou a ser fabricado no Brasil, então é importante lembrar que o livro era um objeto caríssimo por aqui.

O livro era um produto de retorno financeiro aparentemente baixo para os comerciantes, devido às numerosas dificuldades que tinham de enfrentar para adquiri-lo e vendê-lo. Era caro, frágil, pesado para o transporte no caso de importação e, por algum tempo, no Brasil, teve de se submeter a uma série de restrições, o que o tornava de baixo padrão de qualidade, com o preço em desacordo com suas características. (BESSONE, 2014, p. 113).

Hallewell (2005, p. 108) diz que, a partir de 1808, eram apenas duas as livrarias no Brasil, sendo que em 1809, já eram cinco, sete em 1812 e doze em 1816. Mas pelo alto valor de venda dos livros e pouca demanda em condições, “eram estabelecimentos paupérrimos”. Frente às extensas mudanças na vida intelectual, o autor citado, considera espantoso o crescimento lento das livrarias na cidade do Rio de Janeiro, importante cidade do comércio livreiro, acredita que talvez por força da censura que ainda mantinha sua pena atenta ao que se pretendia publicar. O Brasil era considerado um mercado promissor, diz Dutra (2010, p. 70), além de estratégico na distribuição de obras em espanhol para América Latina e para

atender a demanda existente, casas editoriais em Londres e Paris desenvolviam uma considerável produção em língua portuguesa à época.

Uma vez criado, o comércio editorial de livros de Paris em língua portuguesa iria percorrer uma longa história e, quando deixou de ser importante como atividade editorial propriamente dita, continuou a sê-lo como atividade gráfica até 1930. (HALLEWELL, 2005, p. 109).

Uma das livrarias importantes na história do Brasil é a Garnier. Criada em Paris, em 1837, pelos os irmãos François Hipolyte, Auguste Désiré e Pierre Auguste, segundo Dutra (2010, p. 70-71), acreditando que o Brasil era um mercado promissor, tanto para comércio de livros em português, mas também para centralizar a distribuição de obras em espanhol para a América Latina, instalaram no Rio de Janeiro, em 1844, uma filial com ideias inovadoras de expor os livros nas calçadas “para manuseio dos transeuntes”. Não só a Garnier comercializava livros editados pela Garnier Féres, de Paris, mas aos poucos encarregou-se “da impressão de autores brasileiros”, tornando-se a principal casa editorial comprando direitos de obras dos mais importantes nomes da literatura brasileira.

No segundo Reinado, além dos “periódicos de ocasião e de estilo panfletário” que disputavam atenção fora da comunicação oficial de atos do governo e temas mercantis, como menciona Knauss (2011, p. 10-13), os anúncios públicos ganham espaço. Os fatos mundanos e cotidianos diversificam as pautas, dando espaço para a expressão da imaginação social. A criatividade teve expressão importante neste período, abrindo as portas para as manifestações humorísticas e o desenvolvimento das técnicas de ilustração que influenciaram de maneira importante o próprio jornalismo. Revistas importantes dessa época foram *Semana Ilustrada*, fundada em 1860, pelo desenhista e litógrafo alemão Henrique Fleiuss e, em 1876, a *Revista Ilustrada*, que possuía o italiano Angelo Agostini. Foi a consagração das caricaturas e do estilo de informação que vem a influenciar de maneira importante a arte gráfica no Brasil.

No final do século XIX, surgem as edições mais populares, ou de custo mais acessível. Eram publicações que tornavam evidente uma mudança importante que ocorria quando o livro deixou de estar “atrelado ao saber erudito

ou ao aprendizado escolar, passando a ser visto também como entretenimento”, conta El Far (2010, p. 99). Alguns editores procuraram fazer edições de mais baixo custo, com capas coloridas, papel de qualidade inferior, conseguindo atingir com isso um público maior interessado nas letras. O final do século também incentiva o “desenvolvimento da indústria gráfica em geral”, como rótulos, embalagens, propagandas, cartões-postais etc, incentivando o desenvolvimento da litografia, cromolitografia e demais técnicas que auxiliam a produção em larga escala de materiais didáticos a um público cada vez maior (Mazzini, 2010, p. 108). Assim, a indústria gráfica foi fator importante para medir a dependência do país na produção do livro:

O livro existe para dar expressão literária aos valores culturais e ideológicos. Seu aspecto gráfico é o encontro da estética com a tecnologia disponível. Sua produção requer a disponibilidade de certos produtos industriais (que podem ser importados, feitos com matéria-prima importada ou fabricados inteiramente no país). Sua venda constitui um processo condicionado por fatores geográficos, econômicos, educacionais, sociais e políticos. E o todo proporciona uma excelente medida do grau de dependência ou independência do país, tanto do ponto de vista espiritual como do material. (HALLEWELL, 2005, p. 43).

Segundo Toledo (2010, p. 139), entre as décadas de 1920 e 1970, a Companhia Editora Nacional (CEN) “marca a história da cultura brasileira”, pela atuação de seus principais editores e proprietários, Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira. Na editora em abrangentes catálogos e projetos, circulavam títulos, autores, ilustradores considerados referência em diferentes áreas do conhecimento. Como exemplo destes projetos, pode ser citada o Biblioteca Pedagógica Brasileira, organizada pelo educador Fernando de Azevedo, como um marco importante dos temas da política educacional nacional. Também as editoras de universidades surgiram, entre 1950 e 1960, passando a editar além de revistas científicas, livros que divulgassem a pesquisa e produção científica em diversas áreas.

Se já havia censura nas tentativas de implantação da imprensa antes de 1808 e, depois com controle por parte do poder absoluto da burocracia imperial, durante regimes ditatoriais outros tipos de censura também ocorrem buscando controlar aquilo que se produzia no país. Moraes (2006, p. 184-185) não vê a relação direta da posse de “livros perigosos, impregnados das

abomináveis ideias francesas nas livrarias coloniais” como uma explicação do aumento das ideias revolucionárias e libertárias no Brasil no período. O autor pensa que não seriam as bibliotecas as responsáveis pela difusão das ideias revolucionárias, apenas contribuía para que as conversas entre os círculos descontentes com o sistema vigente. Um exemplo interessante é citado no ensaio *O diabo na livraria do Cônego*, de Eduardo Frieiro (1957, p. 9-25), onde o autor ilustra o caso da Devassa de Luís Vieira da Silva, considerado “o mais instruído e eloquente de todos os conjurados³ mineiros” onde pretendia-se escrutinar sua biblioteca analisando seu pensamento e suas influências.

Sem falar nos inúmeros confiscos em diferentes episódios na História do Brasil mais recentes, quando obras identificadas como comunistas, integralistas, fascistas, em línguas de países considerados contrários ao sistema vigente, ou que, de alguma forma, fossem consideradas contrárias ou atentassem ao modo de pensar aceito.

Como outro exemplo, pode-se mencionar que durante os governos militares, no século XX, ocorreram tentativas de controlar os conteúdos das publicações que atentassem de alguma forma às ideologias do poder. Na ditadura Militar, instituída em 1964, após a promulgação do AI-5, o serviço de informações mantinha sua ótica atenta para as manifestações artísticas em um primeiro momento e, em seguida, após a centralização, em Brasília, do Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP), uma análise prévia de livros regulamentada através do Decreto-Lei nº 1077/70. Segundo Reimão (2010, p. 273-276), as publicações “deveriam ser previamente encaminhadas para o Ministério da Justiça para julgamento”.

Importa lembrar, dentre os exemplos listados, que:

A força do livro reside em sua capacidade totalmente específica de ligar a biografia à história, o privado ao público, o individual ao social, os momentos vivenciados ao sentido da vida. [...] Quando pensarmos em livros, pensemos, em primeiro lugar, nas sociedades. (BAUMAN, 2003, p. 32-33).

³ O Cônego Luís Vieira da Silva, foi um dos conjurados que influenciou com seu pensamento iluminista os ideais do movimento da Inconfidência Mineira (1760-1792, em diferentes locais de extração de ouro em Minas Gerais até o julgamento dos envolvidos). Considerado por alguns como “afrancesado”, em suas ideias políticas, notava-se as influências nas leituras de autores liberais que também influenciaram a Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789-1799).

Desta forma, os livros são símbolos da materialidade do patrimônio cultural, sendo objetos que documentam a história e eles próprios, são partes dela como documento. Como suporte, os livros dão acesso a inúmeros conteúdos registrados seja científico, intelectual ou artístico, mas também através de sua história refletem técnicas, saberes, contextos, demandas sociais, oferta e escassez de tecnologias para sua produção.

A palavra Patrimônio está entre as que usamos com mais frequência no cotidiano, pois aparece ligada a patrimônios imobiliários, econômicos; de famílias, de empresas, de um país, de um indivíduo e também na noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etc.

Essa materialidade do patrimônio e a valorização dos significados deste reforçam a importância da cultura para uma sociedade, pois dão unidade à natureza bruta do homem, com todas as artes e ciências por ele adquiridas ao deslocar-se do estado da natureza para a sociedade civil, completa Bloom (1989). O homem assim ordena os sentidos de ver a si mesmo encaixado nas relações sociais e estes símbolos tornam-se representações fundamentais de sua identidade.

Preservar o patrimônio cultural significa dar importância à identidade de uma sociedade, e manter viva sua memória, possibilitando olhar para a história construída e buscar compreensão do trajeto até então trilhado e para onde está seguindo, pois é “tão somente na medida que existe um patrimônio cultural objetificado e apropriado em nome da nação”, que se pode experimentar o medo de que ele possa ser perdido para sempre (GONÇALVES, 1996).

Estas definições ligadas ao sentido de patrimônio que herdamos – que existia antes de nós – confunde-se com propriedade, pois estaria mais próxima daquela que é herdada do que aquela que é adquirida. Esta riqueza que por herança perpassa gerações é compreendida como bens materiais ou não, uma vez que a valoração daquilo que é considerado patrimônio pode ser tangível ou intangível. Assim, ao falar de patrimônios culturais, e neste caso os livros, estes poderiam ser mais bem entendidos como “elementos mediadores que estabelecem pontes” e também fronteiras, “entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc”. (GONÇALVES, 2005. p. 16-17).

Araripe (2004, p. 114-115), porém, insiste que patrimônio não é apenas passado, “memória daquilo que ficou”. Patrimônio seria também a memória do tempo presente porque não podemos entender o presente ou pensar em futuro, sem olhar para a memória. O patrimônio funcionaria neste caso como um mediador entre os diversos domínios, social e simbolicamente construídos, dito por Gonçalves (2005), mas também como uma chave de entrada para a compreensão de uma época, uma sociedade, ou um movimento da vida social, pelo peso de seu teor simbólico e de seu significado.

O patrimônio herdado pelo sentido de formação de uma cultura e compromisso de Estado quanto à preservação e ao acesso, nos indica que como herdeiros devemos administrá-lo, conservá-lo, fazê-lo viver, produzir, transformar-se, para permanecer útil. Isto significa tomar consciência, de geração em geração, não apenas do conteúdo do patrimônio, mas também das exigências de sua gestão, salienta Varine (2013, p. 37).

Muitos desses objetos podem ser certamente entendidos como “patrimônios”, na medida em que, pela sua ressonância junto a grande parte da população brasileira, realizam mediações importantes entre o passado e o presente, entre o imaterial e o material, entre a alma e o corpo, entre outras. (GONÇALVES, 2005, p. 22).

As marcas sociais da materialidade dos livros, está desde a sua produção e dos diversos atores envolvidos, sejam capistas, diagramadores, tipógrafos, xilógrafos, iluminadores, impressores, editores, comerciantes, bem como sua própria constituição física: as tipologias de papéis, de encadernações, as fontes tipográficas usadas, as tintas, assim como a importância da sua existência e a capacidade através do seu uso da modificação de cenários. Como diz Darton (2010, p. 149), “os livros não se limitam a relatar a história, eles a fazem”.

O livro é convergência na medida em que, no mesmo projeto, reúne cultura e educação: a cultura enquanto educação não-formal, e a educação enquanto cultural essencialmente formal. Todo desempenho pedagógico, toda política de educação, passa ou deveria passar pela cultura, inevitavelmente, pelo livro. (PORTELLA, 2003, p. 9).

Muitos indícios da passagem do tempo ficam inscritos na matéria física dos livros. Há datas de aquisição carimbadas ou escritas a lápis

no verso das páginas de rosto. Fichas de empréstimo registram se, quando e com que frequência os volumes foram retirados. No estado das capas e das páginas, o tempo perde sua natureza linear, deixando entrever uma relação com nossa experiência que é, a um só tempo, fluida e cheia de coágulos. (BATTLES, 2003, p. 19).

Alguns livros podem destacar-se como obras raras pelo número de exemplares, tipos de encadernações, especificidades de produção, manifestação artística impressa, mas estes seriam alguns aspectos que deixariam de fora a importância do objeto como representante vivo de épocas, contextos, manifestações, sejam sociais, ideológicas ou técnicas, assim seriam como sua capacidade de serem portadores de marcas da construção do conhecimento e das tecnologias, dos contextos históricos e de inúmeras atividades profissionais envolvidas em sua realização.

Talvez pela visão inicial que no Brasil o enfoque da obra bibliográfica tenha inicialmente demonstrado sua importância pela vinculação a fatos memoráveis – quais e quem decidiria isso, podemos perguntar – mas o fato é que o conceito está em evolução. Através do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, lemos a definição de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Um conjunto de bens móveis ou imóveis de determinada nação e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Esta definição não consegue especificar toda a importância que um livro carrega de seus contextos históricos de produção. O que se pode ver na leitura do Decreto-lei suscita uma conceituação do termo ligada às artes, à arquitetura e aquilo que se considerava oficial, em importância. Doravante inicia-se uma preocupação quanto a danos ou expropriação deste tipo de bens e a noção de perda de objetos de representação do patrimônio histórico. O tombamento de bens, a partir do artigo 4º, do referido decreto-lei, dá a ideia de proteção através da inscrição destes bens em livros tombo, mas ainda se ausenta a noção no texto do reconhecimento de patrimônio cultural como um bem de memória.

A partir do artigo 23, do Decreto-lei nº 25, o Estado Brasileiro mostra uma necessidade de coordenar esforços nas diferentes esferas do poder

público para uniformizar legislações que coordenem a proteção deste patrimônio. A cooperação com instituições eclesásticas, científicas, históricas e artísticas também procura aliar esforços à preocupação quanto aos negociantes de antiguidade, mencionando inclusive os livros históricos, os antigos e as obras raras. Nota-se uma preocupação com o item bibliográfico ligado mais às definições de obras que possuam critérios de raridade.

O conceito em evolução traz na Constituição Federal de 1988, nos seus artigos 215 e 216, que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Desta forma propõe a

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

No artigo 216, da CF lemos que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

No §1º do mesmo artigo podemos ver que o poder público manifesta necessidade de colaboração para preservação deste patrimônio uma vez que cada comunidade reconhece seus bens

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Lembremos que a Constituição Federal quando fala das competências dos municípios, em artigo anterior ao citado, no artigo 30, direciona a responsabilidade local quanto à preservação deste patrimônio:

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

O Estado propõe, no mesmo artigo, que o Poder Público promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação, causando punição aos danos e ameaças ao patrimônio cultural, mas conta com a colaboração da comunidade para tanto. E visando tornar crime o dano ao patrimônio cultural, na Lei 9605, de 12/02/1998, na seção “Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural”, o artigo 62, busca enquadrar os danos a este patrimônio:

I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial; II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial: Pena - reclusão, de um a três anos, e multa. Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa. (BRASIL, 1998).

As conceituações amadurecem, a legislação procura acompanhar a sociedade e gerar condições de enquadramentos e criminalização quanto aos danos ao patrimônio, mas Gonçalves (1996, p. 88-89) bem ilustra esse aspecto histórico quando diz que “desde os começos da preservação histórica, na primeira metade do século XX no Brasil”, o interesse “na maior parte das iniciativas era assumida por membros da elite intelectual” que justificavam a retórica da perda da memória daquilo que lhe representava. Para que se possa ver os livros e suas bibliotecas como representantes do patrimônio da cultura nacional o país precisa apropriar-se destes.

A Lei Nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que no seu art. 1º institui a Política Nacional do Livro, traz as seguintes diretrizes no seu parágrafo segundo:

O livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e

científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida (Brasil, 2003).

Portando, importa compreender que para “estudar a história das ideias, a divulgação das técnicas, toda a evolução cultural brasileira”, diz Moraes (2006, p. 185), torna-se fundamental estudar a história dos livros e das bibliotecas brasileiras e, somente quando compreendida suas importâncias, que será possível a apropriação destes sentidos, mas com isso também encarar suas consequências, ou seja, a necessidade de preservar essas narrativas que a história dos livros e das bibliotecas contam sobre o Brasil.

2.4 Biblioteca: lugar de memória

Até à Renascença, as bibliotecas eram monacais e não estavam à disposição dos profanos e, segundo Martins, (1998, p. 71), “são organismos mais ou menos sagrados, pois quem tinha acesso pertencia a uma ‘ordem’ ou a um ‘corpo’”. Ainda, o autor informa que o saber era sagrado e poucos iniciados tinham acesso aos textos. Ordens religiosas formavam acervos através da capacidade de transcrever obras pelas mãos dos monges copistas e detinham a maior parte do conhecimento.

A biblioteca é o verdadeiro tesouro de um mosteiro; sem biblioteca, ele seria como uma cozinha sem caçarolas, uma mesa sem alimentos, um poço sem água, um rio sem peixes, uma capa sem roupas, um jardim sem flores, uma bolsa sem dinheiro, uma vinha sem uvas, uma torre sem guardas, uma casa sem mobília. E, da mesma forma por que se conserva cuidadosamente uma joia num escrínio bem fechado, ao abrigo da poeira e da ferrugem, a biblioteca, suprema riqueza do convento, deve ser atentamente defendida contra a umidade, os ratos e os bichos. (KEMPIS, T. A. apud MARTINS, 1998, p. 83).

Martins (1998) relata que a biblioteca antecede o próprio livro, pois eram depósitos de informação em vários suportes anteriores ao papel: tabletes de argila, papiro e pergaminho. A famosa Biblioteca de Alexandria, às margens do Mediterrâneo reinou quase absoluta como centro de cultura mundial entre os séculos III a.c. e IV d.c. Continha praticamente todo o saber da antiguidade

em cerca de 700 mil rolos de papiro e pergaminhos. Buscava adquirir um exemplar de cada manuscrito existente na face da terra e foi destruída por um incêndio de causas explicadas em várias versões.

Leão (2003) nos diz que na etimologia da palavra biblioteca vê-se sua explicação original: biblio (*byblos*, livro, matéria-prima de onde se extraía o papiro) e teca (local de guarda). O vocábulo biblioteca, ainda segundo Leão (2003, p. 83), remete a estabelecer ou instituir o guardar, o cuidar, além de colher, coletar, acolher e recolher através de seleção aquilo que precisa ser conservado e protegido para garantir a vitalidade da linguagem seja qual for:

As bibliotecas não falam alto; eu quase diria que simplesmente murmuram, e nem por isso deixam de ser ouvidas. Em seu recinto, ao longo de seus corredores, fantasmas persuasivos e seres perplexos empenham-se em decifrar a indecisa verdade dos homens. (PORTELLA, 2003, p. 10).

Importa compreender que uma biblioteca está longe de ser um lugar inerte. Seja um acervo particular ou uma biblioteca institucionalizada, quando um acervo bibliográfico é acumulado ocorre à convergência para um local específico de informações sobre o mundo, de dados locais, fragmentos de saber proporcionando assim a capacidade de produzir efeitos intelectuais e transmissão de cultura. É ao mesmo tempo um lugar de continuidade, mas também de possibilidade, de ruptura com a tradição.

Um lugar de memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam forças, os movimentos do pensamento. (BARATIN; JACOB, 2000, p. 9).

Le Goff (2003, p. 525) inclui como materiais da memória coletiva os documentos e os monumentos. Aquilo que sobrevive não é o conjunto do que existiu, houve para isso uma seleção de importância, uma escolha das forças do contexto onde foram criados e vigoraram sua perpetuação. Os monumentos são tudo aquilo que sinalizam o passado. Fazem recordar, perpetuam voluntária ou involuntariamente testemunhos materiais de um existir. Os documentos servem como prova, para registro e ensino, e evoluem seu sentido objetivo inclusive para opor-se à intencionalidade dos monumentos.

Na Idade Moderna as bibliotecas deixam de ser “depósito de livros” ou verdadeiros esconderijos de acesso restrito. Normalmente a entrada de uma biblioteca ficava no interior das edificações proporcionando anteparos que protegessem o acervo valioso a quem não pertencesse ao poder instituído. Alguns nobres pelo poder econômico conseguiam formar seus acervos particulares.

As bibliotecas nascem num tempo em que os homens se tornam atentos a uma proliferação de saberes. Elas representam um esforço de contenção, uma tentativa de dominação tanto quanto um desejo de posse e conservação. (GOULEMOT, 2001, p. 31).

As bibliotecas modernas representam a evolução total com relação ao mesmo organismo, nas épocas anteriores à Renascença. A invenção da imprensa, segundo Burke (2002, p. 173) marca uma época assim como a invenção da pólvora e da bússola. A revolução causada pela imprensa vem atender um número maior de pessoas que recebiam instrução, mas, além disso, foi a prática erudita de providenciar orientação durante a leitura através das informações adicionais nas margens (notas laterais) e ao pé da página (notas de rodapé) ou final do texto com informações adicionais sobre a leitura que facilitou a volta às fontes:

A ideia principal dessas novas práticas era facilitar a volta às “fontes”, com base no princípio de que a informação, como a água, era tanto mais pura quanto mais perto chegava da nascente. A nota histórica, como a descrição detalhada de uma experiência, tinha o intuito de permitir que o leitor repetisse a experiência se assim lhe aprouvesse. (BURKE, 2002, p. 180).

Além das novas modalidades de leitura, escrita, a explosão na quantidade das publicações provocou mudanças na organização da informação provocando, por sua vez, consequências imprevistas, tanto no campo social quanto no intelectual (Burke, 2002). Surgiram novas ocupações, pois a imprensa trouxe consigo não apenas um novo grupo social de editores e os demais envolvidos nas atividades de produção dos livros, mas, também “criou imediatamente um problema para um grupo profissional, o dos bibliotecários”, pois “se tornaram ainda mais indispensáveis”, diz Burke (2002, p. 176), afinal organizar e prover acesso às informações é uma importante função na construção do conhecimento:

A função vital de qualquer biblioteca: o livro só é livro quando se mobiliza, no seio do movimento de vida, para enfrentar um desafio de crescimento, o desafio da linguagem. Enfrentar esse desafio é cultivar e preservar a linguagem, seja em que língua for. (LEÃO, 2003, p. 83).

Portanto, como as obras depositadas nos labirintos das bibliotecas aumentavam em quantidades exponenciais, era necessário que fossem organizadas para facilitar a circulação da informação através do acesso e, com isso as bibliotecas evoluíram e passaram a ser local de referência para o estudo e a pesquisa, e além disso, foram acumulando acervos e sedimentando informações de épocas distintas servindo como verdadeiros repositórios do saber. Para a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), (1979, p. 292), o objetivo e a finalidade de uma biblioteca é:

A preservação em seu sentido mais amplo: coletar os documentos (manuscritos, impressos e outras formas) do passado ou do presente e mantê-los de forma a que estejam disponíveis aos usuários presentes e futuros.

Nota-se na definição da IFLA esta preocupação com a permanência da informação para o acesso futuro às próximas gerações, garantindo acesso à diferentes públicos com seus diferentes olhares e contextos históricos. O que nos leva a pensar que as bibliotecas não guardam apenas livros e sim são espaços de memória onde a recordação é guardada de maneira organizada. Acompanhando o pensamento de Pierre Nora (1993, p. 21-22), existem lugares de memória que podem ser: materiais, simbólicos e funcionais:

Lugar material como uma biblioteca, um arquivo ou museu, que só são lugares de memória se receberem valor simbólico através da imaginação; um lugar funcional como um livro, testamento ou manual, que somente serão lugares de memória se forem objetos de um ritual; ou, enfim, um lugar simbólico como uma fração do tempo, como um minuto de silêncio, que constitui uma lembrança concentrada.

Além disso, uma biblioteca pode proporcionar acesso à informação de maneira organizada, preservar os registros de variadas épocas e em diferentes suportes, uma biblioteca funciona, de acordo com Coelho (1997 apud Souza & Crippa, 2007, p. 219), como um mediador cultural, pois promove a aproximação entre indivíduos e coletividade das obras de cultura e arte. Goulemont (2001, p.

8) diz que, para ele bibliotecas não são apenas “depósitos de livros e lugar de leitura, mas também lugar de aprendizado e de sociabilidade”. Assim, as pessoas têm a possibilidade de dialogar com o conhecimento instituído, reconhecer-se, inventar-se, reinventar-se e buscar compreensão da história e de sua própria história. “Espaço amplo de guarda de memória, não estático, mas em movimento pelas ideias que movem a construção das realidades” (BARATIN; JACOB, 2000, p. 9).

No Brasil, segundo Moraes (2006, p. 24), até a segunda metade do século XVIII foram as bibliotecas dos conventos que serviam como centros de cultura e formação intelectual de brasileiros que acabavam por terminar seus estudos na Europa. Somente na Universidade de Coimbra (Portugal), mais de 1752 brasileiros fizeram seus estudos somente neste século.

Com a proibição por parte de Marques do Pombal para a abertura de novos conventos, ocorre no final do século XVIII um processo de decadência na formação das bibliotecas dos conventos. Deste período, as bibliotecas do convento Beneditino em Olinda e em São Paulo são exemplos do Convento de São Bento e de São Francisco. Antônio Cândido (1959 apud Moraes, 2006, p. 27) revela que com este processo termina a hegemonia intelectual dos conventos e começa a se organizar o pensamento livre.

A Biblioteca Real, que o príncipe regente D. João trouxe para o Rio de Janeiro, era a segunda que formava a casa real. A primeira foi destruída no terremoto de Lisboa em 1755. D. José organizou outra, chamada de Ajuda, valendo-se de compras e doações. (MORAES, 2006, p. 91).

Em geral as Bibliotecas Reais transformaram-se nas Bibliotecas Nacionais, como viria a se tornar no Rio de Janeiro a Biblioteca Nacional. Enriquecida através do depósito legal e de incorporações fossem através de doações e compra de bibliotecas religiosas e espólios de particulares, a Biblioteca Nacional passou a fazer a guarda de coleções importantes que existiam no Brasil. Com quadro de bibliotecários responsáveis pela sua organização e gestão possuíram também encarregados da compra até no estrangeiro em leilões, de obras importantes que tratassem de assuntos ligados ao Brasil.

A visão de uma biblioteca como um “organismo vivo”, em “constante crescimento”, como fala Ranghanathan na 5ª Lei da Biblioteconomia, com “função vital” como disse Leão (2003), mostra suas diferentes capacidades de dialogar com a cultura, seja através de “murmúrios”, como referiu Portella (2003), ou através de outra analogia que Ana Virginia Pinheiro, responsável pelo Setor de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), que menciona toda biblioteca como antropofágica, pois nenhuma biblioteca inicia seus acervos com livros comprados, e sim, a partir de uma doação, e na maioria das vezes segue incorporando outras coleções em processos naturais ou provocados (Pinheiro, 2011 apud FONSECA, 2014, p. 25). Uma biblioteca, portanto, pode ter uma genealogia de formação de seus acervos onde se identificam as contribuições das incorporações através do tempo.

Como diz Baratin e Jacob (2000, p. 11), ao estudar a história das bibliotecas é impossível dissociar “história da cultura e do pensamento”, pois as bibliotecas são:

Lugar de memória no qual se depositam os estratos das inscrições deixadas pelas gerações passadas, mas também como espaço dialético no qual, cada etapa dessa história, se negociam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos do saber ou suas fraturas internas e reconstruções. (BARATIN; JACOB, 2000, p. 11).

Trata-se de um lugar, uma instituição e “por sua arquitetura, definição de seu público, princípios que ordenam suas coleções”, pelas tecnologias que possibilitam o acesso aos acervos, toda biblioteca, segundo Baratin e Jacob (2000, p.10), “dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória”. Murguia (2007, p. 73) traz outro enfoque, pois olha o templo, o local físico chamado biblioteca, como um todo deste conjunto, pois nos fala da relevância das construções que abrigavam os acervos, dizendo que arquitetura das bibliotecas sempre acompanhou a importância destes espaços, pois “formaram-se lugares de ostentação, de armazenamento e criação de conhecimento”. A construção, o prédio, tem uma importância compartilhada com vários fatores e de seus contextos de criação que elevam as bibliotecas em importância.

E este local institucionalizado é, também, um espaço onde coexiste num mesmo espaço os vestígios do pensamento humano confiados à escrita:

Onde ocorre o cruzamento paradoxal de um projeto utópico (fazer coexistir num mesmo espaço todos os vestígios do pensamento humano confiados à escrita) com as restrições técnicas, ergonômicas, políticas de conservação, de seleção, de classificação e de comunicação dos textos, das imagens e, hoje, dos sons. É também, e simultaneamente, um desígnio intelectual, um projeto, um conceito imaterial que dá sentido e profundidade às práticas de leitura, de escrita e de interpretação. (BARATIN; JACOB, 2000, p. 10).

Martins (1998, p. 323), diz que ocorre a partir do final do século XVI, “um processo gradativo, ininterrupto e simultâneo de transformação” das bibliotecas, marcado pela: laicização, democratização, especialização e socialização. É bom lembrar que o conceito de biblioteca pública ocorre bem mais tarde com as ideias democráticas, conta Moraes (2006). As bibliotecas acompanham “a própria evolução social” e passam a gozar, nos tempos modernos, “do estatuto de instituição leiga e civil, pública e aberta” buscando responder a necessidades inteiramente novas, diz Martins (1998, p. 323).

Por este motivo a tipologia das bibliotecas aumentou e procurou-se atender uma gama maior de públicos com diferentes focos de interesse de informação. A atuação dos profissionais das bibliotecas também necessitou maior especialização para atender às áreas de concentração das informações das coleções onde atuavam. “À sua passividade substitui-se um salutar dinamismo”, afirma Martins (1998, p. 325).

Surgiram desta forma, após as bibliotecas monacais, as bibliotecas universitárias que davam suporte ao ensino, as bibliotecas nacionais oriundas em sua maioria de bibliotecas reais; as estaduais, as municipais, as escolares, as especializadas, as empresariais, as comunitárias e na era contemporânea, as eletrônicas. Nota-se que o caráter de acesso aos acervos prioriza-se e a especialização dos acervos indica a necessidade de formar coleções de acordo com a demanda existente, uma vez que guardar tudo seria praticamente impossível.

Torna-se importante mencionar que as bibliotecas públicas, conforme diz Martins (1998, p. 325), “não corresponde apenas ao desejo de identificá-la como organismo mantido pelo governo”, mas sim uma instituição

desburocratizada e de acesso aberto a todos os interessados. Segundo Lemos (2015, p. 293), estas “possuem um acervo que abrangem todas as áreas do conhecimento, sem incluir materiais muito especializados ou de natureza estritamente técnica”. Em muitos casos recebem pouco apoio do poder público e suas coleções estão sujeitas às doações da comunidade. Nas bibliotecas públicas estaduais e municipais, existe um setor ou coleção que procura fazer a guarda de publicações referentes ao estado o município a que pertencem para facilitar o estudo de pesquisadores.

Foi no século XVIII que surgiu em alguns países mais adiantados da Europa, de modo quase simultâneo, o conceito de biblioteca pública moderna aberta gratuitamente para os interessados, funcionando em horários regulares, e que colocavam à disposição dos leitores grandes acervos de livros. (LEMOS, 2015, p. 290).

Em comunidades mais afastadas do centro de uma cidade pelo desenvolvimento demográfico, foram com o tempo criadas bibliotecas comunitárias, bibliotecas de bairro, de associações, clubes ou agremiações, ou seja, onde existe uma formação de grupos a informação organizada visa dar acesso a conteúdos e beneficiar as pessoas. Também surgiram as chamadas “bibliotecas especiais”, assim chamadas “devido às peculiaridades de sua clientela ou dos materiais com que lidam”, como diz Lemos (2015, p. 296), “ou por sua localização”, como as bibliotecas prisionais que procuram disponibilizar conteúdos, cultura e dar suporte ao ensino e alfabetização dentro deste tipo de instituição. Também as bibliotecas com textos em braile podem ser consideradas especiais pelo suporte diferenciado e as bibliotecas de asilos, hospitais e navios seriam consideradas especiais pela sua localização.

As bibliotecas escolares foram criadas para abrigar acervos que fomentassem a leitura e dessem suporte ao ensino, mas sua realidade, segundo Lemos (2015), não é muito animadora nos dias atuais. Exceções à parte, em geral as bibliotecas escolares sofreram o descaso por muitos anos com coleções formadas de materiais defasados e como depositárias de obras desatualizadas e com profissionais deslocados de outras áreas de atuação. Ao tentar dar conta das séries iniciais ao ensino médio, as bibliotecas escolares não conseguem suporte administrativo e financeiro para dar um atendimento adequado aos diversos públicos que teria como usuários. Algumas bibliotecas

de escolas ou colégios de ensino técnico têm se mostrado de melhor qualidade. Na UFSM, o CTISM e o Colégio Politécnico têm espaços adequados e acervos que refletem a necessidade dos cursos que oferecem, mas são casos que recebem um maior apoio e cuidado por estarem ligados a uma instituição federal.

Como menciona Martins (1998, p. 342), “a tendência à especialização, anteriormente referida, veio a resultar modernamente em diversas espécies de bibliotecas, ficando a instituição apenas como um gênero”. Bibliotecas especializadas na era moderna foram criadas para dar apoio à pesquisa científica e tecnológica, sejam em organizações públicas ou privadas. Destinam-se por prioridade ao atendimento de especialistas ou à prestação de serviços de demanda específica de assuntos, como, por exemplo, em centros de pesquisa de determinadas áreas do conhecimento, acervos que servem de pesquisa a empresas, de indústrias, bibliotecas jurídicas etc.

É importante diferenciar bibliotecas de conservação das bibliotecas de consumo, ou seja, coleções abertas ao público e outras visando sua preservação e com restrições para a pesquisa. As duas indicações podem conviver em um mesmo espaço, como diz o mesmo autor quando se refere a uma biblioteca universitária que pode ter um acervo geral destinado ao acesso público e raridades bibliográficas que exigem uma guarda mais cuidadosa e um manuseio orientado.

Na década de 1990, afirma Martins (1998, p. 303-304), ocorre “uma grande mudança”, com a implantação da internet. Os catálogos informatizados e o acesso à distância permitiram maior facilidade de encontrar as obras que compunham seus acervos e a pesquisa à distância. Foram criadas “bibliotecas virtuais, bibliotecas digitais e bibliotecas eletrônicas” que vieram a tornar mais dinâmico ainda o acesso visual a documentos digitalizados ou eletrônicos permitindo a pesquisa remota.

“Do ponto de vista administrativo e de manutenção, as bibliotecas distinguem-se, evidentemente, em particulares e oficiais”, afirma Martins (1998, p. 343). As primeiras estariam abertas a um público restrito – não se referindo, neste caso, aos acervos individuais, mas de entidades privadas – de entidades civis ou corporações, ordens ou sociedades, e as oficiais que podem ser federais, estaduais e municipais.

Outra variação dentre os tipos de bibliotecas trata-se da formação de seus acervos que visam atender o público a que se destinam e por este motivo, desenvolvem coleções para suprir as necessidades de seus usuários. No próximo capítulo poderá ser visto um pouco dos tipos de coleções que as bibliotecas gerenciam bem como os serviços disponibilizados. Por este motivo, no capítulo que segue, iniciaremos um diálogo entre duas tipologias de bibliotecas que são foco neste trabalho: a biblioteca universitária e a biblioteca particular.

2.5 Biblioteca Universitária e a Biblioteca Particular: um diálogo

A invenção da escrita e, posteriormente, a revolução causada pela imprensa de tipos móveis possibilitou baixar os custos de produção dos suportes trazendo com isso a facilidade de acesso às obras e a portabilidade dos textos.

A escrita permitiu a fixação, de forma mais ou menos perene, a depender de seu suporte, de tudo aquilo que antes se confiava à memória individual, 'endossomática', isto é, interna no corpo. E, dos diferentes suportes que se utilizaram e se utilizam para a escrita, foi o papel, principalmente quando empregado na forma de códice ou livro, para receber a escrita, que permitiu que se criasse uma memória social duradoura. Uma memória 'exossomática', isto é, externa ao corpo do indivíduo. (LEMOS, 2015, p. 287).

Com uma produção bibliográfica em grandes proporções não apenas tornaram-se necessários os locais de guarda, mas também os espaços onde as coleções fossem organizadas para atender às necessidades dos públicos às quais servia. Battles (2003, p. 15) aponta que: "cada tipo de biblioteca incorpora certa concepção a respeito da natureza dos livros, na medida em que favorece determinadas funções sociais, culturais e místicas". Assim, com o passar do tempo as bibliotecas passaram a refletir em suas características a demanda informacional e de serviços que seus usuários necessitavam.

As Bibliotecas, devido às condições específicas como a fragmentação do conhecimento, e, também, a impossibilidade espacial e financeira de reunir em um único espaço toda a informação registrada disponível, são divididas em vários tipos, como: universitárias, públicas, especializadas, escolares, infantis, a exemplo. Cada uma

delas com características específicas de acordo com o público e comunidade a que serve. (ANZOLIN; CORRÊA, 2008, p. 806).

Por este aspecto é necessário pensar que em cada tipo de biblioteca institucionalizada ocorre uma intencionalidade de formar coleções para que possam atender de maneira satisfatória o público a que se destinam. Porém, como relata Lemos (2015), é preciso lembrar que:

Nem toda coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda biblioteca é apenas uma coleção de livros. Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, são necessários três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização, e uma comunidade de usuários, efetivos e potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre usuários e os serviços da biblioteca. (LEMOS, 2015, p. 285).

Se na origem do termo biblioteca, temos como definição um conceito de depósito de livros, local de guarda, com o passar do tempo e multiplicidade de publicações nas várias áreas do conhecimento, a existência de bibliotecas que reunissem todos os assuntos tornou-se praticamente impossível. Assim, as bibliotecas foram especializando a formação de coleções que servissem aos propósitos dos usuários e instituições às quais estavam vinculadas.

As primeiras bibliotecas, como visto nos capítulos anteriores, pertenceram aos reis. Mais tarde na Idade Média, as bibliotecas monacais, ou dos mosteiros, faziam a guarda de obras e sua preservação, entendendo-se, também, com isso o caráter sagrado que uma biblioteca possuía. A partir da Idade Média, as escolas necessitaram formar suas coleções para dar amparo ao ensino e da mesma forma o uso das informações mantinha uma restrição de acesso a poucos. Posteriormente, com o surgimento das universidades como prolongamento dessas escolas, as bibliotecas universitárias adquirem maior visibilidade e uso, expandindo seus acervos. Lemos (2015, p. 289) confirma esta informação ao dizer que às “bibliotecas de mosteiros iriam somar-se, a partir do século XIII, as bibliotecas universitárias europeias que então começavam a serem fundadas”.

Um ponto importante a ser considerado na história das bibliotecas e na tipologia destas, são as bibliotecas particulares que sempre foram um privilégio daqueles que possuíam poder econômico para formar coleções. Se em alguns

casos a preferência foi por formarem gabinetes de curiosidades, vários formavam acervos bibliográficos privados que dessem suporte ao conhecimento que buscavam dominar. Após a revolução causada pela técnica dos tipos, a disseminação do papel como suporte e a ampliação do domínio da técnica tipográfica ocorreu uma ampliação dos acervos. Muitas bibliotecas particulares vieram a ser incorporadas aos acervos das universidades servindo, em muitos exemplos, para fomentar o desenvolvimento das coleções bibliográficas destas instituições.

Nas mãos da nobreza, “entre os séculos XIII e XV membros da nobreza europeia também se destacaram entre colecionadores de livros”, pontua Lemos (2015, p. 289). Posteriormente, uma nova classe de mercadores possui as condições de aquisição e acumulação do conhecimento escrito. Bibliotecas de nobres e ricos comerciantes, alguns deles ligados ao interesse científico, vieram mais tarde a fazer parte das bibliotecas universitárias, criadas para atender a necessidade de desenvolvimento dos saberes e de algumas importantes bibliotecas nacionais, cuja natureza, conforme Martins (1998, p. 342), visam eminentemente à conservação, mas são em “diversos países, bibliotecas de leitura, abertas, com maiores ou menores restrições, a todos os consulentes”.

Como exemplo ilustrativo podemos citar a Biblioteca Nacional da França, que inicia sua história “com uma pequena coleção reunida por Luís XI (1461-1483)” e de Carlos V que chegara “a reunir mil e duzentos volumes, número considerável no seu tempo”, diz Martins (1998, p. 344 e 88) e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (hoje FBN), fundada em 1810 a partir da Real Biblioteca da Ajuda - antiga livraria de D. José, uma coleção de livros iniciada para substituir a Livraria Real que fora consumida pelo incêndio que sucedeu o terremoto em Lisboa, em 1º de novembro de 1755 e, posteriormente, trazida para o Brasil pela família Real. Moraes (2006, p. 93) conta que inicialmente foi inaugurada em 1811 e “a consulta era facultada aos estudiosos mediante pedido” e, somente, “em 1814, abriu-se ao público”.

Importa notar que acervos bibliográficos particulares que migraram para instituições, seja para contribuir com os acervos de universidades, como também para a criação de bibliotecas nacionais, apenas ocorreram, pois muitos destes preciosos acervos foram preservados por terem um acesso restrito.

Obras importantes foram guardadas e protegidas de intempéries climáticas e de vandalismo, o que as preservou para serem aproveitadas na posteridade.

Hoje as bibliotecas particulares não têm a mesma envergadura e riqueza que ostentavam há alguns anos, em grande parte devido ao custo do espaço físico em áreas urbanas, mas também devido a mudanças de formas de busca e obtenção de informação e, quem sabe, a mudanças nos critérios que serviam para a conquista do reconhecimento social em certas camadas da elite. (LEMOS, 2015, p. 297).

Na era moderna a formação das bibliotecas particulares deixou de ser um privilégio apenas de pessoas de poder econômico, pois a redução do valor do suporte e a multiplicação de editoras tornou o livro acessível a muitos. Mais recentemente estas bibliotecas tiveram um revés, pois o crescimento imobiliário mostrou a dificuldade de guardar obras em espaços de moradia cada vez menores e em muitos casos não recebendo pelos familiares a mesma importância dada aos livros pelos seus antepassados.

Lemos (2015), porém, reflete sobre o conceito de biblioteca particular e traz diferenças no entendimento na sua definição, pois para este autor alguns aspectos são considerados relevantes para diferenciar a caracterização de acervos bibliográficos privados. A posse particular de um acervo, como não visa o acesso público, não obedece necessariamente a uma ordenação de guarda específica e sim de caráter pessoal, assim como a formação de um acervo particular possui a identidade de seu possuidor e desenvolve as áreas específicas do conhecimento de sua preferência, não desenvolvendo as áreas de maneira uniforme como a biblioteca de uma instituição.

As bibliotecas particulares podem ser formadas por coleções que visam atender aos interesses profissionais de seu dono, assim como acervos de fruição, ou seja, para atender à objetivos de leitura de formação e passatempo, ligados exclusivamente ao gosto de seu único usuário. Na literatura biblioteconômica, os cinco postulados elaborados pelo bibliotecário indiano S.R. Ranganathan servem como um guia para compreender a finalidade de uma biblioteca: “1) os livros são para usar; 2) a cada leitor seu livro; 3) a cada livro seu leitor; 4) poupe o tempo do leitor, 5) a biblioteca é um organismo em crescimento” Ou seja, a biblioteca particular não atenderia, desta forma, “a efetiva utilização de seus materiais”, pois não provê acesso ao público

tampouco de maneira organizada que proporcione sua usabilidade, e poderia ser entendida como “um mero local de custódia”, diz Lemos (2015, p. 287).

A história da biblioteca, dos fins do século XVI, em que a deixamos, até nossos dias, é um processo gradativo, ininterrupto e simultâneo de transformação, marcado essencialmente por quatro caracteres principais: 1) laicização; 2) democratização; 3) especialização; 4) socialização (MARTINS, 1998, p. 323).

O processo de socialização é talvez o mais significativo, diz Martins (1998), pois com ele abre-se uma nova dinâmica que evolui o conceito estático ou passivo de um depósito de livros, a informação através dos livros circula para comunidades e espaços ainda não imaginados, fornecendo acesso a um número cada vez maior de pessoas de conteúdos que podem modificar a existência das pessoas. Assim, Lemos (2015, p. 292), adverte que “as bibliotecas se diversificaram, seja devido ao tipo de material que reúnem, seja por causa do tipo de usuário a que tendem”.

Por este ponto de análise, é possível notar que se na história das bibliotecas ocorreu, em um primeiro momento, um movimento de migração de acervos particulares, seja por doação ou compra, para entidades de ensino e pesquisa ou para bibliotecas nacionais, na era moderna ocorre um novo movimento de retorno de bibliotecas particulares para estas instituições visando seu aproveitamento para pesquisa e sua preservação.

Para compreender as motivações do colecionismo bibliográfico privado e a formação de bibliotecas particulares bem como vislumbrar as bibliotecas universitárias como espaços de preservação e pesquisa destes acervos, nos próximos capítulos serão estudados estes temas para que se possa fazer o cruzamento entre estes dois tipos de bibliotecas. Empreende-se desta forma, um olhar sobre a institucionalização e preservação destes acervos onde sua socialização se completa sendo acessíveis à pesquisa por um número maior de usuários.

Portanto, a partir de agora será estudado este primeiro aspecto, o colecionismo e o comportamento daquele que forma uma biblioteca particular. Na sequência, a biblioteca universitária se apresenta como um espaço que historicamente já foi depositária de doações de bibliotecas particulares e novamente se mostra como um espaço possível a receber, neste movimento

de retorno, como ocorrera na Idade Média. Neste sentido, uma instituição como a UFSM contextualiza-se num breve histórico sobre as bibliotecas universitárias no Brasil e se mostra interessada no estudo e guarda de acervos desta natureza, seguindo exemplos de outras universidades que se atentaram para este aspecto há mais tempo.

3 O COLECIONISMO

Por que o ser humano guarda, acumula e/ou coleciona objetos? O apego dedicado à guarda de objetos muitas vezes executado de maneira apaixonada tem uma espécie de investimento afetivo (Baudrillard, 2006, p. 93), pois a representação de determinados objetos prevalecem na ausência de outras paixões. Porém, é preciso identificar uma diferenciação entre o acumulador e o colecionador, visto que o primeiro apenas procura reter e o último busca outros benefícios.

Para Baudrillard (2006), a acumulação de materiais ou o amontoar papéis velhos, pode ser equiparada ao armazenar alimentos, neste sentido, a situação serial de guardar objetos idênticos seria um meio caminho entre introjeção oral e a retenção anal. O autor considera que um acumulador, ao ultrapassar um limiar quantitativo, pode ser considerado um colecionador pela seletividade maior em determinado assunto, mas possivelmente terá uma grande quantidade de objetos não relacionados com outros.

Podemos pensar que o objeto selecionado ao ser guardado funcionaria, segundo Baurillard (2006, p. 98), como um espelho, pois "as imagens que devolve podem apenas se suceder sem se contradizer" e assim, como um animal de estimação, o objeto possuído "devolve fidelidade ao seu dono, sendo assim investido de tudo aquilo que o colecionador não pode sê-lo na relação humana". Assim, quando guarda um objeto para sua coleção, neste objeto ele se recolhe. "Este recolhimento é regressão, esta paixão, fuga apaixonada" com isto, desempenha uma função reguladora na vida cotidiana, que de acordo com este autor, diminuiria tensões e aflições humanas quando estes objetos, recebendo uma espécie de alma, passam a ser "nossos" e propiciariam ao colecionador um equilíbrio neurótico.

No contexto da relação colecionador e coleção, essa ideia de obsessão permeia o que diz Bloom (2003):

O objeto mais importante de uma coleção é o objeto seguinte. A posse talvez seja capaz de nos proteger da necessidade de encarar o mundo sem defesa, mas só até a próxima conquista trará satisfação. Enquanto as mãos ainda seguram uma coisa, e enquanto a mente ainda determina seu lugar na ordem de nossos haveres, o olho faminto já olha muito adiante. (BLOOM, 2003, p. 182).

Baudrillard (2006, p. 111) procura deixar claro que o ato de colecionar distingue-se da acumulação pois indica uma preferência, uma seleção, assim o aspecto da escolha no ato de colecionar (*colligere*: escolher e reunir), como resume Espírito Santo (2011, p. 30), trata-se de “compôr acervos, arranjar peças consideradas de cunho memorialistas”, muitas destas “com traços fetichistas, com propriedades históricas e artísticas, num espaço e tempo”.

Weiner (1987 apud Gonçalves, 2007, p. 26), invoca a ligação de sentido entre os objetos e seus colecionadores, pois estes são usados para fazer declarações sobre a nossa identidade, nossos objetivos e mesmo nossas fantasias. Desde cedo aprendemos que objetos veiculam mensagens e, ao mesmo tempo em que os utilizamos eles contam sobre nossa autoimagem. Através deles, o colecionador também pode retroceder no tempo e ligar-se ao passado. Assim, o colecionador, de acordo com (COSTA, 2007, p. 20), é seletivo:

O colecionismo é um processo criativo que consiste na busca e posse de objetos de maneira seletiva e apaixonada, em que cada objeto é destacado de seu uso ordinário e concebido como um elemento de um conjunto de objetos dotado de significados a ele atribuídos pelo indivíduo ou pela sociedade em determinado contexto cultural. (COSTA, 2007, p. 20).

A intenção pode visar também, segundo Bloom, (2003, p. 38), quando narra a história de Ulisse Aldrovandi (1522-1605), colecionador italiano renomado, que buscava deixar um testamento para futuras gerações, pois ter consciência da mortalidade o estimulava a fazer de suas coleções cada vez mais completas e cheias de atrativos. Ao contrário, do empresário norte-

americano William Randolph Hearst (1863–1951) - conhecido como Cidadão Kane - nitidamente formava coleções de objetos com a ilusão da imortalidade, seus empregados inclusive tinham ordens para evitar o assunto da morte (p. 159).

Os objetos têm frequentemente um valor associado à posse, a memória, ao ritual social e a exibição. Se por um lado o objeto funciona como espécie de "antídoto ou alívio" (Costa, 2007, p. 22) para um sentimento de frustração, convertendo uma sensação negativa em desafio e conquista, quando desenvolve uma coleção que chama atenção a ser admirada pela posse, por outro lado claramente confere prestígio pela disponibilidade de tempo e dinheiro disponíveis para investir em objetos, mas principalmente o amplo conhecimento que indicaria o colecionador ser especialista em determinado assunto que uma coleção pretende expor.

Além disso, os objetos podem possuir valor de troca, objetivos e subjetivos, e todo objeto, teria em si duas funções:

Uma que é a de ser utilizado, a outra, a de ser possuído. A primeira depende do campo da totalização prática do mundo pelo indivíduo, a outra um empreendimento de totalização abstrata realizada pelo indivíduo sem a participação no mundo. Essas duas funções acham-se na razão inversa uma da outra. Em última instância, o objeto estritamente prático toma um estatuto social: é a máquina. Ao contrário, o objeto puro, privado de função e abstraído de seu uso, toma um estatuto estritamente subjetivo: torna-se objeto de coleção. (BAUDRILLARD, 2006, p. 94).

Pomian (1984, p. 54) tratava como paradoxal o fato de o objeto privado de função e abstraído de seu uso, tornar-se estritamente subjetivo, afinal objetos de coleção teriam um valor de troca sem terem valor de uso. E pergunta: como se poderia atribuir um valor de uso a objetos comprados para não serem usados? Um objeto ao perder seu uso poderia exemplificar a historicidade de sua serventia e novamente cumprir o papel de uso, mas daquele momento em diante, como item de exposição para contar sua história e seu contexto-cultural. Da mesma forma a admiração da posse seja pelo uso particular dado pelo colecionador, pois quando ele expõe à admiração de outros e ao olhar seus objetos, regozija-se no cumprimento de sua intencionalidade.

Pomian (1984, p. 55-79) procura compreender a questão do valor ou da preciosidade de determinados objetos em detrimento de outros, pois ao querer guardar algo, um objeto pode ter valor para o colecionador, para um grupo pequeno e próximo de seu convívio, ou serem objetos de reconhecido investimento monetário onde será possível depositar e reter naquela coleção, um valor. Para o colecionador que não visa o retorno financeiro, seu prazer está na "propensão para acumular, que seriam próprias senão de todos os homens, pelo menos de todos os homens civilizados". O valor de sua coleção está carregado de prestígio, pois denota "fonte de prazer estético" onde também se permite "adquirir conhecimentos científicos [...] quer eles sejam, uns e outros, reais ou simulados", ou seja, uma coleção mensurável no reconhecimento social e satisfação pessoal. A posse de objetos "são insígnias da sua superioridade, da sua posição eminente na esfera do significado", símbolos de pertença social e instrumentos que lhes permitem exercer uma dominação neste meio.

Se, de acordo com Baudrillard (2006, p. 93), o colecionador busca "outros benefícios", ao guardar peças, Pomian bem observa que:

O facto de as possuir confere prestígio, enquanto testemunham o gosto de quem as adquiriu, ou as suas profundas curiosidades intelectuais, ou ainda a sua riqueza ou generosidade, ou todas estas qualidades conjuntamente. Não é caso para espanto, então, que se encontrem pessoas que queiram apropriar-se de tais objectos⁴ e que para atingirem este fim sacrifiquem uma parte das suas fortunas; ou outras que, não podendo apropriar-se de tais objectos, queiram ter pelo menos o direito de olhá-los. (POMIAN, 1984, p. 55).

Murguia (2009), por sua vez, discute as relações das pessoas com os objetos fazendo a seguinte subdivisão:

Num primeiro nível de forma direta, fazendo prevalecer o valor utilitário desses objetos. Num segundo nível, quando alguns objetos são feitos para agirem produzindo ou modificando outros objetos - como é o caso dos instrumentos e das ferramentas. Um terceiro nível é possível quando vínculos com objetos são estabelecidos por caminhos indiretos, por mediações simbólicas, seja pela linguagem ou por imagens. E, por último, num quarto nível, o caso da

⁴ Mantido idioma original da fonte.

acumulação, ou seja, o ato de colecionar objetos com a finalidade de sua simples posse ou exibição (MURGUIA (2009, p. 89-90).

Mauss (2003), Malinowski (1976) e Clifford (1988) apud GONÇALVES (2007, p. 24), diz que o ato de colecionar é próprio das sociedades humanas:

Toda e qualquer coletividade humana dedica-se a alguma atividade de colecionamento, embora nem todas o façam com os mesmos propósitos e segundo os mesmos valores presentes nas modernas sociedades ocidentais. Quem coleciona o quê, onde, segundo quais valores e com quais objetivos? Basicamente, toda e qualquer “coleção” pressupõe situações sociais, relações sociais de produção, circulação e consumo de objetos, assim como diversos sistemas de ideias e valores e sistemas de classificação que as norteiam. Em algumas sociedades colecionam-se determinados objetos materiais com o propósito de redistribuí-los ou mesmo de destruí-los; no ocidente moderno, o colecionamento está fortemente associado à acumulação.

Na Idade Média, não era diferente, a afirmação do poder dominante também se fazia por meio da ostentação das coleções:

As coleções acumulavam-se nas igrejas e nos tesouros dos príncipes; compunham-se de relíquias, de objectos sagrados, de *mirabilia*, de dádivas, como também de obras de arte, cuja matéria era muitas vezes considerada mais preciosa do que a execução. Dois grupos, o clero e os detentores do poder, monopolizavam os semióforos, controlavam o acesso da população a estes, e serviam-se deles para afirmar a sua posição dominante. (POMIAN, 1984, P. 78-79).

Durante a Idade Média, príncipes da Igreja e governantes seculares acumularam tesouros de relíquias, vasos de luxo, joias e objetos como chifres de unicórnio (narval) ou outras criaturas lendárias. Desses tesouros, surgiu uma forma mais privada de apreciação, o *studiolo*, um estúdio especialmente construído para abrigar objetos antigos. O primeiro que se tem registro data de 1335, na Itália, em Treviso, pertencente a Oliviero Forza.

Nos gabinetes de curiosidades, o resultado do ato de colecionar, como projeto filosófico, parecia querer dar sentido à multiplicidade e ao caos do mundo, e talvez até descobrir seu significado oculto, diz Bloom (2003, p. 61). Os gabinetes, do século XVII ao século XVIII, de criaturas extraordinárias, artefatos inusitados, monstruosidades, foram dando lugar a colecionadores que

visavam ampliar o conhecimento científico. Darwin, por exemplo foi um colecionador apaixonado, especialista em vermes (Bloom, 2003, p. 109). No final do século XIX, os armários de curiosidades ficaram de lado. Procurava-se estudar objetos e colocar tudo numa ordem de coisas.

Porém, o ato de colecionar pressupõe, por um lado, dedicação e, por outro, uma capacidade econômica e de poder para a aquisição e acumulação de objetos, sejam grandes coleções ou pequenos acervos:

A compra de obras de arte, a formação de bibliotecas ou de coleções, é uma das operações que, ao transformar a utilidade em significado, permitem a quem tenha uma alta posição na hierarquia da riqueza ocupar uma posição correspondente na do gosto ou do saber, sendo as peças de coleção, como se viu, símbolos de pertença social, senão de superioridade. A aquisição de semióforos equivale, portanto à do bilhete de entrada num meio fechado e ao qual não se pode aceder sem ter retirado uma parte do dinheiro que se possui do circuito utilitário. (POMIAN, 1984, P. 79-80).

A formação de coleções nas mãos de chamados colecionadores particulares data do século XV em diante, quando novos grupos sociais começam a participar da acumulação de rendas e podem, desta forma, exercer a acumulação de objetos de significação, chamados por Pomian (1984) de semióforos, objetos visíveis investidos de significado e assim criam gabinetes de curiosidades, galerias de pintura e de escultura, bibliotecas e depósitos de atas etc.

A partir da segunda metade do século XV, inicia-se um processo que terminará com a ruptura deste sistema e a sua substituição por um outro. Formam-se novos grupos sociais, cuja razão de ser é o monopólio que possuem de certos conhecimentos e capacidades: os humanistas, o da bela latinidade: os antiquários, o de um saber que versa sobre a vida dos antigos; os artistas, o da produção de obras de arte; os cientistas, o da ciência. Novos semióforos entram em circulação e acumulam-se em coleções: manuscritos e diversos outros vestígios da Antiguidade, curiosidades exóticas e naturais, obras de arte, instrumentos científicos, são para os membros destes grupos ao mesmo tempo objectos que permitem a elaboração dos conhecimentos ou o tirocinio das capacidades (assim, um artista estuda as obras dos seus predecessores) e insígnias de pertença social, do lugar que ocupam na hierarquia. De onde o aparecimento dos novos locais em que se formam coleções, que são as bibliotecas e os gabinetes dos produtores da arte e do saber. (POMIAN, 1984, P. 78-79).

No Brasil, durante o período colonial, o colecionismo de objetos litúrgicos, ficava nas mãos da Igreja Católica, como expressão de poder e função propagandística. Com a vinda da Família Real (1808) portuguesa para o Brasil, até o período da República (1889), famílias mais abastadas imitavam o modelo trazido e centravam-se mais em pinturas, mobiliário, peças de decoração de mesa. O próprio D. Pedro II dedicou-se a formar uma coleção de arte, agregando instrumentos científicos e a fotografia (COSTA, 2007, p. 39).

Apenas no final do século XIX, que as coleções privadas começam a ganhar folego uma vez que ocorre o desenvolvimento das cidades, ambientação doméstica mais sofisticada e a acumulação burguesa busca um diferencial para mostrar os signos da aristocracia. Em geral eram coleções de dois tipos: coleções preocupadas em guardar objetos relacionados com o período colonial e imperial que o progresso republicano ameaçava destruir e, de outro lado, coleções ecléticas, ligadas à *Bella Époque*, com obras de arte, o luxo e o refinamento do convívio social (COSTA, 2007, p. 40).

Interessante pensar que um colecionador não guarda sua coleção para sempre, ele trabalha para ser o fiel depositário de sua própria intencionalidade, mas terminado seu uso por falecimento, ou gozo da posse, o objeto permanece marcando a ausência e o legado. Uma coleção pode ser desmembrada por sucessores que não têm ligação de sentido com a coleção, doada para uma instituição ou transformada em espaço de memória, abrindo as portas para a pesquisa destas coleções.

Grandes coleções formadas ao longo dos últimos quinhentos anos acabaram institucionalizando-se, quando não, acabaram desaparecendo. Por outro lado, muitas das coleções que sobreviveram, modificaram-se continuamente por vendas, heranças, etc., e passaram a fazer parte ou se constituíram elas mesmas em museus. (MURGUIA, 2009, p. 90-91).

Ao mesmo tempo que as coleções podem vir a transformar-se em coleções de museus, bibliotecas ou galerias de arte, elas carregam as marcas do colecionador que fez opções na escolha dos objetos na formação destas coleções, pois os contextos de existência dos objetos e das pessoas que as guardaram dialogam entre si.

Não se podem encarar os objectos independentemente dos homens, que, ao servirem-se deles, lhes conferem funções e, no caso dos semióforos, significados. Mas pela mesma razão os homens e os seus comportamentos não poderiam ser encarados sem os objectos de que se servem e que co-determinam o seu lugar na hierarquia social, os seus papéis e as suas identidades. (POMIAN, 1998, p. 95).

Também não se pode olhar um objeto independente dos outros que formam uma coleção, pois existe a intencionalidade do colecionador no ato de torná-lo objeto a ser preservado, pois diferentes significados podem ter sido atribuídos ao longo da trajetória de um objeto. Costa (2007, p. 15), fala que existe uma polifonia entre objetos e coleções, uma vez que o contexto histórico-cultural e da vida do colecionador interferem e contam uma parte da história dos objetos selecionados, escolhidos e preservados.

Para este autor, "coleccionar significa também coleccionar a própria história" (Costa, 2007, p. 98), seja na busca das próprias origens de quem faz a coleção, da mesma forma estaria contribuindo para contar sua história dentro do contexto ao qual fez parte. Uma coleção privada analisada em conjunto tem valores diferentes caso seja desmembrada, e seus objetos separados de sua ambiência e contextos próprios. Ainda assim, guarda inúmeras possibilidades de ser a salvaguarda de exemplares ímpares que contam momentos de uma história que poucos podem ter conseguido manter como objetos representativos.

A contribuição das coleções, sejam gabinetes de curiosidades, obras de arte, acervos bibliográficos, documentais, ou objetos que tinham aparentemente relação direta e exclusivamente com o colecionador, na verdade refletem um gosto, uma mania, uma preferência, que pode estar ou não relacionado com algum contexto.

3.1 O colecionador bibliográfico

O capítulo anterior procura discutir o colecionismo para compreender as motivações que levam uma pessoa a guardar objetos e formar coleções. Dentre os exemplos, especificamente o livro nesta parte do trabalho surge

como um dos objetos que indicam um gosto particular e sua guarda reflete parte da identidade de seu possuidor através da preferência na seleção de quais funcionarão como sua representação. No âmbito dos livros, acredita-se que o colecionismo “vai além da informação, pois a sua apropriação material está permeada por motivos diversos, que não unicamente a criação do conhecimento” (MURGUIA, 2009, p. 87-88).

Importa lembrar que o livro é a objetificação visível de diversas artes. Como suporte ele carrega a obra literária, a informação científica, a memória de um contexto histórico, a técnica de sua produção (impressão, fontes tipográficas, papel, encadernação etc), e ao ser escolhido para ser colecionado ele mantém em posse de seu colecionador a materialização desses patrimônios. Enquanto “a obra literária é, pois, um objecto invisível, e o livro um objecto visível”, diz Pomian (1998, p. 72, mantido o idioma original da citação).

Nesta perspectiva, o livro é um semióforo: um objeto visível investido de significação. [...] Ser semióforo é uma função que o livro só conserva quando se adota face a ele uma das atitudes programadas pela sua própria forma: quando o lemos ou o folheamos, ou pelo menos, quando o colocamos nas prateleiras da nossa biblioteca, de uma livraria, de uma loja de alfarrabista. Trata-o também como semióforo aquele que o preserva por ver nele um livro, sem no entanto estar disposto a lê-lo, ou que só vê nele um objeto estranho ou precioso que, por essa razão, resolve guardar. (POMIAN, 1998, p.77).

Porém, cabe aqui a discussão se pensarmos no colecionador de livros como alguém especializado (bibliófilo) ou apenas um acumulador de livros (bibliônomo). Murguia (2009, p. 89-90), subdivide em quatro níveis as motivações de guarda de livros para melhor compreender a relação das pessoas com seus objetos selecionados. De acordo com seus níveis de identificação, também os acumuladores de livros seriam colecionadores pela escolha de um tipo de objeto específico. Gonçalves (2007, p. 24) corrobora esta definição quando menciona que no ocidente moderno “o colecionamento está fortemente associado à acumulação”, mas a avaliação a ser feita seria “quem coleciona o quê?”, pois uma coleção pressupõe situações e relações sociais de produção, circulação e consumo destes objetos, assim como a sistematização de ideias, valores e a classificação destes.

Então podemos pensar que dentre os colecionadores de livros podemos encontrar os bibliófilos e os bibliômanos e grosso modo, os primeiros possuem critérios em suas pesquisas e na guarda dos livros, reverenciando a estes objetos a categoria de obras de arte. Possuem para estes, um sentido de vida, em busca de formar coleções de obras raras, especiais ou de categorização específica que se distinguem de obras consideradas comuns.

Buonocore (1976, p. 65) traz para bibliófilo um sentido de amante ou aficionado por edições originais, em geral um estudioso do tema e ligado à cultura, diferindo do bibliômano, que acumula livros em quantidades sem objetivos especificados. Cunha (2008, 46,48) concordo com o desejo especificado nas obras raras ou antigas, acrescentando o sentimento de amor aos livros, trazendo ao bibliômano a mesma definição de apenas querer acumular obras. Do Dicionário do Livro, obra fundamental para o estudo bibliográfico, de Faria e Pericão (2008, p. 95, 98), compreende-se que ambos têm paixão pelo livro como objeto e desejam seu acúmulo, porém o bibliófilo tem critérios qualitativos estipulados por seu estudo mais aprofundado do tema.

Se os primeiros possuem como a palavra bibliofilia indica pelo original grego βιβλίον - biblion, livro – e φιλία – philia, amor – ou seja, “amor pelos livros”, conta Melo (2015, p. 22-26), o segundo tipo não seguem critérios na aquisição de livros e na formação de coleções. Frieiro (1957, p. 9) assim diferencia: “o verdadeiro bibliófilo [...] é exigente na escolha, prefere a qualidade à quantidade. O bibliômano, pelo contrário, tem gosto demasiado ostentatório”. Sobre este tema podemos discordar parcialmente, porque um bibliófilo também pode obter recompensas através de sua coleção quando a expõe sua posse.

Essa interpretação não pode ser fechada em si, pois em Lemos (2015, p. 379), o autor descreve que a bibliofilia, em casos extremos pode chegar a ser uma variante da acumulação compulsiva, “em que o colecionador se perde na obsessão de atrair para sua esfera de vida, para seu controle, seus objetos de desejo”. Seria uma espécie de possuir por possuir. Este autor confirma a diferenciação importante entre o colecionador bibliográfico (bibliófilo) e o acumulador. O bibliófilo possui método e conhecimento da área dos livros para formar coleções, ele seria o “autêntico colecionador”, como diz Melo (2015, p. 165).

Querer bem aos livros é sentimento que se parece muito com o amor dos sexos. Em ambos há sensualidade e egoísmo. [...]. O amante quer possuir só para si o objeto do seu amor. O bibliófilo guarda avaramente o seu tesouro de papel impresso. A biblioteca é o serralho em que este sultão conserva cativas as belas edições. (FRIEIRO, 1957b, p. 8).

Assim, os bibliófilos com o passar do tempo podem vir a ser responsáveis muitas vezes pela preservação da memória cultural, da identidade social, mesmo que parcialmente, de uma sociedade, de uma época e da cultura de um país, pois formam coleções importantes buscando sua completude e primam pela preservação e organização. O bibliômano ao contrário, seria alguém que fica escravo da acumulação de livros, muitas vezes perdendo-se naquilo que possui.

Ambos, segundo Baudrillard (2006, p. 111-112), possuem quase uma motivação serial que se revela na busca por pequenas diferenças entre edições de uma mesma obra, o que o autor chama de “coação associativa” que atua nas motivações de compra quando identificam pequenas diferenças em uma edição para justificar sua aquisição. Também menciona uma conduta análoga a este comportamento aparentemente obsessivo, quando se refere a um leitor que diz que só consegue ler se estiver cercado pelos seus livros, e indo mais longe, “é menos o livro que conta do que o momento em que o livro é colocado perto de outros na prateleira da biblioteca”.

Compreendamos então que o colecionador bibliográfico não necessariamente é um leitor contumaz apenas pela quantidade de obras que possui. Ele pode escolher o livro como objeto que reflete seu gosto, representando um poder de significação para o seu processo de colecionismo e passa querer mantê-los por perto.

Os bibliófilos em geral têm relação com autoridades, personalidades e com outros colecionadores onde exercitam interesses e podem exibir suas coleções. Rubens Borba de Moraes⁵, confessa em suas memórias que chegando à velhice decidiu vender sua coleção, mas apenas para alguém que

⁵ Rubens Borba de Moraes foi um intelectual brasileiro importante, era bibliotecário, bibliógrafo, bibliófilo, e um dos organizadores da Semana de Arte Moderna. É autor de uma obra fundamental sobre o estudo da bibliofilia, *O bibliófilo aprendiz: prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras, antigas ou modernas*.

entendesse de livros e que os “soubesse apreciar” (Moraes, 2011, p. 234). José Mindlin que tinha relação com Borba de Moraes ficou com a coleção desse procurando respeitar o espaço dedicado à guarda da coleção de Borba de Moraes, pois acreditava que uma biblioteca exprime a personalidade de quem a formou e portando colocou-a sem misturar exemplares com os seus, mantendo inclusive as duplicatas. O ato de José Mindlin ilustra um respeito à bibliofilia e ao bibliófilo Borba de Moraes. Sabedor da história que cada exemplar carrega na garimpagem até a obtenção do exemplar desejado os objetos carregam um pouco de seu possuidor.

Pomian (1984, p. 55) diz que um colecionador obtém prestígio testemunhado pela sua riqueza (financeira e intelectual) ou ainda generosidade (quando dedica seu tempo à preservação de bens culturais), mesmo que para “este fim sacrifiquem uma parte das suas fortunas”. Melo (2015) trata os bibliófilos também como verdadeiros detetives, pois dedicam parte de suas vidas na investigação do paradeiro de obras importantes. Muitas destas pertencentes ao patrimônio bibliográfico do Brasil e que acabam sendo preservadas durante sua posse e mais tarde ficando em alguma instituição para pesquisa.

Mindlin (2008) conta inúmeras histórias de sua jornada em sua busca de livros raros e como cada aquisição valorizava a obra de uma maneira adjacente. Havia exemplares que o fazia lembrar viagens, como fora a negociação, as pessoas conhecidas nesta trajetória. Verdadeiros malabarismos na busca por exemplares que agregavam a uma determinada obra, um valor da própria memória do colecionador e ao colecionar obras acabavam formando sua biblioteca particular. A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin⁶ veio ser doada para a Universidade de São Paulo em 2005.

3.2 As bibliotecas particulares

Do ponto de vista deste autor que vos escreve, uma biblioteca particular tem um sentido ao mesmo tempo de abrigo, de refúgio protetivo, mas

⁶ O famoso bibliófilo em autobiografia citada neste trabalho refaz sua caminhada e conta a história da coleção que vem a deixar como legado.

também de fortaleza voltada à concentração. Um local sagrado onde ocorre o encontro entre o escritor e o leitor, de uma consciência que não será a mesma ao encontrar novos conteúdos. Um espaço onde o silêncio dialoga de maneira viva e modificadora. Os livros empilhados nas estantes seriam como um papel de parede, que ao mesmo tempo em que adornam o ambiente, trazem aos olhos suas letras para formar consciências que daquela biblioteca saem para modificar o mundo. Nota-se em incontáveis imagens a utilização de bibliotecas ou acervos como pano de fundo para locais de saber, dando crédito a opiniões de pessoas importantes ou elegendo a importância ao conhecimento.

Ao longo dos anos, uma biblioteca construída livro a livro, como tijolos verticais de papel formariam desta forma uma parede à frente das existentes. Essa representação talvez possa representar um acervo bibliográfico pessoal. Essa construção de uma segunda parede formada por livros reforça a importância dada ao conhecimento e sua posse ao mesmo tempo tende a representar a assimilação daquele saber. Para o proprietário de uma biblioteca particular, aquela segunda parede que os livros compõem parece uma fortaleza que o protege do mundo e ao mesmo tempo permite nesta espécie de refúgio retomar as forças para enfrentá-lo. Os livros performam colunas, adornam um ambiente e funcionam como espécie de “antídoto ou alívio”, o que a expressão usada por Costa (2007, p. 22) vem a confirmar.

Cada livro dessas estantes foi selecionado e adquirido numa determinada época, com um propósito específico de trabalho ou de fruição. Os livros recebidos de presente, aqueles comprados em viagens, as obras herdadas que estavam na casa de algum familiar e que são guardadas apenas pelo afeto, sem ao menos serem abertas. Obras recebidas com dedicatória, umas interessantes outras nem tanto, aquelas que adquiriram uma ligação pessoal. Há aquelas lidas em determinadas épocas e que hoje não fariam o menor sentido, mas que guardam um espaço naquela construção chamada biblioteca. As obras nunca lidas, e que talvez nem haja tempo suficiente para lê-las pela priorização do gosto e que por algum motivo foram escolhidas para fazerem parte daquela estrutura, mas que não se movem de lá a nenhum custo. Existem as obras emprestadas que deixaram de fazer parte de um

acervo e outras que tomadas em empréstimo, assentaram confortavelmente um espaço na própria biblioteca, neste acervo de si.

Assim, como diz Cerne (2013) existe um vínculo cultural da biblioteca particular com seu possuidor, pois estão conectados aos contextos sociais de formação e desenvolvimento destes acervos. Afinal, as preferências na escolha e seleção dos itens para formar essa coleção de livros e a decisão sobre sua permanência, a provável influência dos conteúdos na formação do proprietário de um acervo, bem como sua ligação de afeto com este, mostram parte de sua identidade através da coleção que busca manter próxima de si. Como dizem Perrone e Engelman (2005, p. 85), “uma forma de recordação prática”, pois ocorre uma manifestação de fidelidade na relação íntima entre objeto escolhido por afinidade. Costa (2007, p. 24) acrescenta que da uma coleção é uma construção a partir das escolhas de um colecionador, “mesmo que sejam, em parte, escolhas inconscientes”.

Sempre colecionamos a nós mesmos. O colecionamento é um processo de construção identitária, um culto do eu através da coleção, do papel de guardião da memória. E nossa memória, historicizante e historicizada, precisa de lugares e práticas onde se apoiar. A coleção se constitui e se transforma através de um conjunto de práticas sociais e culturais, como a reunião, a troca de informações, a historicização da vida, a aquisição e a manutenção de objetos, a constituição e a afirmação de uma identidade. Nela, é possível perceber uma relação incompleta entre o discurso do colecionador e sua experiência. (SALADINO, 2009, p. 91).

Esta identidade que um acervo revela sobre seu proprietário fica muito bem clara quando pensamos nas bibliotecas que levam os nomes de seus donos. Frieiro (1957b, p. 59), resume muito bem quando lembra que “há com efeito bibliotecas particulares que dão nome aos seus proprietários, homens que seriam perfeitamente desconhecidos sem os seus livros”, ou seja, o trabalho na formação de uma coleção acaba por identificá-la como extensão de seu dono nas escolhas das obras, na seleção daquilo que utilizou para a própria formação, na decisão de manutenção destas obras que viriam a representar o que ele houvera sido. “Cada leitor é um mundo: não existem duas bibliotecas pessoais idênticas”, nos diz Zaid (2004, p. 84).

...nós usamos objetos para fazer declarações sobre nossa identidade, nossos objetivos, e mesmo nossas fantasias. Através dessa

tendência humana a atribuir significados aos objetos, aprendemos desde tenra idade que as coisas que usamos veiculam mensagens sobre quem somos e sobre quem buscamos ser. (...) Estamos intimamente envolvidos com objetos que amamos, desejamos ou com os quais presentearmos os outros. Marcamos nossos relacionamentos com objetos (...). Através dos objetos fabricamos nossa auto-imagem, cultivamos e intensificamos relacionamentos. Os objetos guardam ainda o que no passado é vital para nós. (...) não apenas nos fazem retroceder no tempo como também tornam-se os tijolos que ligam o passado ao futuro. (WEINER, 1987, p. 159 apud GONÇALVES, 2007, p. 26).

Além da importância desta ligação identitária do acervo bibliográfico ao seu proprietário e a importância que uma biblioteca pode revelar pelo contexto social em que foi formado – e tratando-se seu dono de pessoa influente em algum ramo de atividade, a formação de suas linhas de pensamento – outras características sobre as bibliotecas particulares podem ser observadas.

Normalmente o proprietário ou responsável estabelece quem pode ter acesso ao seu acervo e restrições quanto a este uso. Sendo uma biblioteca privada particular ou institucional, entende-se que apenas terão acesso ao acervo desta biblioteca, pessoas próximas e autorizados para isso. O que Martins (1998, p. 324) chama de “processo de socialização”, como fator de distinção entre os tipos de bibliotecas.

Uma biblioteca particular recebe esse nome porque sua posse e acesso têm restrições a uma pessoa. Cunha (2008, p. 52) indica a pessoalidade da posse em seu entendimento de uma biblioteca particular, porém Buonocore (1976, p. 84) estende a posse privada também para grupos, repartições ou uma instituição, afinal a posse privada poderia englobar o acesso de outras pessoas que fazem parte de uma determinada instituição. Faria e Pericão (2008, p. 104) concordam com este último autor, pois a posse privada poderia estar restrita a uma pessoa apenas, ou privada ao acesso de um grupo específico. Vale analisar, portanto, os recursos que sustentam uma biblioteca para compreendê-la como particular ou privada (no caso, privada de recursos públicos), bem como a restrição de acesso para indicar sua tipologia.

A definição citada de Buonocore (1976) mostra-se desatualizada pelas terminologias do tipos de bibliotecas que foram diagnosticadas mais recentemente, onde provavelmente a definição usada para biblioteca privada de uma instituição estaria mais próxima de uma biblioteca especializada ou pública de acesso restrito, pois a questão de recursos para sua formação e

manutenção - ou “sustentada”, na expressão de Faria e Pericão (2008, p. 104), mostra-se muito importante na configuração desta definição.

Quanto ao acesso ao acervo e recursos para a preservação, Pomian (1984, p. 82-83), lembra que os museus ou a institucionalização de uma coleção particular tende a estabelecer os fundos que farão sua preservação, ou sua permanência, uma vez que “depois da morte daquele que a tinha formado” ou “repercussões das flutuações da sua fortuna” uma coleção particular pode vir a se dispersar. Muitas vezes em casos de falecimento de um colecionador bibliográfico ou apenas de um detentor de uma biblioteca particular, ocorre o término de uma coleção por não haver mais a figura de ligação com aquela coleção. Em alguns casos pode ocorrer um fatiamento da coleção entre familiares e amigos do proprietário do acervo particular que ao escolherem partes do todo acabam transformando a coleção em fragmento dela própria, com menor representatividade do conjunto até então formado.

A concepção de uma biblioteca particular nasce a partir da tríade formada pela intimidade entre leitor e livro, o intelecto dispensado sobre as obras no processo de produção científica e a cultura absorvida ou criada em torno delas. Seja uma coleção composta por 200 itens, seja um acervo de 2.000 documentos, esses elementos estarão presentes total ou parcialmente. (CERNE, 2013).

Outra importante discussão a ser feita quanto a um acervo bibliográfico particular é sua organização. Se no referencial neste trabalho o acumulador mostra ter mais compulsão pela guarda e não tanto pela estrutura de sua construção, uma biblioteca particular tem uma ordenação que colabora com a lógica de sua construção. Nesta diferenciação, Martins (1998, p. 325) diz que “uma biblioteca não é mais, por consequência, um mero depósito de livros”, ao que Bloom (2003, p. 233) confirma e complementa dizendo que “a pura acumulação de livros não forma uma biblioteca. Ela é também a organização deles, a mente ordeira que os habita e governa”.

Uma biblioteca não é simplesmente o somatório de livros. O fato de o indivíduo ter escolhido aquelas obras, entre tantas outras, de preservá-las em casa, guardá-las em moveis especialmente construídos, demonstra uma preferência, uma forma de atribuir determinado valor aos livros, não apenas por suas qualidades implícitas. Essa seleção, seja por escolha profissional, afetiva, ou mesmo por status, define a razão que ajuda a fazer a diferença entre

livros esparsos e espalhados e uma biblioteca, mesmo que pequena. (BESSONE, 2014, p. 36).

Uma biblioteca particular pode não ter uma organização aparente, mas seu proprietário enxerga uma organicidade que permite-o encontrar a obra que estiver procurando pela própria lógica de guarda dos livros estar aliada às suas necessidades ou prioridades de importância.

O colecionador, como o leitor, tenta convencer-se de que há estrutura, de que as coisas podem ser postas em ordem e compreendidas, mesmo que pareçam seguir regras estranhas, ou regra nenhuma. A biblioteca, o espaço onde os livros são postos em ordem e classificados e não apenas misturados em pilhas de títulos sem ligação, torna-se ela mesma uma história; dentro dela, pelo menos, as coisas têm lugar no plano geral das coisas, em suas estantes. (BLOOM, 2003, p. 235).

Neste mesmo entendimento, talvez a definição de Melo (2015, p. 165) indique que formar uma coleção seja “apropriar-se do mercadológico e o subverter”, rompendo com a lógica do objeto para criar uma lógica própria que signifique “um território de lembranças”, mantendo perto deste colecionador objetos que venham a revelar no futuro, como dizem Perrone e Engleman (2005, p. 86), “conexões entre coisas que guardam correspondências” remetendo a estes objetos uma constelação histórica.

Quantas coisas não retornam à memória uma vez nos tenhamos aproximado das montanhas de caixas para delas extrair os livros para a luz do dia, ou melhor, da noite. [...] Não são pensamentos; são imagens, lembranças. Lembranças das cidades nas quais achei tantas coisas. [...] Lembranças de recintos onde esses livros ficavam, da minha toca de estudante em Munique, do meu quarto em Berna, da solidão de Iseltwald à margem do lago de Brienz. (BENJAMIN, 1987, p. 234-235).

Walter Benjamin (1987, p. 227-235) dá voz ao colecionador bibliográfico quando narra em *Desempacotando minha biblioteca* as caixas de livros de seu acervo sendo abertas a expor a história da formação de sua biblioteca ou a coleção de si, uma vez que cada objeto traz a memória de um momento vivido. A biblioteca ao mesmo tempo em que é uma construção de livros, protege, dá sentido, sustenta e abriga como uma morada, as lembranças não estão “vivas dentro dele; é ele que vive dentro delas”.

Porém, é bom lembrar que possuir uma biblioteca particular é um privilégio relativamente recente. Apenas nobres na Idade Média conseguiam formar pequenos e médios acervos. Segundo Oliveira, Siegmann e Coelho (2005, p. 113), a figura do colecionador “confunde-se com a do burguês” e as práticas do colecionismo se intensificaram com a emergência desta classe no Renascimento quando ocorreram as condições para a acumulação fora das esferas da nobreza. Esta “ferramenta de re-construção subjetiva” ocorreria segundo os autores, em momentos de crises de passagens históricas e seria possível pela relação entre “poder-dinheiro e a possibilidade de colecionar”.

Com o desenvolvimento da indústria tipográfica, os processos permitiram tiragens maiores e o acesso às publicações foi popularizado. Cerne (2013) conta que se anteriormente o espaço da biblioteca era “monástico, imperial, nacional, castelar”, com o passar do tempo o ambiente dedicado à leitura permitiu formar acervos nas residências. Não raro, o gabinete ou sala de leitura era chamado de espaço sagrado. Muitas vezes havia uma ligação entre o intelectual e sua biblioteca tornando-a biblioteca escritório uma vez que se tratava do espaço onde permitia a concentração, a organização de obras de interesse do estudo daquele intelectual e ali se desenvolvia parte da sua produção.

Em um estudo Villalta e Morais (2010, p. 417) ilustram a posse de livros e bibliotecas privadas em Minas Gerais quando entre os anos 1714 e 1874, nas cidades de Mariana e São João Del Rei. Em geral a existência de bibliotecas particulares estava em mãos de homens livres que possuíam um ofício que exigisse o uso de livros, “clérigos, advogados, boticários, militares, professores e funcionários da administração régia/imperial”. Outros formavam pequenos acervos com assuntos “muito distantes de suas ocupações profissionais e/ou interesses religiosos”, o que mostrava curiosidade sobre o mundo, especialmente as ciências naturais e a política.

Um exemplo de biblioteca particular inventariada que mostrava as leituras e as tendências do pensamento político de seu proprietário é narrada no livro de Eduardo Frieiro (1957), *O diabo na livraria do Cônego*, quando o escrutínio das obras da biblioteca de Luís Vieira da Silva procura aludir parte de seu pensamento como um dos mais instruídos da Inconfidência Mineira. Conta Frieiro (1957, p. 67), “pelos livros que tinha em casa pode-se imaginar que era

um espírito forte”. Rizzini (1988, p. 266) cita o acervo do Cônego com mais de 600 volumes como possuidor de “autores modernos incendiários”, ilustrando o poder das ideias que continha.

Porém, Moraes (2006, p. 184) discorda em parte deste enfoque, pois apesar de considerar fundamental o estudo do livro e das bibliotecas para compreender a evolução cultural brasileira, a presença de “livros perigosos” em uma biblioteca particular não explicaria em si o poder de influência de uma pessoa, mas as relações sociais onde o conteúdo é dialogado. Este autor cita inclusive um exemplo em Portugal onde Cardeal da Cunha, conhecido por sua célebre ignorância e uma biblioteca de “as onze mil virgens” (2006, p. 28) o que desperta atenção quando um acervo particular em análise se mostra parte de uma biografia intelectual ou apenas de consumo bibliográfico.

Com a vinda da Família Real e com isso a imprensa, afinal iniciou-se no Brasil um maior volume de interessados na palavra escrita, mesmo que incipiente, o consumo de impressos e a frequência nas bibliotecas públicas em geral apenas ocorria pela elite que dispunha de letramento. A formação de pequenos acervos começava a dar seus passos e possuir uma sala de leitura fornecia um “status” de intelectualidade pois a imagem desdobrava-se no sentido do poder econômico disponível para acumular livros e no conhecimento do mundo das ideias.

Lemos (2015) mostra, através de estudos de estrangeiros feitos em países em desenvolvimento que as bibliotecas particulares na América Latina ocorreram em número importante e quando ligado a membros da elite normalmente as coleções possuem qualidade que refletem uma devoção à cultura. Já Thompson (1954 apud Lemos, 2015, p. 85) atenta para pensar que mesmo uma inclinação à bibliomania provocaria a tendência de bibliotecas particulares de dimensões consideráveis que poderiam no futuro contribuir com outras bibliotecas de pesquisa arriscando uma previsão: “essas bibliotecas particulares terão um efeito saudável na marcha dos acontecimentos referentes às bibliotecas”.

Mesmo que hoje, segundo Lemos (2015, p. 297), as bibliotecas particulares não tenham “a mesma envergadura e riqueza”, de acordo com Bessone (2014, p. 218) as bibliotecas particulares guardam “uma qualidade perdida pela biblioteca pública: mantém uma dimensão humana, uma harmonia

e um equilíbrio geralmente perdidos pela última”. Nos acervos construídos livro a livro, pela necessidade de informação e estudo, ou leitura de fruição, estão sedimentadas as épocas de vida os diversos interesses que permearam uma vida feita com livros.

As bibliotecas particulares formavam-se a partir de escolhas pessoais, que podiam estar vinculadas a necessidades acadêmicas, profissionais ou simples preferências de seus proprietários. Antônio Cândido sugeriu o estudo destas coleções como um instrumento útil para “investigar a formação das mentalidades num dado momento histórico”. Os períodos de entrada de livros no acervo contariam como marcos que caracterizariam as mudanças, a maturidade e as novas exigências do leitor. (BESSONE, 2014, p. 74).

Compreender o valor de um espaço sagrado, onde a introspecção para a concentração e o estudo, o desenvolvimento das ideias e a correspondência entre os conteúdos que forma uma coleção com o modo de pensar de seu possuidor. A identificação de uma biblioteca particular com seu possuidor mostra-se através do diálogo entre seus livros e suas ideias, a seleção de obras mantida ordenada por uma lógica própria, mas muito com a escolha de em sua biblioteca particular encontrar um refúgio onde esse leitor conseguia se encontrar.

4 AS UNIVERSIDADES E AS BIBLIOTECAS

Se no capítulo anterior observamos a lógica das bibliotecas particulares, a partir deste capítulo será retomado um aspecto de ligação fundamental: a contribuição das bibliotecas particulares na formação dos acervos das universidades. Para tanto, faz-se necessário apresentar um pouco da história das universidades e sua importância para o desenvolvimento da humanidade. O capítulo apresenta as universidades no Brasil, que tem uma história recente, se comparada a Europa, bem como a história de suas bibliotecas e termina por localizar o agente proposto para observação principal deste trabalho, as bibliotecas da Universidade Federal de Santa Maria.

As primeiras universidades surgiram no início do Século XII, porém não se pode precisar uma data específica. Bohrer *et al.* (2008, p. 2-3) diz que

as primeiras universidades foram Bolonha em 1088 e Paris em 1200. Em 1155 a fama da universidade de Bolonha era tão grande que o Imperador Frederico Barba-Ruiva, o sacro imperador romano-germânico convocou seus doutores em leis para emitirem um parecer em seu conflito com as comunidades lombardas. À semelhança da Universidade de Paris, a de Bolonha estava organizada em nações estudantis e em 1265, esta incluía estudantes vindos de países tão distantes como a Inglaterra, a Polônia e a Hungria.

Sabe-se, segundo Charle e Verger (1996), que as disciplinas ministradas se referiam àquelas da Antiguidade, cristianizada pelo clero como saberes da cultura erudita nas escolas da Alta Idade Média. Uma renovação dos saberes mostrou-se necessária pois, com a expansão do sistema de trocas, as pessoas com maior domínio das disciplinas eruditas e técnicas de escrita podiam gerir os negócios com maior competência, fossem eles privados ou públicos. As pessoas egressas das escolas recebiam uma espécie de promoção social, e eram chamadas de *magistri*.

Os alunos passam a se agrupar de acordo com sua origem geográfica e as nações estudantis fechavam-se para exigir ensinamentos específicos, regradar conflitos internos e se proteger da população local. Posteriormente essas “nações” reagruparam-se criando o que se chamou de “universidades” sendo que a direção caberia a um reitor. Bellotto (2014) recorre ao termo *universitas* (saber total, universal), pois segundo esta autora, o saber começava no século XII a deixar o meio monacal e teológico, deixando a educação de ser privilégio de mosteiros isolados para outros centros.

Depois de Bolonha, na Itália, em Paris (França) e na Inglaterra em Oxford, outras universidades foram se instituindo. Como resultado de conflitos internos e externos com as próprias instituições de ensino, houve a criação de outras universidades como desmembramento das existentes. Cambridge surge em 1209 nascida de Oxford e em Pádua é fundada em 1222 por estudantes e doutores foragidos de Bolonha. Os cursos desta época eram Direito Civil (proibido em 1219 por ser considerado profano), Direito Canônico, Artes, Filosofia, Teologia e Medicina.

Entre os anos 1220-1230, algumas universidades são “fundadas”, como grifa Charle e Verger (1996, p.23), pois autoridades políticas ou príncipes, passaram a interessar-se na criação de instituições educacionais, pois ao lado

do poder da religião e do Império surge outro, o estudo através da universidade.

Soberanos de diversos reinos europeus também criaram diversos cursos. Este fato não significa, porém, um grande salto em números, pois em 1300 ainda não passavam de 12 ou 13 as que estavam ativas na Europa. Entre 1378 e 1500 é quando ocorre um crescimento considerável das universidades – principalmente na Alemanha – pois a emergência dos estados nacionais e a Grande Cisma (1378-1417) elevou para mais de 62 estas instituições de ensino, pois “centros culturais e políticos europeus adotaram” as universidades “como um signo de modernização” (p. 24).

A contribuição propriamente cultural das universidades medievais não se limitou às doutrinas inovadoras de alguns grandes mestres. A todos os que as frequentaram com um mínimo de assiduidade, elas ofereceram, pelo menos uma “cultura de base” muito sólida, um modo rigoroso de raciocinar, uma arte de analisar minuciosamente os textos e, igualmente, noções gerais, os elementos de uma visão coerente do mundo. (CHARLE; VERGER, 1996, p. 30).

Christophe Charle e Jacques Verger (1996) e Le Goff (1984) também chamam atenção de uma nova figura que surge, o intelectual. Os sermões do mestre em Teologia, as sentenças e conselhos do Doutor em Direito, as consultas do Médico e as aulas do mestre em Artes ecoavam das doutrinas e práticas intelectuais universitárias.

Além dos personagens, os suportes estão nesta época prestes a sofrerem grande transformação, pois com a imprensa ocorre um incremento na quantidade disponível de materiais à disposição. Le Goff (1984) nos diz que, o livro universitário é um objeto diferente da Alta Idade Média, pois agora ele passa a ser ligado ao contexto técnico, social e econômico e até a escrita muda adaptando-se às novas condições e passa a ser indispensável à vida da coletividade.

“Não apenas os autores do programa deviam ser lidos por mestres e estudantes como as lições dos professores deviam ser conservadas” (Le Goff, 1984, p.88). Para isso os estudantes faziam anotações (relationes) que precisavam ser mais fáceis e rápidas de registrar. Desta forma, vemos que além dos suportes de informação, também a necessidade de acompanhar as

velocidades das mudanças causadas pela revolução técnica e pela imprensa foi muito mais significativa que a monumental quantidade de material que começou a circular.

A ponta de cana foi substituída pela pena de pato para permitir maior agilidade na escrita. A necessidade de transporte, facilidade de manuseio e consulta exigiu que o suporte alterasse seu formato e facilitasse o uso. Le Goff (1984, p. 90) chama de um nascimento, mais do que um renascimento, este momento, pois ele abre caminho para a explosão informacional causado pela imprensa. O livro passou então a ser o instrumento principal de circulação da informação.

Dentre os utensílios de um membro de uma corporação universitária na Idade Média, Le Goff (1984) lista: livros, secretária (pulpitum onde se fazia a leitura), um fio de prumo, uma régua, um quadro preto, uma pedra-pomes como um raspador do pergaminho, uma mesa, uma palmatória, uma lamparina de sebo, um recipiente com tinta, uma pena, uma cadeira e giz. O autor lembra São Francisco de Assis, o Apóstolo do desapego, quando diz que “o livro se tornou a base do ensino” e que o “aparato material se torna necessário e cada vez mais ocupa mais espaço” (LE GOFF, 1984, p. 87).

A universidade moderna não renunciou à Antiguidade Greco-Latina (Souza, 1996, p. 45-46), procurou “descobrir nela e resgatar valores como a busca do conhecimento e de ciência” procurando novos contornos e críticas ao passado. Valores nacionais como a língua e a literatura foram substituindo os valores medievais. O pensamento e os métodos de pensar também evoluíram. O estudo da natureza ganhou força e a educação humanística tornou-se o grande objetivo da educação moderna. Este cenário em transformação atingiram as bibliotecas que iniciam a representar seu espaço, acompanhada do livro, uma significação social, diz Carvalho (2004, p. 79).

Sendo assim, para a história das bibliotecas, a fundação das universidades é considerada como um dos grandes acontecimentos da Idade Média. Segundo Martins (1998), as primeiras universidades são prolongamentos de ordens eclesiais e junto a esse movimento os acervos bibliográficos davam suporte ao ensino. As bibliotecas universitárias surgem da laicização do ensino que marca a época propiciando uma evolução na cultura ocidental.

Além dos acervos existentes em mosteiros, religiosos e nobres fizeram doações de suas coleções para serem incorporados às bibliotecas melhorando a quantidade e qualidade dos materiais que seriam tão importantes ao estudo. Por exemplo, a Universidade de Oxford recebeu de Richard de Bury, bispo de Duhran e chanceler da Inglaterra, em 1334, todos seus livros por doação. Outro exemplo que pode ser citado ocorre em 1440, quando Humphrey, duque de Gloucester, encaminhou mais 600 livros. Mais adiante, em 1597, outra doação de Thomas Bodley à Biblioteca de Oxford que veio a legar o nome deste para sua biblioteca, chamada de Boudleiana (ou Bodley pelos eruditos). Pomian (1984, p. 82) confirma que apenas em 1602 que Oxford ficou acessível a todos os membros da universidade.

A própria universidade francesa de Sorbonne recebeu este nome em homenagem ao religioso Robert de Sorbon, que iniciou o acervo desta com a doação dos primeiros livros (Martins, 1998, p. 89). Pomian (1984, p. 82) indica que após a Boudleiana, surgiram muitas bibliotecas a partir de doações de coleções, públicas e privadas:

a Ambrosiana, fundada em Milão pelo bispo Frederico Borromeu, abriu em 1609. Em 1620 é a vez da Angelica, fundada em Roma pelo bispo Angelo Rocca. Em Paris, a primeira biblioteca pública foi a de Thou; mais exactamente, era uma biblioteca particular aberta aos homens de letras. Em 1643 abriu uma verdadeira biblioteca pública, fundada pelo cardeal Mazarin. Na segunda metade do século, o número de estabelecimentos deste gênero aumenta; é ainda nesta altura que nasce o primeiro museu: em 1675, Elias Ashmole deixa as suas coleções à Universidade de Oxford, para uso dos estudantes; estas tornam-se acessíveis em 1683. Em 1734 abre ao público em Roma o Museu Capitolino, uma fundação do papa. Em 1743, Anna Maria Luisa de' Medici oferece ao Estado da Toscana as coleções acumuladas pela sua família durante três séculos com a reserva expressa da sua inalienabilidade e acessibilidade ao público. Em 1753, o Parlamento britânico cria o British Museum a partir de coleções adquiridas a Hans Sloane. (POMIAN, 1984, p. 82).

No Brasil, as primeiras tentativas do ensino superior são bem mais recentes. Segundo Moacyr (1937 apud Favero, 2006) havia uma considerável resistência, seja de Portugal ou por parte de brasileiros, que não viam justificativa para criar instituições de ensino superior na Colônia. As elites viam na Europa o espaço de formação. Os colégios jesuítas, entre os séculos XVI a XVIII, criaram cursos que serviam à qualificação da classe dominante

objetivando prover quadros do aparelho repressivo e ilustrar os homens das classes poderosas (Souza, 1996, p. 46).

Na Bahia, em 1572, foi criado o primeiro curso de Artes inspirado no modelo das universidades europeias. Outros colégios jesuítas após essa data seguiram as áreas das Artes, Teologia e Filosofia. Porém, Marques de Pombal buscando reformar o ensino, até então monopólio dos jesuítas, expulsa-os em 1759 e, em 1776, no Rio de Janeiro, ele reestrutura os cursos nos moldes da Universidade de Coimbra.

Somente com a transferência da sede do poder da metrópole portuguesa para a colônia, em 1808, que o ensino superior no Brasil tem de fato um início. Favero (2006, p. 21) conta que, em 1808, é instituído o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, é criada a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, matrizes das atuais faculdades das universidades federais destes estados. Souza (1996, p.48) discorda desta data e afirma que o início ocorreu na Bahia em 1812. Em 1810 é instituída a Academia Real da Marinha e a Academia Real Militar onde surge o que hoje é a Escola de Engenharia da UFRJ.

Em 1827-1828 são criados os primeiros cursos jurídicos que em 1854 foram chamados de Faculdades de Direito. Estes centros passam a irradiar novas ideias filosóficas, movimentos literários e discussões culturais. Embora o ensino superior mostrasse essa incipiente circulação de novas ideias, Sousa (1996, p. 47) afirma que o Estado nascente buscava formar burocratas, especialistas em produção de bens de consumo e a formação de profissionais liberais, ou seja, procurava qualificar a elite para manter o poder, tornar o saber aristocrático, profissionalizar capacidades técnicas importando modelos europeus, todos cursos dependentes do poder central.

Mesmo com a Proclamação da República (1889) e a Constituição de 1891, a criação de universidades não consegue alavancar o ensino superior no Brasil. Somente com as novas ideias filosóficas e movimentos literários que o tema começa a se desenvolver. Entre 1891 e 1910, segundo Sousa (1996, p. 50), vinte e sete escolas superiores foram criadas.

Em 1909 é criada a Universidade de Manaus pelo ciclo próspero da extração da borracha que com seu declínio, em 1926, foi dissolvida. A primeira instituição de ensino a realizar atividades de extensão foi a Universidade de

São Paulo, em 1911, que mais tarde foi muito questionada pelo governo daquele Estado por esta ação. Segue-se a criação de cursos superiores, em 1912, no Paraná, e mediante um decreto de 1920 o presidente institui a Universidade do Rio de Janeiro. Em 1927 é criada a Universidade de Minas Gerais reunindo faculdades de Engenharia, Medicina, Odontologia e Farmácia. No Rio Grande do Sul, em 1928 é criada a Universidade do Rio Grande do Sul a partir da Escola de Engenharia.

O início dos anos 30 é marcado por uma conscientização maior dos problemas educacionais. A concepção de que a reforma da sociedade se daria pela reforma da educação e do ensino, assim como pelo espírito de “criação” e de reprodução/modernização das “elites”, herdadas da década anterior, adquiriram mais força e ampliaram suas perspectivas. (FAVERO, 2000, p.39).

Wanderley (2003, p. 33) afirma que sempre houve uma dependência cultural que perpassasse o ensino superior, desde o período Colonial “em que tudo se resumia em copiar o que se produzia nas universidades europeias”. O caminho das universidades no Brasil ocorre de maneira atrasada e tortuosa, com idas e vindas, sem identificação com um projeto nacional, com momentos políticos diversos, com ideais tecnicistas e universalistas não chegando a acordos.

Coadjuvante a isto, houve uma contribuição significativa das bibliotecas universitárias que cresceram ao longo desta história. Se, primeiramente, davam suporte aos conteúdos ministrados nas aulas, com o passar do tempo necessitam dar conta do volume documental da revolução que a invenção da imprensa provocou e necessita arranjar formas de manter organizado o volume crescente de obras. Com o incentivo à pesquisa procura manter seus acervos atualizados para estar no mesmo passo do conhecimento científico favorecendo a pesquisa.

Ocorre uma modificação considerável na história das bibliotecas universitárias, pois, desde seu surgimento como bibliotecas monásticas, os livros eram considerados tesouros sagrados, acessíveis a poucos iniciados onde o conhecimento permanecia guardado. Martins (1998, p. 21-71) diz que na Idade Média pode se conservar a ideia de depósito de livros, uma biblioteca

seria mais o lugar onde se escondia um livro do que o lugar onde poderia circular. “Os livros mais consultados eram acorrentados na biblioteca principal; os disponíveis para empréstimo eram guardados numa sala separada”, conta McGarry (1999, p. 114, apud Carvalho, 2004, p. 79).

Na época moderna, com a revolução da técnica de impressão e a popularização tendo por consequência o barateamento do livro como suporte, os acervos das universidades puderam se tornar mais completos e de melhor qualidade. O acesso passa a ser aberto, a consulta livre, sem falar no formato digital e na velocidade das conexões que permitem acessar remotamente bases de dados e acervos digitais.

Porém, caberia a cada universidade, como escreve Milanesi (1998, p. 72), refletir a si mesma em suas bibliotecas universitárias, pois os conteúdos que deseja proporcionar acesso não replicam a máxima anterior de dar suporte ao ensino e transmissão do já sabido. Wanderley (2003, p. 37) conta que desde os tempos mais remotos a universidade sempre teve por finalidade cultivar e transmitir o saber humano acumulado, missão que ela tem cumprido com persistência. Se outrora visava o ensino através da transmissão do conhecimento, a partir do século XIX incorporou no meio acadêmico a atividade de pesquisa. Portanto, uma universidade precisaria pensar o conhecimento e seus acervos como ponto de partida para a geração de novos conhecimentos, pois Anzolin e Corrêa (2008, p. 813-815) lembram que para seus usuários, a biblioteca universitária é fonte e mediadora entre a informação e o conhecimento e, segundo Wanderley (2003, p. 29) proporciona “contato sistemático com a cultura universal”.

Favero (2006, p. 29) diz que somente após o desenvolvimento econômico da década de 1950 que a sociedade se dá conta da situação precária das universidades e os debates iniciam para analisar criticamente a sistemática da universidade no Brasil e a questão do ensino público e privado. A modernização e reformulação das universidades passam a ser discutida nos anos finais dos anos 50 e no começo dos anos 60, quando segundo Wanderley (2003, p. 47), a universidade vai dar um salto qualitativo e a necessidade de expansão das universidades traz para Santa Maria (RS) a primeira interiorização do ensino superior público no Brasil.

4.1 A Universidade Federal de Santa Maria e suas bibliotecas

Barrichello (2012, p. 21) diz que, a partir de 1931, com a reforma universitária promovida pelo ministro Francisco Campos (Estatuto das Universidades), ocorre a possibilidade de estender ao território brasileiro a criação de universidades aproveitando a estrutura organizacional das faculdades preexistentes.

Posteriormente, com a expansão do ensino superior no Brasil, já havia em 1959, uma movimentação para criar a Universidade em Santa Maria. Em 14 de dezembro de 1960, pelo projeto de Lei 3.834-C é enviado ao Congresso Nacional o projeto de criação da Universidade de Goiás e de Santa Maria o que reconheceria uma mobilização de quase trinta anos (BARICHELLO, 2001, p. 150).

Em 30 de janeiro de 1961, relata Barichello (2012, p, 12), como último ato do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, através da Lei 3887 que criava o quadro de pessoal da universidade, ocorre de fato a institucionalização da Universidade de Santa Maria (USM). Porém, a lei só vai ser publicada no Diário Oficial em 18 de março de 1961, uma vez que ficara trancada alguns meses até o novo governo Jânio Quadros-João Goulart assumir.

José Mariano da Rocha Filho, ainda em 1945, quando diretor da Faculdade de Odontologia, já vislumbrava uma universidade no interior do país. À frente da Associação Santamariense Pró-Ensino Superior (Aspes), iniciam os primeiros movimentos de sua idealização. Quando assume, em 1961, a USM chama os arquitetos Oscar Valderaro e Roberto Nadalucci para projetar a Cidade Universitária. Em 1965, através da Lei 4759 de 20 de agosto, a Universidade passou a ser qualificada e denominada Universidade Federal de Santa Maria (PAVEZI, 2011, p. 13).

A primeira biblioteca da UFSM foi a Biblioteca Central (BC) que abriu suas portas para dar acesso às coleções bibliográficas das Faculdades de Farmácia, Medicina, Odontologia, Veterinária, Agronomia, Belas Artes, Politécnica, Filosofia, Ciências e Letras. Inicialmente no prédio da antiga Reitoria no centro da cidade de Santa Maria. Apenas em 3 de dezembro de 1972 ela ocupa um prédio próprio no Campus (Prédio 30).

A modalidade de acesso fechado ao acervo foi substituída pelo acesso aberto em 1978 e acompanhando as tendências nacionais foram implementados novos serviços e melhorias.

Comutação bibliográfica, empréstimo entre bibliotecas, crescimento do acervo bibliográfico, publicação de material de divulgação e informação, permuta de periódicos com outras instituições, reforma do prédio, com a expansão e melhor aproveitamento do espaço físico, instalação de cabines de estudo individual e em grupos, elaboração de organograma e regimento interno, orientação e treinamento de usuários. (Biblioteca Central - Histórico, s/d).

As coleções bibliográficas cresceram para atender os cursos e com isso a necessidade da descentralização dos acervos visava aproximar as informações dos alunos e pesquisadores das áreas específicas. Com isso, buscava-se também qualificar o atendimento e melhorar os serviços. Aos poucos foram criadas as Bibliotecas Setoriais da UFSM (Bibliotecas UFSM, s/d):

Antes da Biblioteca Central, já em 1960, a Biblioteca Setorial do Centro de Educação (BSCE⁷) já existia, mas como uma sala de leitura. Na década de 1970 que passou a ser considerada uma biblioteca recebendo o nome da professora “Carmem Silveira Netto⁸”, que teve participação em ações relacionadas à valorização da biblioteca. Em 2002, o acervo da BSCE foi integrado no sistema informatizado utilizado pela Biblioteca Central.

Criada em 1982, a Biblioteca Setorial do Centro de Educação Física e Desportos (BSCEFD) tem o registro de um acervo fechado o que não permitia o acesso livre as estantes e composto inicialmente em sua maioria de fotocópias de livros que visavam atender alternativa de minimizar as carências de investimento no setor. Em 1991 o acervo foi integrado ao sistema utilizado pela Biblioteca Central.

⁷ Inicialmente a Biblioteca chamou-se “Sala de Pesquisa Carmen Silveira Netto”. Fonte consultada: <http://w3.ufsm.br/ce/index.php/setores/biblioteca-setorial-carmen-silveira-netto>. Acesso: 27 mar. 2017.

⁸ Irmã Consuelo ou Carmen Silveira Netto foi pioneira no incentivo do ensino na cidade de Santa Maria. Juntamente com sua irmã Maria Augusta Silveira Netto (as irmãs conhecidas como Consuelo e Felicidade, respectivamente) fundaram em 1955 a FIC (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição) e a FACEM (Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira), instituições que deram origem à UFSM (agregadas à Faculdade de Farmácia e às faculdades dos Irmãos Maristas, Economia e Direito) e constituíram o Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Fontes: <<https://diariodesantamaria.atavist.com/f-na-cidade-universitaria>> e <<http://www.unifra.br/Home/Noticia.asp?812>>. Acesso: 7 maio. 2017.

No centro da cidade de Santa Maria, desde 1983, foi instituída a Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais e Humanas (BSCCSH), denominada até então de Anexo da Biblioteca Central. A Biblioteca do CCSH funcionou no prédio da Antiga Reitoria até março de 2017, quando no dia 27 deste mesmo mês, foi aberta ao público no campus de Camobi em um novo prédio, chamado de Biblioteca de Humanidades. Porém, ainda mantém alguns acervos no prédio da antiga Reitoria para dar suporte aos cursos que permaneceram naquele local.

Outra Biblioteca que começou como uma sala de estudos, com a finalidade de auxiliar na formação e guarda do acervo de publicações necessárias às consultas dos alunos, professores e profissionais de área de Artes e Letras foi a Biblioteca Setorial do CAL. A BSCAL⁹ foi inaugurada dia 11 de junho de 1990 e a partir do ano de 2004 o acervo passou a ser inserido no sistema informatizado SIE¹⁰, mas o empréstimo foi liberado aos usuários somente no ano de 2008.

Uma parte das bibliotecas setoriais iniciou suas atividades como salas de estudo e à medida que seus acervos cresciam receberam maior atenção dos Centros de Ensino e sob supervisão da Biblioteca Central foram surgindo as bibliotecas setoriais. Vale registrar que permanece na UFSM uma cultura de natureza parecida com as salas de estudos, onde os departamentos mantêm acervos que não se encontram no sistema informatizado das bibliotecas, ou seja, não pesquisáveis no catálogo informatizado, pois são formados com verbas de projetos destes cursos e localizam-se em locais definidos por estes.

A Biblioteca Setorial do Centro de Tecnologia (BSCT¹¹) apresenta-se como a primeira biblioteca informatizada da UFSM. Implantada em 06 de agosto de 1990, tem por finalidade a formação e guarda do acervo de

⁹ No dia 11 de novembro de 2014 o Conselho do Centro de Artes e Letras decidiu nomear a biblioteca setorial de Biblioteca Setorial Profa. Maria Luiza Ritzel Remédios, uma das doadoras do primeiro acervo da biblioteca. Fonte: <<http://coral.ufsm.br/cal/index.php/2016-02-15-19-41-27/2016-02-16-13-58-20>>. Acesso: 27 mar. 2017.

¹⁰ O Sistema de Informações para o Ensino – SIE-UFSM, foi desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, sendo uma solução para a área de Universidades e Instituições de Ensino. Abrange as áreas Acadêmica, Orçamentária, Financeira e Contábil, Recursos Humanos, Protocolo, Patrimônio, Materiais e Frota, entre outros. Fonte: <<http://www.avmb.com.br/site/index.php/produtos/sie>>. Acesso: 27 mar. 2017.

¹¹ A Biblioteca Setorial do CT surgiu através da mobilização dos professores do Centro e, inaugurou com 1846 livros doados e 117 livros comprados com verbas de projetos realizados pelos cursos do CT. Foi a primeira biblioteca informatizada da UFSM. Fonte: <<http://coral.ufsm.br/ct/index.php/pesquisa-e-inovacao/biblioteca-setorial>>. Acesso: 27 mar. 2017.

publicações necessárias às consultas de alunos, professores e profissionais do ramo de Engenharia e Arquitetura. Em 2002 o acervo foi integrado no sistema utilizado pela Biblioteca Central. Em 2013 mudou-se para novas instalações.

A Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais (BSCCR¹²) foi fundada em 1992. Desde 1991, com a participação de um bibliotecário cedido pela Biblioteca Central, seu acervo passou a ser integrado ao sistema utilizado na época. Esta biblioteca foi pioneira na implantação em 2003, do sistema SIE (Sistema Integrado de Ensino), utilizado até hoje pelo Sistema de Bibliotecas da UFSM.

A Biblioteca Setorial do Centro Ciências Naturais e Exatas (BSCCNE¹³) iniciou suas atividades de implantação, processamento técnico e organização do acervo em 05 de dezembro de 1994. Atende à comunidade acadêmica com empréstimo de livros, disponibilização de sala de estudo, laboratório de informática. Em 2012 tiveram início as obras de ampliação da biblioteca que modernizaram o espaço ampliando áreas de estudo e de convivência.

As Bibliotecas dos Centros de Ensino Superior Norte do RS (CESNORS) iniciaram suas atividades, primeiro na cidade de Frederico Westphalen com a Biblioteca Setorial de Frederico Westphalen (BSFW) no segundo semestre de 2006 em uma pequena sala de aula. No mesmo ano de 2007 quando seu acervo foi integrado no sistema utilizado pela Biblioteca Central começou a funcionar a Biblioteca Setorial de Palmeira das Missões (BSPM).

Em Silveira Martins, com a criação da Unidade Descentralizada de Educação Superior da UFSM – UDESSM, em 2008, foi criada uma biblioteca nesta unidade para dar suporte aos cursos. Sem profissional bibliotecário para esta unidade, os materiais adquiridos eram catalogados na Biblioteca Central, encaminhados para a UDESSM e disponibilizados em uma sala sob a

¹² A Biblioteca Setorial do CCR dá suporte ao ensino, a pesquisa e a extensão aos alunos e professores dos cursos de: Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Tecnologia de Alimentos e Zootecnia; e dos cursos de especialização em: Educação Ambiental Presencial e a Distância, Residência Médico-Veterinária e Residência Agrária. Fonte: <http://w3.ufsm.br/bsccr/>. Acesso: 27 mar. 2017.

¹³ Ampliada recentemente, o espaço conta com quatro salas de estudos em grupo, um laboratório de informática de pesquisa com 20 computadores, sala de videoconferências para 30 pessoas e um salão de estudos no primeiro andar com capacidade para 100 pessoas, além dos espaços de convívio no mezanino ao lado do jardim de inverno. O acervo atende aos cursos de Meteorologia, Geografia, Matemática, Física, Química, Biologia, Estatística e áreas afins disponíveis para empréstimo. Fonte: <http://w3.ufsm.br/cne/index.php/orgaos-suplementares/biblioteca-setorial>. Acesso: 27 mar. 2017.

responsabilidade de um servidor. Em 2016 a unidade de Silveira Martins foi desativada e seus acervos incorporados às coleções do Colégio Politécnico, a Biblioteca do CCSH e a Biblioteca Central.

Na história das Bibliotecas da UFSM, são três os colégios que têm registro de acervos bibliográficos, hoje compõem o Sistema de Bibliotecas o Colégio Técnico Industrial (CTISM) e o Colégio Politécnico. Porém em 1972, foi aberta a Biblioteca João Francisco Martins do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, porém em 2015 o Colégio Agrícola passou a fazer parte de um Instituto Federal Farroupilha.

Dentre os colégios que atualmente fazem parte do SiB-UFSM, o primeiro deles foi o Colégio Técnico e Industrial de Santa Maria que, a partir de 1967, abriu uma sala de estudo e pesquisa destinada a consulta local recebendo o nome da professora “Nara Suzana Bopp”.

Em 12 de março de 2015 foi inaugurada a Biblioteca do Colégio Politécnico da UFSM com obras de diversas áreas do conhecimento, procurando atender a demanda dos cursos nos níveis de ensino: Ensino Médio, Cursos Técnicos (Pós-Médio), Graduação e Pós-Graduação, bem como projetos de extensão desenvolvidos no Colégio.

A unidade fora da cidade de Santa Maria mais recente foi a criação do Campus de Cachoeira do Sul em 2014. A Biblioteca Setorial do Campus Cachoeira do Sul (BSCS¹⁴) iniciou atividades em setembro daquele ano procurando atender à comunidade acadêmica do ramo da Arquitetura e Engenharia, principais cursos implantados naquela unidade.

Importante saber que durante muito tempo o número de bibliotecários foi muito reduzido para dar conta da demanda de serviços a serem implementados e somente a partir dos concursos de 2008, 2010 e 2016 que o quadro de bibliotecários completou as vagas das Bibliotecas Setoriais. Este número ainda é considerado insuficiente para a demanda atual de trabalho e a implementação de novos serviços.

O quadro de bibliotecários da UFSM conta hoje com 27 servidores. Destes 14 são lotados na Biblioteca Central. Das Bibliotecas Setoriais, 11 delas

¹⁴ Seu acervo é integrado ao Sistema de Informações para o Ensino (SIE), que é o sistema utilizado pelo Sistema de Bibliotecas da UFSM para gerenciamento de seus acervos. Fonte: <http://w3.ufsm.br/cachoeira/index.php/2017-01-31-18-48-33/2014-07-10-14-14-46/biblioteca-setorial>. Acesso: 27 mar. 2017.

possuem um profissional bibliotecário e apenas a Biblioteca do CCSH e do CCNE possuem dois profissionais para dividirem as atividades.

Ao todo, o SiB-UFSM possui cadastrado em seu sistema: 251311 livros (120686 títulos), 19319 folhetos (15293 títulos), 26682 teses, dissertações, monografias de especialização e artigos de especialização (22538 títulos), 316205 fascículos de periódicos (6425 títulos) e 16154 de outros materiais (partituras, CD's, DVD's, VHS, *audiobooks*, cartazes, mapas, obras em Braille), totalizando 629671 exemplares físicos de obras bibliográficas e outros materiais pertencentes aos acervos das bibliotecas (Indicadores UFSM, 2017).

Interligadas ao mesmo sistema informatizado (SIE-Módulo Biblioteca) é possível consultar todos os acervos através da página da universidade. A Biblioteca Central é um órgão complementar¹⁵ da Pró-Reitoria de Administração e mantém sua característica de coordenadora do SiB-UFSM mantendo suas informações atualizadas em seu endereço¹⁶ eletrônico dentro da página web da UFSM. As Bibliotecas Setoriais são consideradas órgãos de apoio ou suplementares dos Centros de Ensino aos quais fazem parte e desenvolvem suas próprias páginas na web para aproximarem o diálogo com a comunidade de seus centros.

4.2 A gestão das coleções nas Bibliotecas da UFSM

Ao todo, na Universidade Federal de Santa Maria em 2017, são 13 bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas da UFSM (SiB-UFSM). A Biblioteca Central da UFSM funciona como a direção desse sistema. Atualmente ela coordena tecnicamente as demais instituindo padrões de catalogação, propondo a discussão de serviços em andamento e a serem implantados, organizando as reuniões para a tomada de decisões conjuntas que digam respeito a todas as bibliotecas da UFSM e centraliza a aquisição de material bibliográfico.

A Biblioteca Central (BC) indica o regulamento de empréstimo das obras bibliográficas, aprovado em decisão colegiada, mas libera algumas

¹⁵ No Regimento Geral da UFSM, Subseção V Dos Órgãos Suplementares Centrais, pode-se conferir essa hierarquização. Disponível em: <http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/arquivos/7a09d209-53a6-49a7-90c7-b99c7d82c16b.pdf>. Acesso: 27 mar. 2017.

¹⁶ Disponível em: <http://w3.ufsm.br/biblioteca/index.php>. Acesso: 27 mar. 2017.

decisões setorizadas para que as bibliotecas possam ter mais sintonia com suas realidades, uma vez tratem-se de centros de ensino com diferentes cursos de graduação, pós-graduações e também os colégios técnicos (CTISM e Politécnico) possuindo horários e algumas vezes calendários diferenciados em seus centros de vinculação.

A Biblioteca Central diferencia-se das demais não apenas pela centralização de alguns serviços como a Aquisição, Processos Técnicos (obras gerais, banco de teses e dissertações, materiais especiais), Referência (que promove treinamentos em portais de pesquisa e auxilia na normalização de trabalhos pela MDT), os Periódicos Eletrônicos (revistas científicas da UFSM), Repositório Institucional e amplos espaços para estudo em dois andares. Ela possui coleções de tipologias variadas por sua localização e pioneirismo nos serviços oferecidos. Possui coleções que incluem: Acervo Geral; Coleção de Referência (dicionários, manuais, enciclopédias etc); Coleção de Periódicos (divididos em cinco áreas: Saúde, Humanas, Agrárias, Tecnologias e periódicos de Referência); a Coleção Coletânea (memória bibliográfica produzida na UFSM); normas; provas de concursos, folhetos, CD's, DVD's, VHS, Diários Oficiais e obras em Braile.

Coordena também diversas comissões para discussão, melhorias e implementação de serviços, como a Comissão da Representação Descritiva, Comissão para desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas e desenvolve há algum tempo através de outra comissão, um estudo sobre a criação do setor de Obras Raras e Especiais, uma vez que se identificou possuir um acervo de obras antigas e históricas.

Na Biblioteca Central está localizado uma importante divisão, tanto para a biblioteca quanto para este estudo: a Divisão de Processos Técnicos. Esta busca manter padronizado o uso das edições dos Códigos de Classificação Universal (CDU) para que a representação descritiva e temática sigam uma uniformização de parâmetros.

A localização das obras nas estantes visa seguir uma mesma linha de ordenação, embora em algumas Bibliotecas Setoriais, alguns enfoques específicos buscando aproximar as obras de sua comunidade de usuários, mesmo utilizando a mesma edição do código de catalogação, podem optar por

uma codificação um pouco diferente. Porém, através do sistema informatizado é possível identificar o número de chamada e localizar facilmente.

A Divisão de Processos Técnicos da BC juntamente com a Divisão de Referência promove a avaliação das coleções da Biblioteca Central para verificar a usabilidade e estado destas procurando tomar decisões em relação ao desbaste ou descarte para manter os espaços melhores aproveitados com a previsibilidade do crescimento das áreas com obras em processo de compra ou doação. A Divisão de Referência da BC busca identificar e facilitar o acesso ao acervo, promove a educação e treinamento dos usuários buscando sua autonomia na pesquisa. Também executa tarefas de orientação à pesquisa e normatização de trabalhos científicos aproveitando-se de sua localização central para o acesso da comunidade.

As Bibliotecas Setoriais também fazem o processamento técnico de suas obras e têm autonomia para gerir suas coleções bibliográficas possuindo coleções mais específicas, como: Acervo Geral, Referência, Coleção de Periódicos, CD's, DVD's e folhetos, não apresentando coleções de materiais em Braille e *audiobooks*. A Biblioteca do Centro de Artes e Letras possui um acervo grande de partituras musicais e se difere neste aspecto das demais. Além disso, são as bibliotecas setoriais que melhor compreendem como fazer o gerenciamento de seus espaços e serviços.

Na Biblioteca Central a Divisão de Aquisição é responsável pela compra de materiais bibliográficos para as bibliotecas da UFSM e administra a seleção de novas obras de acordo com os pedidos que recebe através de planilha preenchida no Sistema Integrado de Ensino (Módulo SIE 13.03.01), onde o trâmite pode ser acompanhado (Biblioteca Central - Aquisição, s./d.). A partir daí organiza a elaboração de listagens para licitar as compras dentro dos recursos disponíveis e realiza os processos de compra e controle, encaminhando para as bibliotecas onde serão disponibilizadas.

Por centralizar o processo de aquisição, a Biblioteca Central recebe um volume maior de doações de material bibliográfico. Após a avaliação destas doações, esta divisão providencia a distribuição de materiais bibliográficos conforme os conteúdos dos acervos das bibliotecas setoriais ou rejeita a entrada dos materiais que não se relacionam com as bibliografias dos cursos

da instituição, linhas de pesquisa ou possam não ser de interesse da comunidade.

Na página da web da Biblioteca Central da UFSM, a Divisão de Aquisição¹⁷ se apresenta como o setor responsável pela seleção do material bibliográfico a ser incorporado no acervo da Biblioteca Central e também pelo desenvolvimento da coleção da universidade, embora, não exista ainda um Plano de Desenvolvimento de Coleções (PDC)¹⁸ estabelecendo os critérios de seleção, de avaliação para desbaste e descarte, o equilíbrio das áreas, a temporalidade da revisão deste instrumento e os atores envolvidos na Biblioteca Central.

Tampouco se confirmou que este setor seja responsável pela PDC de todo SiB-UFSM, uma vez que as Bibliotecas Setoriais da UFSM possuem sua própria gestão sobre o assunto, mas também não apresentaram PDC's estabelecidos formalmente em suas unidades. Este trabalho procurou identificar os critérios elencados pelos profissionais das bibliotecas da UFSM, responsáveis pela avaliação e seleção de obras provenientes de doações. Desta forma, buscou-se compreender a maneira como é tratada o assunto e propor práticas que orientem este questionamento. (Apêndice C, questões 1, 2 e 3).

Visando responder à análise de contexto, foram consultadas, mediante questionário (Apêndice C), as 13 Bibliotecas do SiB-UFSM, destas 11 responderam às questões referentes ao tema e destas apenas duas apresentaram formalizadas rotinas de trabalho que mencionaram critérios mínimos para ingresso de obras em seus acervos, não se configurando da mesma forma, uma política que estabelecesse critérios de seleção de obras e definissem padrões sobre o assunto. Assim, conclui-se que a BC e as Bibliotecas Setoriais da UFSM abordam de maneira empírica a gestão de suas coleções com critérios não formalizados, mas mostram sua preocupação vinculada às bibliografias dos cursos que suas bibliotecas buscam dar apoio.

Segundo Weitzel (2013), um PDC é um importante instrumento para desencadear a formação e desenvolvimento de coleções de uma biblioteca,

¹⁷ Divisão de Aquisição da Biblioteca Central. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/biblioteca/index.php/divisoao/aquisicao>. Acesso em 20 mar. 2017.

¹⁸ Weitzel (2013, p. 20-21). O tema será melhor desenvolvido a partir do capítulo 6 para embasar a construção do Produto a ser apresentado como uma proposta de Política.

garantindo com isso consistência dos procedimentos e proporcionando aprimoramento ao longo do tempo. Funciona como uma espécie de guarda-chuva que envolve as etapas de trabalho orientadas pelo estudo de comunidade, políticas de seleção, política de aquisição, política de desbastamento e política de avaliação. Trata-se de documento formal que expresse o interesse comum da instituição e da comunidade que representa evitando o conflito de interesses, melhorando o canal de comunicação, a obtenção de consensos e conquistas institucionais.

No caso da Biblioteca Central, esta através de sua Divisão de Aquisição, por centralizar a compra e por sua localização física, acaba recebendo uma manifestação maior de doações. Seus critérios empíricos são mais amplos pois não consegue estabelecer limites de avaliação de suas coleções uma vez que avalia também obras que possam servir às Bibliotecas Setoriais do campus central e das unidades fora de Santa Maria. Pode-se entender que os critérios utilizados para a seleção de obras para o curso de medicina, por exemplo, do qual a BC é biblioteca-base (Questão 3), difere em muito dos critérios utilizados na seleção de obras para cursos de filosofia e história, que acabarão sendo selecionadas e encaminhadas para a Biblioteca Setorial base destes cursos.

As obras doadas podem chegar diretamente à BC ou esta intencionalidade ser comunicada por telefone ou e-mail à Divisão de Aquisição. A Divisão faz a análise sobre a tipologia do acervo e dos suportes buscando identificar a pertinência dos conteúdos com os objetivos dos acervos da própria Biblioteca Central ou de alguma Biblioteca Setorial que possa aproveitar o material oferecido. Esta então comunica o interesse ou não quanto ao recebimento destas doações. Na página da web a Biblioteca Central informa que:

A biblioteca recebe diariamente doações de publicações de outras instituições. A Divisão recebe as doações e avalia se serão ou não incluídas na coleção. O mesmo procedimento é realizado para doações por pessoas físicas. Neste caso, após a avaliação, o material que não for incorporado ao acervo pode ser retirado pelo doador. (Biblioteca Central; Aquisição, s./d.).

A partir do ano de 2017, a Divisão de Aquisição informou que solicitará listagens prévias para recebimento de materiais oriundos de doações. No último ano de 2016 tem negado a entrega presencial de obras doadas por não possuir espaço físico para guardá-las enquanto estas obras esperam avaliação.

As Bibliotecas Setoriais quando recebem doações espontâneas decidem sobre a incorporação ou não de obras conforme pertinência e relevância dos materiais com os interesses de suas comunidades de usuários, observando também a tipologia de materiais de acordo com sua capacidade de gestão, condições físicas destes suportes e espaço físico suficiente para a guarda. Assim, as decisões de cada biblioteca setorial são individuais, pois elas têm autonomia administrativa, de acordo com seu contexto, a utilizar critérios específicos (embora empíricos em sua totalidade) para atender suas demandas bibliográficas e administrar seu espaço (Apêndice C, questões 1, 2 e 3).

As Bibliotecas da UFSM quando recebem materiais optam em selecionar os materiais que possam contribuir para os cursos da universidade ou possam substituir outras obras que estejam em condições físicas de reduzida vida útil para circulação ou ainda aumentar em número de exemplares obras que mostram maior usabilidade (circulação e empréstimo). A motivação para negar uma doação que mais se repetiu dentre as questões consultadas aos profissionais das bibliotecas foi a falta de relevância das obras com as bibliografias, a atualidade das obras, condições físicas do material e o espaço ilimitado para fazer a guarda.

Das 11 bibliotecas que responderam à consulta, 3 delas informaram que solicitam listagem prévia (questão 4) aos doadores para avaliação da doação espontânea, desta forma, limitam o encaminhamento de obras que não teriam interesse e condições de fazer a guarda e, portanto, podem decidir antecipadamente sobre o recebimento ou não de doações, através de análise feita destas listagens.

Foram consultados os profissionais das unidades quanto à existência de um documento que formalizasse uma doação (questão 5) e duas delas informaram não considerar necessário tal documento uma vez que a doação de obras feita por livre vontade (liberalidade) daria plenos poderes para se efetuar a incorporação de obras, encaminhamento destas a outras bibliotecas ou mesmo o descarte caso não fossem aproveitadas. Outras duas apresentaram

um documento utilizado no recebimento de uma doação, mas não padronizado, sendo que outra apresentou uma espécie de recibo dado a livros doados para pagamento de multas, o que difere do objetivo do questionamento que se tratava de doações espontâneas ou provocadas, ou seja, diferente desta motivação. As demais bibliotecas consideram importante tal documento e elaborariam conforme a necessidade ou por solicitação.

Consultadas sobre quais questões deveriam conter um documento de doação, as informações que recorreram nas respostas foram: nome do doador (parte), quantidade de obras ou listagem das mesmas (especificação do objeto da doação), assinatura e data e todas deixaram claro a importância de informar sobre a destinação das obras recebidas caso não sejam incorporadas (condições). Esta questão visava sensibilizar sobre a formalização de uma doação, suas implicações e compreender as lacunas a serem preenchidas por um documento de doação que atendesse a esses pontos.

4.3 A questão da doação de bibliotecas particulares às bibliotecas da UFSM

Através desta consulta, a questão 6, quis identificar junto aos profissionais destas bibliotecas, quais os procedimentos tomados quando ocorre a manifestação da doação de uma biblioteca particular à biblioteca que está sob sua responsabilidade. As respostas suscitaram, em sua grande maioria, um olhar sobre a avaliação item a item no processo de seleção, ou seja, um acervo bibliográfico particular sem conexão com o sentido de conjunto de formação. Pode-se concluir com isso, que praticamente inexistente na maioria das vezes, um olhar que identifique o valor de conjunto bibliográfico referente à possibilidade de analisar a incorporação de uma biblioteca particular no todo no processo de seleção.

Os critérios de seleção de uma doação dessa característica, conforme a consulta realizada para estabelecer o contexto atual das Bibliotecas da UFSM quanto ao tema, dizem levar em consideração a avaliação das obras de maneira individualizada (item a item), desta forma nota-se que ocorreria o partilhamento de uma biblioteca particular caso ocorre o recebimento de uma doação desta natureza. Portanto, através da consulta, as bibliotecas

particulares, até o presente levantamento, mostraram-se às bibliotecas da UFSM, como acervos que podem contribuir com obras específicas para determinadas coleções, mas não são vistas com um valor de conjunto bibliográfico tampouco seu contexto de formação ou sua interligação bibliográfico.

Apenas um dos profissionais consultados informou ciência sobre a importância de uma doação no todo, utilizando o exemplo de um professor que manifestou seu interesse em encaminhar seu acervo. Porém, de igual forma, este profissional alinhou seus critérios empíricos na avaliação prévia e abordou a impossibilidade de fazer a guarda de materiais diversos às bibliografias que não teriam público de interesse. Assim, reflete bem as condições de trabalho (espaço, recursos humanos, financeiros) e as exigências que o dia a dia lhe dão como suporte, ou seja, a certeza do tipo de obras e do público que busca atender.

Uma preocupação recorrente dos profissionais das Bibliotecas é o recebimento de materiais inservíveis¹⁹. Dos motivos citados a maior preocupação foi em receber materiais com informações desatualizadas ou sem ligação com os assuntos que pretendem atender, também foi relatada a preocupação no recebimento de obras com papéis acidificados ou em estado físico que compromettesse as coleções existentes com pragas (agentes biológicos, fungos, cupins) ou mesmo produtos químicos²⁰, uma vez que estes materiais receberiam contato de servidores, bolsistas e posteriormente, dos usuários. Também o espaço físico disponível nas Bibliotecas Setoriais reservados para as coleções correntes, chamadas de uso geral, que circulam com maior frequência, que reduzem e aumentam seu espaço no acervo conforme suas movimentações de crescimento e uso. Além disso, o

¹⁹ Para os bibliotecários consultados estes materiais são aqueles que não têm relação com os cursos dos seus centros ou pertencem a outra tipologia de materiais, jornais ou revistas antigas avulsas, ou seja, que não compõem coleções, papéis velhos, cópias reprográficas e demais materiais que muitas vezes vêm junto com uma doação, mas não mostram relações com os assuntos dos quais uma biblioteca tem por objetivo servir aos seus usuários. Em relação à tipologia de materiais, Bellotto (2006, p. 266) contribui com este tema pois discute as faces do processo de seleção de arquivos pessoais e alerta que documentos considerados sem importância ao olhar do leigo podem conter o “fio da meada”. Da mesma forma, pode ocorrer de uma família superestimar um acervo que possui, ou mesmo resolver reter o que considera mais importante e “entregar material de menor significado”. A avaliação neste caso, ao que se conclui precisa ocorrer de maneira séria e envolver diversas áreas do conhecimento no processo de seleção, pois aquilo que é de pouco valor para um, pode em uma avaliação mais acurada, mostrar grande importância para a pesquisa em um outro local de guarda

²⁰ Praticado durante muitos anos a colocação de veneno em pó dentro dos livros para afastar as pragas (cupins e brocas). Acervos antigos podem ainda apresentar resquícios destes materiais e necessitam atenção quanto ao manuseio sendo necessário, portanto, higienização adequada destes itens.

recebimento de materiais que não tenham a ver com os objetivos da biblioteca, estariam desta forma sem respaldo com a comunidade que se pretende atender.

Desta forma, a manifestação da doação de uma biblioteca particular receberia nas Bibliotecas da UFSM conforme as consultas realizadas, os mesmos critérios aplicados às obras avulsas individualizando as avaliações e, portanto, descaracterizando o conceito de biblioteca particular. Uma doação desta natureza que poderia vir a formar uma Coleção Especial, por exemplo, sobre determinado assunto de interesse, formada por um intelectual ou professor que tenha acumulado seu acervo durante muitos anos de sua formação acadêmica, atualmente não tem respaldo teórico nem prático.

4.4 Considerações prévias sobre a incorporação de bibliotecas particulares

Ao não apresentar na maioria das respostas critérios estabelecidos para a seleção de obras, também não fica claro como será tratada uma coleção doado no todo, que muito provavelmente viria a ser aproveitada, mas de forma fragmentada. Assim, na seleção de uma coleção particular ocorreria o desmembramento deste acervo, perdendo-se seu valor de conjunto, mas os critérios de seleção têm objetivos claros e honestos, o de ser feito o aproveitamento de obras que teriam uso pela comunidade de usuários que estas bibliotecas atendem.

Não possuir um documento formalizado como uma Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) que institua um norte na linha de trabalho para casos gerais ou específicos deixa aberta a possibilidade de uma coleção particular ser tratada como um volume de obras sem conexão. A ausência de uma PDC geral das bibliotecas é compreensível dada as diferentes contextualizações de cada biblioteca da universidade, mas individualmente facilitaria o trabalho do gestor ter estabelecido estes procedimentos para deixar claro como a abordagem do assunto é feita em sua unidade, em casos de troca de servidores na gestão destas unidades ou mesmo a informação aberta àqueles que desejam fazer uma doação.

Os poucos exemplos de formulário de doação que foram apresentados são sucintos e genéricos, não configurando um contrato visto como necessário

nestes casos de doações mais complexas como as bibliotecas particulares. A dificuldade de tratar uma doação desta natureza indica o não recebimento de uma doação particular no todo para evitar a complexidade de trabalho nas ações envolvidas.

Outro fator que muito provavelmente explique a dificuldade em possuir e manter atualizados documentos administrativos que orientem as práticas, talvez esteja relacionado ao número insuficiente de bibliotecários que compõe o quadro de servidores. Também a falta de um sistema informatizado que apresente uma gestão dos dados de mais fácil administração, o reduzido número de servidores técnico-administrativos auxiliares e demais investimentos, bem como a rotatividade de profissionais. Este último aspecto ao contrário, corrobora a questão da importância para o estabelecimento de documentação administrativa que proporcione uma reflexão sobre o desenvolvimento de documentações norteadoras por aqueles que estão e, para aqueles que estão por vir.

Pode-se concluir que nas bibliotecas da UFSM, o tema das bibliotecas particulares merece uma atenção mais acurada, pois os profissionais das bibliotecas consultados não dispõem de entendimento sobre a importância do valor de conjunto de um acervo particular e tampouco possuem documentação para fazer a avaliação e seleção de materiais desta natureza.

A seleção de materiais ocorrendo item a item, respeita a gestão de cada unidade, de seus objetivos e de suas limitações de espaço físico. Ao mesmo tempo as decisões atualmente tomadas respondem diretamente ao atendimento às bibliografias dos cursos dos centros de ensino aos quais são vinculadas.

Portanto, a incorporação de coleções bibliográficas particulares na UFSM é um assunto que merece discussão e amadurecimento para que se possa efetivar de maneira correta o recebimento deste tipo de coleção aproveitando estes acervos, muitas vezes de potencial valor para a pesquisa, salvaguarda e proteção enquanto patrimônio cultural bibliográfico.

No capítulo que segue veremos alguns exemplos de universidades que amadureceram o olhar quanto à guarda de coleções particulares. Procurará desta forma, suscitar aquilo que precisa ser observado na construção de um produto que sirva de base às Bibliotecas da UFSM para avaliar e selecionar

acervos bibliográficos provenientes de bibliotecas particulares, buscando com a salvaguarda desse material que possam se tornar públicos e acessíveis para a produção científica na universidade.

Sendo assim, o presente trabalho apresentará a partir de agora a importância de coleções particulares que foram incorporadas em algumas universidades como coleções especiais, listando alguns exemplos que ilustrarão uma gestão adequada deste tipo de coleção a partir dos quais poder-se-á propor algumas mudanças institucionais necessárias.

Na sequência do trabalho, o tema do Desenvolvimento de Coleções será retomado a fim de favorecer a construção de uma proposta de Política de Avaliação e Seleção de bibliotecas particulares a serem incorporadas às Bibliotecas da UFSM.

5 BIBLIOTECAS PARTICULARES EM UNIVERSIDADES: AS COLEÇÕES ESPECIAIS

Nos capítulos anteriores pode ser visto uma breve história do livro como documento e como objeto, exemplo de patrimônio cultural por seu contexto de produção, sua importância na construção do conhecimento e como suporte da escrita. A imprensa confiou ao livro o formato escolhido como suporte e às bibliotecas vieram se tornar depositárias do conhecimento registrado, e por conseguinte, espaços de convivência com a informação e de mobilidade social através do empoderamento propiciado pelo estudo.

O ato de colecionar foi desenvolvido em capítulo específico para introduzir o tema da acumulação de livros por particulares que traduzem seus gostos e suas motivações, levando a diferenciar o colecionador de um acumulador de livros e o bibliófilo, daquele que forma uma biblioteca particular para uso de trabalho ou fruição.

Assim, como os livros foram um fermento para o conhecimento humano, as bibliotecas particulares ao longo da história fomentaram o desenvolvimento dos acervos das universidades que abriram as portas do ensino superior a um grupo maior de pessoas. Na Idade Média, alguns

exemplos de bibliotecas particulares foram importantes na formação de grandes acervos bibliográficos de universidades.

Nos dias atuais, o movimento de migração de acervos bibliográficos particulares ocorre novamente em direção às instituições de nível superior. Neste caso, não apenas para auxiliar na melhoria dos acervos através de doações, mas também buscando encontrar um melhor local de preservação destes acervos. Ambos os casos acabam por serem importantes à pesquisa que as universidades podem explorar em diversos campos do conhecimento.

Porém, diferentemente da origem das bibliotecas universitárias, visto no capítulo anterior, criadas como prolongamentos de escolas eclesiásticas e que receberam doações de bibliotecas particulares, para melhorar a quantidade e qualidade de seus acervos, atualmente faz-se necessário realizar uma série de observações para que a institucionalização de uma coleção privada possa ser administrada de maneira eficaz, devidamente preservada e tornar-se acessível ao público.

Neste sentido, quando ocorre a institucionalização de um acervo bibliográfico particular em universidades, este processo pode valorizar o conhecimento registrado em um local de acesso público onde será melhor aproveitado pela comunidade acadêmica através de pesquisas. Ali receberá um tratamento técnico mais adequado para a preservação de um patrimônio bibliográfico e cultural, o qual valoriza a instituição receptora, a história da cidade, da região e do país.

Neste capítulo, será desenvolvida uma recomposição através dos temas dos capítulos que antecederam a questão das bibliotecas particulares como importantes representantes do patrimônio cultural, mas tomará especificamente a guarda de acervos bibliográficos particulares em universidades, citando alguns exemplos existentes no Brasil à guisa de ilustração dos temas a serem observados.

Vale lembrar que Pomian (1984) mostra no estudo das coleções, a origem dos primeiros locais de guarda e posteriormente sua importância como locais de admiração pública. Diz Pomian (1984, p. 81-83) que, entre os séculos XVII e XVIII, “a grande maioria da população encontra-se afastada do que se acumula nas coleções particulares”, somente estes últimos por questões econômicas tinham possibilidade de ter espaços e aporte financeiro para

dedicarem-se ao colecionismo. Os únicos lugares que oferecem coleções acessíveis ao olhar do público são as igrejas. “Com o crescimento econômico e difusão da instrução” aumentam os colecionadores dos chamados “estratos médios” que fazem pressão para terem “livre acesso aos diversos semióforos de que necessitam para exercer suas atividades profissionais”. Com essa demanda, a partir do século XVII, iniciam-se a fundação de bibliotecas públicas e museus.

Pomian (1984) discorre sobre a origem das bibliotecas de acesso público, ilustrando que apenas com a pressão dos grupos que não tinham acesso a posse privada de coleções é que iniciaram processos de migração de coleções de um ambiente privado para um de acesso aberto. Além do acesso facilitado a um número maior de pessoas, o caráter da permanência ganha importância ao compreender que acervos tendem a serem melhor preservados em instituições – neste ponto Pomian cita os museus como foco principal de seu estudo sobre coleções – uma vez que ao contrário “à coleção particular, que na maior parte dos casos, com morte daquele que a tinha formado” e a família sofrendo flutuações da fortuna do possuidor, um acervo tende a desfazer-se, sendo que em uma instituição os gestores passam e as obras tendem a ficar.

Retornando ao sentido inicial desenvolvido por Pomian (1984, p. 84), esses locais para onde as coleções foram destinados a terem permanência e maior visibilidade, passaram a substituir as igrejas enquanto locais onde a sociedade pode comunicar a “celebração de um mesmo culto”. Esses locais de celebração são retomados por Meneses (1994), quando analisa a importância dos espaços físicos institucionais, e diz que permitiriam a evocação e celebração. Retomando essa linha de pensamento de Pomian (1984) diz que além do sentido de culto, esses espaços permitem a aculturação da memória. Neste sentido, Saladino (2009) cita outros exemplos:

Vale destacar que essas celebrações, na forma de arquivos, museus, bibliotecas etc, tendem à ritualização e permanecem graças à criação de uma aura simbólica com a qual são investidas. Essas manifestações, originadas pela vontade de memória, pretendem parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte e materializar o imaterial, a fim de guardar o máximo de sentido num mínimo de sinais. Sendo assim, o lugar de

memória tornou-se por excelência instrumento de comemoração. (SALADINO, 2009, p. 88).

Pomian (1998, p. 85-86) vai mais além quando analisa a descontextualização de um objeto que deixa determinado ambiente mudando sua função, tendo desta forma maior visibilidade e estes objetos serem rodeados ao mesmo tempo de cuidados e de proteção. Este trabalho, portanto, entende que, não apenas o território físico da anteriormente biblioteca particular altera seu endereço quando migra para um espaço público, como a tipologia de biblioteca modifica-se e a valoração como patrimônio cultural pesquisável. Também os objetivos, quanto ao uso destes acervos e a importância de sua preservação, visto que a coleção assim recontextualiza-se em outro tipo de cultura organizacional, público consulente e a maneira como vai servir para estudo a partir de então.

Nas palavras de Marques (2015), não estamos falando simplesmente da migração de um acervo para outro espaço onde será depositado. O que ocorreria seria a desterritorialização de uma tipologia de biblioteca para reterritorializá-la como outro tipo de coleção em outro local físico, com objetivos diferentes de acesso e pesquisa.

Porém mostra-se necessário neste momento retomar definições de coleção particular²¹ e de coleção privada²², pois segundo Faria e Pericão (2008, p. 177), em seu *Dicionário do livro*, existem pequenas diferenças ou complementariedades para a formação desse conceito. Informações que identificam similitudes e parecências, mas que atentam para a importância do olhar no momento de análise dessas coleções para uma futura institucionalização. As autoras chamam atenção para que seja observada a unidade orgânica, vinculação da atividade de quem forma a coleção com a coleção em si e se as coleções são formadas unicamente para uso particular ou privado a um público específico.

²¹ Coleção particular: acervo documental, mais ou menos complexo, formando uma unidade orgânica, resultante da atividade literária, científica, cívica e cultural de um cidadão e composto pela respectiva obra manuscrita ou equiparada e pelos conjuntos de documentos que lhe foram enviados ou que ele recolheu. Inclui, além de autógrafos, datiloscritos, tiposcritos, etc., cartas, documentos biográficos, coleções, etc. Espólio: coleção de documentos organizada por uma pessoa para seu uso exclusivo ou por uma empresa particular, para uso de seus membros. (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 177).

²² Coleção privada: coleção de documentos organizada por uma pessoa para seu uso exclusivo ou por uma empresa particular, para uso dos seus membros; são também designadas coleções privadas aquelas que pertencem a famílias, palácios, castelos, casas particulares, etc. (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 177).

Compreende-se, como alguns exemplos demonstrarão no decorrer do capítulo, que ao serem institucionalizadas coleções particulares estas se tornam Coleções Especiais. A Universidade de Campinas (UNICAMP), por exemplo, se utiliza da seguinte definição de Coleção Especial, e este trabalho partilha deste conceito.

Coleção é a reunião de obras por um indivíduo ou instituição, motivada por interesse profissional, temático, histórico, cultural ou artístico. Uma coleção é considerada especial, pelas instituições de custódia, em decorrência do valor do conjunto em seu todo, tendo em vista trajetória de quem a reuniu, a importância de seu conteúdo ou, ainda, as características de raridade de exemplares que a integram. (COLEÇÕES ESPECIAIS E OBRAS RARAS, s./d.)

Incorporar bibliotecas particulares em bibliotecas institucionais é um processo natural se for observada a história das bibliotecas nacionais que geralmente fizeram a guarda de acervos importantes que precisaram espaços de preservação. A bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro, da Fundação Biblioteca Nacional, utilizou um termo para se referir a este processo: “biblioteca antropofágica” (grifo meu), definindo assim o caráter das bibliotecas como *engolidoras* de outras coleções, pois raramente, diz Ana Virginia, uma biblioteca inicia suas coleções com livros comprados, geralmente são doações e, a partir de então, passam a incorporar outras coleções. Porém, ela observa que é preciso ficar ciente que dependendo do caráter do colecionismo praticado, a biblioteca a ser incorporada pode adquirir “um significado mais amplo do que os conteúdos dos textos que ela oferece”, (2011, p. 28 apud Fonseca, 2015, p. 25). Por isso, importa também, ficar atento quanto à biografia de seu possuidor e na história de um acervo a ser analisado para incorporação:

O vínculo cultural nasce a partir daquilo que um acervo pode representar. Seus significados, contextos sociais de formação e desenvolvimento, influências e o consequente atributo adquirido como fonte de pesquisa. (CERNE, 2013).

Antônio Cândido (1990, p. 82-83), em palestra proferida em julho de 1989, cita a importância de se estudar as coleções particulares para evidenciar a formação de mentalidades em dado contexto histórico:

Através desta cultura é possível esclarecer a história intelectual de um período, pois a formação de uma biblioteca equivale geralmente à superposição progressiva de camadas de interesse, que refletem a época através da pessoa. [...] estudar a formação de uma cultura pessoal por meio da biblioteca, vista como estratificação de sucessivas camadas sedimentadas ao longo do tempo de uma vida, que pode servir de índice para o conhecimento da época.

Azevedo e Lino (2008), ao descrever o inventário da biblioteca particular de Hélio Gama, colocam assim o valor de um acervo bibliográfico pessoal:

Os livros são mais fortes e soberanos que nós próprios, mais longevos de fato. O proprietário passa, e eles ficam – quase de maneira irônica, poderíamos dizer – como descendentes daquele que ao longo da vida gestou, alimentou e criou sua biblioteca. Vivo, o colecionador dominava, tinha o poder do acervo; com sua morte, vive em e por seus livros. Estes, então, assumem um papel de prolongamento da memória do ente que concebeu a biblioteca, pois permanece na coleção a essência dele. Ela irá ao longo dos anos perpetuá-lo. Nessa biblioteca restaram os livros com marcas de leitura, as dedicatórias, os papeluchos esquecidos entre as folhas que testemunham momentos vividos, leituras interrompidas e, ainda, os livros mais queridos, outros nem tanto, os esquecidos, os perdidos... Esta biblioteca, então, é um verdadeiro “genoma intelectual” do possuidor. Perquirir os autores que a compõem, sua forma de arranjo, pode significar decifrar o “código genético” de quem a formou. (AZEVEDO; LINO, 2008, p. 226).

Bessone (2014, p. 75) em sua obra, confirma este entendimento com a expressão “destinos cruzados”, pois a constituição de uma biblioteca particular pode ter sido formada pelo seu proprietário e também pela herança de outros acervos familiares e estes, portanto tecem relações de amizades, “similitudes nos interesses, gostos e posições político-ideológicas que aproximavam pessoas” e que, portanto “intensificavam laços”:

Eram bibliotecas pessoais, domésticas e profissionais, além de coleções de livros, postas em estantes ou armários, de pessoas que cultivavam a leitura ou amavam os livros, retomando antigos significados das palavras *bibliothèque*: caixa, simples estante, ou estante em cujas prateleiras colocavam-se rolos ou conjunto de rolos. [...]. Logo percebi que seria possível cruzar os destinos de homens e livros. As bibliotecas que formaram, tanto as de uso público como privado, são referências importantes para conhecer suas ambições como indivíduos e como homens públicos. (BESSONE, 2014, p. 23-24).

Pode-se notar o peso histórico que um acervo carrega em si como patrimônio de cultura nesse entrelaçamento de interesses e convivências. Neste caso, se uma biblioteca particular servia quase unicamente como suporte informacional de seu proprietário, pequenos círculos ou seletas pessoas autorizadas, ao propor a institucionalização de um acervo particular em uma universidade, propõe-se justamente o contrário, ampliar seu espectro de atuação com o atingimento maior de pessoas. Dar acesso aos alunos, aos docentes, aos técnico-administrativos e à comunidade em geral, deixar o privado abrir as portas ao público, promover o cruzamento de destinos. Assim:

Os arquivos de escritores e escritoras, com suas bibliotecas, documentos e coleções, deslocam-se então do espaço doméstico para centros de documentação e pesquisa das referidas instituições, onde ganharão vida pública. (MARQUES, 2015, p. 18).

Nem todas as coleções pertencem eternamente ao seu criador - o colecionador. Com o tempo, grandes coleções formadas ao longo dos últimos quinhentos anos acabaram institucionalizando-se, quando não, acabaram desaparecendo. Por outro lado, muitas das coleções que sobreviveram, modificaram-se continuamente por vendas, heranças, etc., e passaram a fazer parte ou se constituíram elas mesmas em museus. (MURGUIA, 2009, p. 90-91).

Desse aspecto pode-se discutir outras questões que se abrem para o tema. Se uma biblioteca particular é formada por tipos de documentos que ultrapassam a definição de atuação de uma biblioteca, ao ser incorporada ela passa ao estatuto de arquivo pessoal. Como parte de uma coleção privada ou o espólio de um colecionador, podem constar de modo concomitante ao acervo bibliográfico, outros documentos que se interligariam e também estão relacionados aos livros. Sendo assim, separar os itens para o tratamento técnico poderia ser correto quanto ao enfoque do tratamento, mas se o conjunto possuir relações de formação que determinaria uma organicidade²³ a ser discutida.

²³ Por organicidade entende-se um acervo pessoal que têm sentido patrimonial e testemunhal, portanto uma ligação privada entre o possuidor na formação de sua coleção, compreensão a partir de Bellotto (2006, p.263), que define o termo em (1989, p. 82) orgânicos como “arquivos entendidos como conjuntos” ou ainda, segundo a mesma autora (2014), a qualidade segunda a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações e interesses. No entendimento de Rodrigues (2006) a acumulação refletiria as atividades desempenhadas pelo possuidor e assim existiriam inter-relações entre o acervo e quem o formou. Sendo assim, a observação do ponto de vista biblioteconômico deveria observar as relações e interesses na seleção de obras de um particular

Sendo assim pergunta-se: Para o acervo de uma biblioteca particular ser institucionalizado, seria aceitável o seu desmembramento ou se mantida a organicidade este acervo teria maior importância? Uma instituição compreende o valor de conjunto de uma coleção particular ou observa apenas os itens que formam este conjunto? Existiria um diálogo entre as obras que formam uma coleção particular e com seu proprietário, assim como existe um diálogo entre as obras e as coleções de uma biblioteca universitária com seus usuários?

É preciso mencionar que a institucionalização destes acervos, muitas vezes podem valorizá-los e revitalizá-los, uma vez que no local onde estavam (ou estão) não tem mais a finalidade específica de trabalho ou fruição dada por seu antigo possuidor. Já para uma comunidade acadêmica uma coleção desta natureza pode abrir múltiplas possibilidades de pesquisa. Murguia (2009, p. 90), quando fala do colecionamento deste tipo de acervo bibliográfico particular, diz que na origem destes acervos ocorria o recolhimento (guarda) e a eleição (seleção) daquilo que deveria fazer parte da coleção e sua permanência, com a finalidade de posse ou exposição. Neste caso, quando um acervo privado é institucionalizado ele terá de volta a visibilidade através da disponibilização à pesquisa, mantendo desta forma a finalidade de uma biblioteca que é manter um acervo vivo através do uso.

Não é de hoje que o interesse em armazenar acervos de pessoas que tiveram proeminência em determinada sociedade ocorre. O historiador Roger Chartier (2014, p. 129-130) aponta para a constituição de arquivos literários na Europa, como na Alemanha, França e Inglaterra que buscavam colecionar, catalogar e processar documentos relacionados com a literatura produzida e os atores envolvidos em publicações e produção estética. Um tipo de documentação não levada em consideração por arquivos tradicionais acaba por ocultar um “precioso patrimônio de registros” capazes de mostrar o percurso de produção de uma obra. A disciplina dentro da Literatura, chamada Crítica Genética seguiria estes registros analisando esboços e esquemas da obra, anotações, rascunhos e provas corrigidas, para analisar os “diferentes estágios do processo criativo” de um autor. Marques (2015, p. 67) confirma que este movimento aproximou “professores, estudantes e críticos de literatura e de

áreas afins” dos arquivos, o que estimula “novas abordagens críticas, metodologias transdisciplinares de pesquisa”.

Segundo Marques (2015, p. 32-33), o interesse no momento atual pela custódia e instalação de arquivos literários por parte de instituições públicas e privadas se inscreve num contexto de economia globalizada onde a afirmação da cultura global afeta a memória local. As universidades estão em busca de constituir centros de documentação que fomentem as pesquisas, sobretudo nos cursos de pós-graduações. Também as fundações culturais de bancos ou empresas e institutos de pesquisa, todos têm claro a associação da instituição ao marketing social e cultural que a iniciativa carrega.

Ainda de acordo com Marques (2015, p. 21), as formações desses acervos muitas vezes têm características e tratamento técnico que envolvem diversas áreas da documentação, das artes e da história. Além disso, a heterogeneidade dos materiais de um acervo pessoal está perpassado de “subjetividades e saberes vários, diferentes pontos de vista”, que identificam ao heterogêneo privado certa homogeneidade, ou organicidade. O trabalho demanda entendimento e diálogo “com saberes especializados sobre arquivo, biblioteconomia, museologia, restauro e conservação” (Idem, p. 11). Este autor enumera alguns fatores que considera comuns na abordagem desse tema quanto à gestão desses espaços:

Providenciar espaço necessário à acomodação dos arquivos, elaborar projetos de captação de recursos junto às agências de fomento para montagem de infraestrutura apropriada à guarda dos materiais heteróclitos desses arquivos, alocar pessoal especializado para tratar adequadamente seus fundos documentais – bibliotecários, arquivistas, técnicos em restauração de documentos – providenciar a correta classificação de enorme massa documental, estimular a pesquisa em arquivos literários por parte dos estudantes e professores. (MARQUES, 2015, p. 9).

Muito embora o tema expanda o cruzamento de destinos e exponencie as nuances entre as possibilidades e necessidades para se receber acervos privados em uma instituição, ao definir neste trabalho apenas as bibliotecas particulares para serem analisadas como de interesse para incorporação em uma universidade, importa observar suas características de origem, a intermediação dos processos, os envolvidos no tratamento técnico, as

condições e recursos para que ocorra a administração de um espaço que abrigue coleções desta natureza.

Costa (2007, p. 24-25) ilustra bem uma coleção para provocar a reflexão de como se torna complexa a avaliação sobre a gestão de uma coleção privada:

As coleções são muitas vezes comparadas a um espelho, capaz de refletir, em suas múltiplas partes, a figura do colecionador e seu momento histórico. Reflexo ou especular são termos comumente encontrados na descrição de coleções. Se pensarmos na coleção como um processo criativo, empreendido deliberadamente, veremos que essa analogia é falha ao pressupor uma atitude passiva do colecionador. Uma coleção é, antes de mais nada, uma construção criada pelo próprio colecionador a partir de suas escolhas, mesmo que sejam em parte, escolhas inconscientes. Especialmente no caso de coleções que são legadas para instituições públicas, o objetivo do colecionador é formar uma imagem de si próprio, não aquela refletida em um espelho, mas sim a imagem ideal, imaginada e desejada, para perdurar na eternidade. Talvez a melhor analogia para uma coleção seja a de um auto-retrato, onde o colecionador, mesmo que de maneira fragmentada e incompleta, cria a imagem que gostaria que os outros tivessem de si e que, por outro lado, o reconforta como imagem de si mesmo (COSTA, 2007, p. 24-25).

Portanto, a decisão sobre a incorporação de uma biblioteca particular que institucionalizada em uma biblioteca universitária, conceitualmente seria chamada de Coleção Especial, necessita criteriosa atenção e preocupação sobre o tema “assim como os problemas de consciência dos profissionais no momento da seleção e do descarte” para evitar na escolha dos itens tanto seleção quanto para descarte, interferências pessoais, complementa Murguia (2009, p. 94).

A interferência pessoal também pode surgir através de restrições ou condições de seus doadores que encaminham material para uma instituição, o que pode comprometer os objetivos do trabalho e impor situações de difícil solução. Vergueiro (2010) cita a importância de não se receber doações que contenham ou estabeleçam condições por parte de quem encaminha o acervo.

Uma questão a ser analisada seria compreender que tipo de acervos bibliográficos privados e de quais personalidades seria foco deste tipo de trabalho visando a institucionalização. Um bom indicativo seria observar o que diz a Lei 8159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, quando se refere aos acervos privados que sejam

de “interesse público e social”, desta forma, fornecendo indicativos que direcionem a avaliação de bibliotecas a serem avaliadas que contenham um “conjunto de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”. Embora a legislação referida trate da área de arquivologia e não especificamente fale sobre bibliotecas, a abordagem norteia um olhar de priorização na avaliação de acervos bibliográficos que orienta quanto a esta questão.

Tratando-se de uma biblioteca particular, preciso considerar também as questões que envolvem a propriedade de um acervo, sua natureza de uso e formação. A biblioteca está sob direito de seu dono original ou sua posse está conferida a herdeiros. O proprietário que formou a coleção possuía a biblioteca particular em análise como um instrumento auxiliar de trabalho e/ou de fruição, ou seja, um acervo ao conter parte da identidade de seu possuidor, necessita ser analisado do ponto de vista da qualidade do acervo que por ventura venha a ser incorporado. Mas tão importante quanto é preciso estudar a biografia das pessoas proprietárias desses acervos e sua relevância em suas áreas de atuação, vínculos institucionais e suas contribuições sociais.

Terry Cook (1998) indica um caminho e cita exceções, mas de acordo com a situação de uma universidade pública no Brasil pode ser feita uma reflexão que sirva de embasamento sobre este tema.

Em boa parte da Europa e em muitas de suas antigas colônias, os arquivos nacionais, via de regra, não recolhem papéis pessoais de indivíduos particulares (exceto de políticos e burocratas) em bases iguais às dos documentos oficiais do governo nacional. Esse padrão se repete nos níveis dos governos e arquivos estaduais, provinciais, regionais e locais ou municipais. Quanto ao destino dos arquivos pessoais ou dos manuscritos privados, na maioria dos países são adquiridos pela biblioteca nacional, pelas bibliotecas regionais, ou pelas principais universidades e até mesmo por museus e por institutos de pesquisa ou documentação temáticos ou especializados. Assim é que os diversos domicílios institucionais dos arquivos públicos e pessoais reforçam suas diferenças, tanto quanto o fazem suas distintas origens e estruturas legislativas. (COOK, 1998, p. 131).

Uma vez que uma instituição se proponha institucionalizar um acervo privado e torná-lo público, ela adquire um compromisso de gestão. Serão despendidos recursos humanos, financeiros, tempo e responsabilidades no processo de incorporação e no decorrer de sua permanência na instituição.

Afinal, guardar-se tudo é uma impossibilidade por questões de espaço, um contrassenso quando ferir os objetivos da instituição, uma irresponsabilidade quando não houver recursos humanos e financeiros para realizar a gestão de um acervo desta natureza, mesmo que o valor do acervo se mostre relevante. Portanto, há de se observar essa intencionalidade alinhada com os objetivos institucionais bem como às condições para realizar este ato administrativo de maneira que impacte positivamente na instituição e no compromisso de cumprir com esta gestão.

Uma instituição ao incorporar um acervo importante pode promover-se como detentora de potencial conteúdo de pesquisa, bem como fomentar interesses de fazer a guarda de outros acervos que venham a migrar para o espaço público. Porém, não basta a vontade, é preciso organização que viabilize a ocorrência deste tipo de diálogo e possibilite sua consecução. Marques (2015, p. 75) intervém nesse sentido e provoca as instituições públicas a elaborarem políticas que tornem claros seus objetivos de captação de acervos, não deixando este tema “à mercê exclusivamente de fundações privadas, ligadas a bancos e empresas objetivam obter lucros com suas atividades”:

As bibliotecas pessoais, apesar de representarem seus organizadores ainda são, em determinados contextos, objetos de status social e intelectualidade que perpassam seus donos. Porém, o aspecto da memória e a possibilidade de gerar novos conhecimentos é que são os grandes atrativos destas bibliotecas para as universidades. (ALVES, 2015, p. 52-53).

Algumas universidades no Brasil têm buscado oferecer espaços para o recebimento de acervos privados propondo-se cumprir o papel de salvaguardar a memória escrita e, ao mesmo tempo, disponibilizar à pesquisa valorizando estas iniciativas. Alves (2015) diz claramente que os objetivos já consolidados que a biblioteca universitária assumiu de dar apoio ao ensino, pesquisa e extensão precisam ser ultrapassados, pois ela pode muito mais que isso. Trabalhar com a história, memória e cultura, permite a uma biblioteca colocar-se de maneira mais ativa que apenas depositária do conhecimento registrado:

Considerando esta importância, e com o objetivo de contribuir para novas possibilidades de integração de atividades de ensino, pesquisa

e extensão, nas relações culturais e literárias, na sua missão de preservar a cultura, as artes e a memória dentro da universidade, muitas bibliotecas voltam-se para suas coleções especiais com um olhar diferenciado. Este olhar traduz duas situações comuns no contexto destas unidades de informação: por um lado a existência da sua coleção especial como um ativo estratégico em sua missão, ao representar sua importância educacional, histórica e cultural para a universidade e, por outro lado, a preocupação com o desenvolvimento e a salvaguarda destas coleções especiais. (ALVES, 2015, p. 45-46).

Os conceitos discutidos até o momento ressurgirão através dos exemplos que ilustrarão o próximo capítulo onde a tipologia de documentos que envolvem um acervo particular pode suscitar várias análises e cuidados em seu tratamento, bem como a definição de que tipo de gestão deve ocorrer. Este trabalho busca analisar, dentre um acervo particular, as bibliotecas particulares para mostrar seu valor quando institucionalizados sugerindo, com isso, uma melhor preservação e disponibilização do acervo, revalorizando através do seu uso para pesquisa.

Como poderá ser visto nos capítulos seguintes, alguns exemplos de guarda de acervos particulares em bibliotecas universitárias ou centros de memória de universidades, para de maneira ilustrativa e analítica mostrar os pontos que cada exemplo citado auxilia na observância de um modelo de uma política que busque atender de uma maneira satisfatória a gestão da avaliação e seleção de futuras coleções especiais a serem incorporadas na UFSM.

5.1 Coleções especiais em universidades: alguns exemplos

Este capítulo trará exemplos de algumas universidades que fazem a guarda de Coleções Especiais provenientes de biblioteca particulares. Procurará traçar um breve relato sobre instituições que se organizaram para receberem acervos particulares e exemplos de seus enfoques em relação ao gerenciamento destas coleções. Tentará trazer um panorama do olhar sobre a preservação da memória, o incentivo à pesquisa neste tipo de coleções e o tipo de organização necessária e espaços dedicados à sua guarda.

Para tanto, alguns exemplos a partir de agora, servirão para observar características não específicas das coleções especiais dos acervos destas

universidades, mas ilustrar, de uma maneira geral, o conjunto destes exemplos de gestão para extrair deles uma visão de conjunto. Busca-se desta forma, formular uma observação geral dos pontos a serem exemplificados para, no seguimento do trabalho, promover um diálogo com os temas e produzir questões pertinentes que possam, de maneira mais abrangente, suscitar observações quanto ao assunto proposto.

5.1.1 Universidade de Campinas (UNICAMP)

Neumann (1995) em seu trabalho fornece dados importantes sobre o início das Coleções Especiais na Universidade de Campinas (UNICAMP), diz que desde 1983 se fala de bibliotecas particulares na UNICAMP e, a partir de então, várias vezes o tema aparecia em textos jornalísticos, mas na classe bibliotecária pouco se discutia o assunto. O temor era perder-se grandes acervos pelo descaso das famílias quando este patrimônio pode passar a ser patrimônio coletivo através da institucionalização. "Triste e perigoso fim para tesouros que passam das mãos dos proprietários para a mão dos vendedores, sem que o bibliotecário sequer tenha sabido da sua existência", comenta Neumann (1995, p. 587). Quando a realidade era a informação impressa e o escritor ou pesquisador tinha condições para acumular um acervo, além da generosidade dos amigos, grandes bibliotecas se formaram.

Na UNICAMP, o Sistema de Bibliotecas (SBU) é composto por 30 bibliotecas, sendo que a Biblioteca Central Cesar Lattes (BCCL) tem sob sua responsabilidade o espaço para guarda de Coleções Especiais e Obras Raras (BC-CEOR). Além desta, outras bibliotecas, centros de documentação e centros de memória também fazem a guarda de Coleções Especiais e fundos documentais.

Através da aquisição de bibliotecas particulares esta universidade gerencia acervos de importantes personalidades que se “dedicaram a estudar a história e a cultura brasileira e contribuíram para o desenvolvimento e mudanças do panorama cultural de nosso país” (UNICAMP, Coleções especiais e obras raras, s./d.). A área de Coleções Especiais da UNICAMP procura reunir, preservar e dar acesso às obras raras e coleções especiais à

comunidade acadêmica e ao público em geral. São mais de 100 mil livros divididos em 18 coleções que em sua maioria estão catalogados e disponíveis para consulta local, uma vez que se trata de materiais únicos ou especiais.

Essas coleções são fontes de informação para muitos pesquisadores, especialmente os da área de humanidades, possuindo obras com características especiais, o que as tornam muitas vezes únicas, tais como; exemplares com marcas de propriedade, anotações manuscritas e/ou dedicatórias de pessoas célebres, edições numeradas, limitadas ou de luxo, documentos escassos, inéditos e preciosos, com valor no mercado livreiro ou valor como artefato, significado histórico e/ou intelectual entre outras particularidades (UNICAMP, COLEÇÕES ESPECIAIS E OBRAS RARAS, s./d.).

As Coleções Especiais e Obras Raras da UNICAMP abrigam importantes acervos de personalidades, intelectuais e ex-professores que marcam a história do país e da própria universidade, tais como: Coleção Sérgio Buarque de Holanda (BC-CEOR), Coleção César Lattes (BC-CEOR), Monteiro Lobato, Hilda Hilst, Edgard Leuenroth, Oswaldo de Andrade, Francisco Glicério, Alexandre Eulálio, Aristides Candido de Mello e Souza, Britto Broca, Cicognara, Cornélio Pena, Aída Costa, Peter Eisenberg, José Albertino Rodrigues, Maurício Knobel, Almeida Prado, entre outros. O acervo contempla ainda coleções de histórias em quadrinhos, de assuntos latino-americanos, Mulher Corioba – obras em alemão de um empresário de tecidos, Coleção Novo Mundo sobre o descobrimento da América, Coleção Primeiras Edições, Coleção Oficina do Livro. (UNICAMP, Coleções especiais e obras raras, s./d.; Carvalho, 2015).

As Coleções Especiais provenientes de acervos de intelectuais são chamadas de fundos bibliográficos por envolverem materiais diversos além dos bibliográficos. O SBU-Unicamp estabelece padrões de obras raras e coleções especiais quanto à seleção, processamento técnico, acesso e preservação, e os critérios são estabelecidos em documento disponibilizado em sua homepage (UNICAMP; Padrões de obras raras e coleções especiais, s./d.).

O documento define como serão identificadas como Coleções Especiais e menciona as condições para a seleção e aquisição de bibliotecas particulares, deixando claro que a avaliação das obras e a biografia de seu possuidor como

de um grande intelectual brasileiro, reconhecido pela sua contribuição dentro de uma determinada área, pela natureza decisiva de suas pesquisas ou de um campo de estudo de particular importância ou gênero literário. A importância da coleção em nível local e nacional, para a pesquisa e o currículo da instituição, ou para projetos cooperativos. (PADROES DE OBRAS RARAS E COLEÇÕES ESPECIAIS, s./d.; INSTRUÇÃO DGA nº 51, 2005).

A UNICAMP através da Instrução Normativa DGA nº 51 (UNICAMP, Instrução DGA nº51, 2005), estabelece procedimentos para a aquisição e recebimentos de acervos bibliográficos particulares, procurando conceituar de maneira clara a abrangência do processo de institucionalização de acervos em sua universidade. Desde a avaliação de importância informativa, artística e histórica do acervo, passando pela capacidade técnica de gestão pelas equipes de coleções analisadas, a capacidade financeira para aquisição – quando a aquisição ocorrer por compra - e a capacidade de recursos para o gerenciamento da coleção uma vez institucionalizada. De acordo com Carvalho (2015, p. 90), essas coleções por sua singularidade e raridade “recebem um tratamento diferenciado em relação à gestão, acondicionamento, catalogação, consulta, preservação e conservação”. Inclusive por tratar-se de coleções compostas basicamente em acervos de suporte em papel, um minilaboratório auxilia em pequenos reparos quando necessário.

Quanto ao acesso, Carvalho (2015, p. 98) adverte que:

As condições de consulta e pesquisa são informadas através do Regulamento para uso das Coleções Especiais. O leitor deve ser registrado na sua primeira visita e concordar com o Regulamento. As obras solicitadas são consultadas somente na sala de leitura pois, devido às características peculiares, o acervo não é circulante, ou seja, não há empréstimo entre bibliotecas. As consultas às obras desses acervos são monitoradas por funcionários que trabalham na área. (CARVALHO, 2015, p. 98)

Em alguns casos a avaliação indica que a melhor forma de preservação é transformar as obras em formatos que permitam o acesso ao conteúdo da obra, mas preserve a original. Carvalho (2015) diz que, uma vez identificados como materiais valiosos, tanto à guarda e também à pesquisa,

surge a necessidade de trabalhar neste sentido visando atenção quando ao manuseio inadequado e segurança destes acervos.

A base de dados Acervus do SBU-Unicamp utiliza o software Sophia e permite através da pesquisa os conteúdos de cada coleção especial. Indicando a localização física (notação decimal), à qual Biblioteca a Coleção Especial pertence e condição de acessibilidade às obras. A gestão destas Coleções Especiais e raras têm regulamento para o acesso local para documentos raros, escassos, frágeis, anteriores a 1930 e exemplares com autógrafos, dedicatórias e grifos de celebridades.

Além disso, disponibiliza serviço de referência e instrução para uso das coleções, atendimento por e-mail, oferece possibilidade de reprodução através de leitora digitalizadora de microfimes, localiza microfimes de obras raras em outras bibliotecas, autoriza serviço de fotografia local e de microfilmagem terceirizado, com a assistência do conservador da coleção, mantém a segurança de todo o acervo, prepara apresentações, exposições e publicações, participa dos bancos de dados ACERVUS (Unicamp), UNIBIBLI (universidades estaduais paulistas), REDE BIBLIODATA, CPBN (Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional/BN), Base de Dados P19 (Periódicos do século XIX / BN) e do Indicador das Bibliotecas Brasileiras de Acervo Antigo (Sistema de Bibliotecas da Unicamp, s./d.).

A Unicamp mostra importantes pontos identificados como necessários na efetivação da institucionalização de acervos particulares. O compromisso de gestão envolvendo agentes de atuação direta nas coleções, bem como a capacitação de servidores específicos para estas coleções, a documentação institucional consultada que dá visibilidade ao modo de fazer. Também os espaços para guarda dessas coleções, que garantiriam a preservação (através da proteção física dos suportes e regramento quando ao acesso), abrindo as coleções para pesquisadores e promovendo sua utilização como retorno ao investimento no projeto e o local de guarda, de admiração (ou celebração). Olhemos agora o exemplo da USP.

5.1.2 Universidade de São Paulo (USP)

A Universidade de São Paulo veio ao receber como doação e incorporou a biblioteca do bibliófilo José Mindlin, criando a Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin. Instalada em um dos blocos do, recentemente inaugurado, edifício no coração da Cidade Universitária, em São Paulo, a BBM-USP é formada por mais de 32.200 títulos e 60mil volumes, em sua maioria raros e especiais, as obras segundo Antunes (2015) abrangem muitas áreas referentes aos estudos brasileiros.

Doadada à USP em 2005, apenas em 2013 ocorreu a inauguração da biblioteca em prédio especialmente construído para abrigar a coleção do bibliófilo. O nome da coleção e sua importância refere-se a uma reunião de livros com temas relacionados ao Brasil, muitos escritos por autores estrangeiros em impressões feitas dentro e fora de nosso país, assim como autores brasileiros que relataram o Brasil, que tiveram sua obra impressa aqui ou no exterior, todos em uma tipologia de documentos variada.

A Biblioteca abriga obras de História (incluindo Escravidão, Guerra do Paraguai, Província Cisplatina, Guerra de Canudos, Maçonaria, Imigração, Questões de limites, Jesuítas e outras ordens religiosas, Legislação, entre outras), Viagens, Literatura, Índios, História natural (incluindo Botânica, Zoologia e Agricultura), Medicina, Arte (incluindo Arquitetura e Fotografia), Sociologia, Folclore e Música, além de obras de referência e sobre conservação, encadernação e restauro. (ANTUNES, 2015, p. 102).

Antes de tornar-se a BBM-USP, a biblioteca de José Mindlin passou a englobar, em 1986, a coleção de outro bibliófilo, Rubens Borba de Moraes (ambos citados no capítulo 3.1 desta dissertação), que deixou em testamento para Mindlin sua coleção. O valor da coleção provocou uma série de cuidados e exigências para seu manuseio e segurança. As decisões sobre os tipos de acondicionamento de acordo com os formatos, a restrição ao acesso, a climatização, iluminação, entrada de luz, controle de umidade e controle biométrico nas portas que dão acesso ao acervo. Todos estes tópicos precisaram ser estudados para preservar a valiosa coleção que ficaria sob guarda da USP.

A BBM-USP adotou uma política de preservação e conservação que enfoca a salvaguarda e o acesso como fatores de atenção fundamentais dentro de seu estudo de gerenciamento de risco. As orientações quanto a esta coleção envolvem diversas etapas e ações para que todos tenham responsabilidades de conhecimento detalhado do acervo, conhecimento técnico, laboratório para dar suporte à conservação preventiva e de pequenos reparos, orientações quanto ao uso para funcionários e usuários, monitoria climática e ambiental das áreas internas e externas do edifício que guarda o acervo.

A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) faz parte do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP e seu catálogo pode ser acessado através do Banco de Dados Dédalos ou pelo Portal de Busca Integrada. Há possibilidade de filtrar a busca e pesquisar apenas no acervo da BBM-USP (USP; Busca no catálogo da Biblioteca Mindlin, s./d.).

O objetivo da instituição, enquanto depositária do acervo é preservá-lo e mantê-lo vivo através do fomento à pesquisa. Para sua visibilidade busca parcerias e promove no espaço da biblioteca ações culturais que deem visibilidade à BBM como o Café Acadêmico, Colóquios Mindlin, apresentações musicais eventuais e fixas com concertos semanais ao meio-dia das quintas-feiras, exposições e outros eventos.

Pode-se notar claramente no exemplo ilustrativo da USP quando à institucionalização da Biblioteca e José Mindlin que a construção de um prédio próprio fornece a magnitude da Coleção BBM-USP e da doação que o bibliófilo fez à instituição tornando-o um local de celebração. O prédio foi inspirado em conceituadas bibliotecas, como a Beinecke Rare Book & Manuscript Library (Biblioteca Beinecke de Manuscritos e Livros Raros), da Universidade de Yale, nos Estados Unidos e a Biblioteca Sainte-Geneviève, de Paris, na França (BBM-USP; O edifício, s./d.). Também existe a preocupação com a digitalização que forneça acesso às obras a um número maior de pesquisadores e com isso também, preserve os originais do acesso presencial, garantindo sua guarda estável.

5.1.3 Universidade Estadual Paulista (UNESP)

A Unesp foi criada em 1976, incorporando Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo abrangendo diferentes pontos do interior paulista. As faculdades desde seu início possuíam uma identidade ligada às Letras e Filosofia pela sua origem na formação de professores que deveriam compor os quadros das escolas secundárias. Com o passar do tempo, outras unidades e cursos foram sendo criados e hoje a Unesp conta com 24 campi, sendo que as unidades de Araraquara (SP) e Assis (SP) terão maior enfoque neste estudo para exemplificação de coleções bibliográficas especiais, especialmente por serem centros ligados às Faculdades de Ciências e Letras.

Na UNESP, as coleções especiais providas de bibliotecas de intelectuais estão divididas em suas unidades conforme as interligações das personalidades com a instituição e a região de onde era natural ou mantinha relações de interesse. Na Unidade de Araraquara da UNESP ao todo são 6 coleções bibliográficas especiais:

- Sala de Estudos Sociais - Coleção Octavio Ianni (COI):

A biblioteca particular do professor Octavio Ianni reserva, para quem a consulta, um grande conhecimento acumulado sobre temas de sociologia. Revela a memória de seus estudos e como ele se relacionava com o mundo, incentivando a reflexão e o repensar de questões da sociedade. Seu acervo particular foi doado à Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara em 2002, pelo próprio sociólogo. [...] O acervo além de trazer a memória de seus estudos, revela, por meio de suas anotações e recortes, sua personalidade, seu perfil de estudo e sua intimidade com o acervo. (ALVES, 2015, p 53-54).

- Sala de Estudos Clássicos - Coleção Gilda Reale Starzynski:

Gilda Maria Reale Starzynski (1922-2003) era mineira de Itajubá, Minas Gerais, mas viveu em São Paulo, onde exerceu sua vida acadêmica. Licenciou-se em Letras Clássicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) em 1943 e em 1948, fez o curso de Especialização em Língua, Literatura e História Grega. [...] Antes de falecer, manifestou o desejo de que sua biblioteca fosse doada a uma universidade, tendo se referido particularmente a Araraquara, pela ligação intensa com o Departamento de Linguística desta Unidade. [...] A doação da professora Gilda foi acompanhada de uma decisão técnica dos

profissionais à época de organizar, nesta mesma sala, todo o acervo referente a estudos clássicos da Biblioteca. (ALVES, 2015, p. 54)

- Sala do Centro de Estudos Portugueses “Jorge de Sena”

Jorge de Sena nasceu em Lisboa, em 1919, e morreu nos EUA, em 1978. Exilado, viveu fora de Portugal desde 1959. Primeiro veio para o Brasil residindo aqui até 1965. [...] um dos maiores escritores e críticos da literatura portuguesa contemporânea. Seu interesse intelectual era muito abrangente, possuía conhecimentos sobre arte, literatura e escreveu romances, contos, crônicas, teatros e poesias. [...] não é um acervo estático e cresce a partir de doações dos docentes da área (ALVES, 2015, p. 55-56).

- Biblioteca Sonia Sterman Ferraz e José Bento Faria Ferraz

A Biblioteca FCLAr foi escolhida pela família Sterman Ferraz para ser a fiel depositária do acervo pessoal de Sonia Sterman Ferraz e José Bento Faria Ferraz por estar em uma faculdade com cursos de graduação e pós-graduação, na área de Letras e Literatura. A experiência da Biblioteca, com a organização dos acervos descritos anteriormente, também foi um dos fatores que balizou a escolha. (ALVES, 2015, p. 56).

- Coleção Yedda & Augusto Frederico Schmidt

Augusto Frederico Schmidt (1906-1965) foi poeta da segunda geração do Modernismo, já Yedda Schmidt (1912-1996) foi uma grande amante das artes e da literatura. Conviveram com outros importantes autores modernistas, como Mário de Andrade e Oswald de Andrade. Em 1931, com o incentivo da esposa Yedda, Augusto Frederico Schmidt fundou a editora Schmidt, que publicaria autores que posteriormente se destacariam no cenário literário brasileiro, como Graciliano Ramos, Vinicius de Moraes, Jorge Amado e Gilberto Freire. [...] A biblioteca doada possui 3170 obras, documentos pessoais e objetos de decoração que adornam a sala e reproduzem a biblioteca fdedignamente ao espaço que ocupava no apartamento do poeta, na orla de Copacabana, Rio de Janeiro. (ALVES, 2015, p. 58-59).

- Biblioteca Heleieth Saffoti

Heleieth Iara Bongiovani Saffoti nasceu no interior de São Paulo, em uma cidade chamada Ibirá no quarto dia de janeiro de 1934.. Estudou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP) na década de 1960, iniciando nesta mesma época suas pesquisas sobre a questão feminina.[...] Esse acervo é uma extensão da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras e tem por objetivo colocar à disposição do público toda a especificidade cultivada pela pesquisadora a respeito dos estudos de gênero, com vocação para se tornar uma das bibliotecas mais importantes do país nesta temática. (ALVES, 2015, p. 59-60).

Nota-se nesta exemplificação a questão da biografia dos antigos proprietários e suas ligações com a instituição ou cidade-sede da unidade de

ensino mostra-se um fator de estudo para comprovar o valor da coleção para pesquisa e preservação da memória cultural. Estes acervos foram identificados como representantes importantes de contextos intelectuais e culturais e históricos. Como Diz Alves (2015, p. 53), “o aspecto da memória e a possibilidade de gerar novos conhecimentos é que são os grandes atrativos destas bibliotecas para as universidades”.

Porém, a construção de espaços e competências para o campus de Araraquara passar a receber coleções especiais e fazer sua gestão não ocorreu de uma hora para outra.

A revisão histórica da formação das coleções especiais da Biblioteca da FCLAr confirma uma realidade presente no cenário das bibliotecas universitárias brasileiras que trabalham tanto com coleções especiais, como com coleções de obras raras: a carência de projetos e ou políticas de guarda e de profissionais, gestores e/ou curadores, capacitados para salvaguardarem e disponibilizarem da maneira adequada os materiais sob sua tutela, podendo transformá-la em simples repositório e não em um acervo de memória. (ALVES, 2015, p. 66).

Talvez a guarda de coleções privadas tenha amadurecido com o passar do tempo, quando esta universidade identificou a necessidade de criar Centros de Memória e acompanhou as mudanças políticas que ocorriam onde se mostrava importante a proteção documental e a abertura democrática (Correa, 1999).

Foi nesse quadro que um grupo de historiadores, preocupados com o registro dessa história, manifestou sua preocupação em relação à proteção da produção documental das universidades, aos destinos da produção técnica, procurando estabelecer uma relação do saber e o contexto histórico. (CORREA, 1999, p. 80).

Desta forma, a Unesp criou um Núcleo da Memória da Universidade, um Núcleo de História Municipal e um Núcleo de História de São Paulo. A criação de centros de memória, segundo Silva (1999, p. 99), mostraram-se necessários pelo tipo de “organização desses lugares de memória”, pois estariam “qualificados em oposição aos arquivos, como estruturas que se organizam a partir da ideia de coleção, dada sua natureza de agrupamento a priori”. Assim, o primeiro centro de documentação passou a se autodenominar CEDEM (Centro de Documentação e Memória da Unesp).

O Cedem constituiu-se como um centro aglutinador de acervos documentais de valor histórico, de informações, de referências e de estudos e pesquisas sobre a história política contemporânea. Abriga arquivos e coleções produzidos, acumulados ou publicados por pessoas, organizações, partidos políticos e demais entidades, identificadas como formadoras e integrantes dos movimentos das esquerdas brasileiras. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, s./d.).

Com relação à denominada Coleção de Acervo Bibliográfico, por se tratar de livros pertencentes, em sua maioria, aos titulares dos fundos ou coleções, estes foram agrupados por meio do Plano de Classificação Geral, ou seja, guardando sua procedência arquivista, mas formando uma coleção de livros que está sendo tratada de acordo com as normas bibliográficas. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, s./d.).

O acervo de Coleções Especiais e Obras Raras da Biblioteca é composto de livros e periódicos que necessitam de medidas de preservação e segurança diferenciadas. Por esse motivo, estão guardados em ambiente separado do acervo geral da Biblioteca. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, s./d.).

E o CEDAP (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa), na cidade de Assis (SP), segue a linha da universidade e prioriza a Memória Local e Regional; Memória Nacional e Cultura e Literatura pela ligação de seu campus com a área de Filosofia e Letras.

O acervo do Centro é formado de Arquivos e Coleções provenientes de convênios entre a Universidade e instituições públicas ou privadas, doações ou custódia de documentos, de fontes de informação composto de conjuntos documentais complementares disponibilizados por meio de biblioteca especializada, hemeroteca (impressa e microformas), documentação cartográfica, fitas magnéticas, material iconográfico, CD-ROM. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA, s./d.).

Luca (2015, p. 115-116) confirma um caminho trilhado pela Unesp para construir o ideal de guarda de coleções especiais. Em fins de 2008, longas discussões naquela universidade foram desenvolvidas para estabelecer o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que contribuísse em tornar efetivos os anseios da comunidade explicitando “a missão da instituição, sua visão de futuro e desafios, bem como objetivos e ações a serem implementadas em diferentes dimensões”. Fez-se então chegar à Comissão as solicitações provenientes dos diferentes centros de documentação:

Centros de Documentação e Memória (CEDEM/São Paulo), do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP/Assis), do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Histórica (CEDAPH/Franca) e do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical Florestan Fernandes (CEMOSi/Presidente Prudente). (LUCA, 2015, p. 116).

Se o objetivo final de um processo de guarda de uma coleção especial é o acesso, o envolvimento dos agentes procurava criar um círculo virtuoso que abrisse oportunidades de pesquisa para docentes e alunos, mas que estivesse integrado com “os objetivos e missão da Universidade” (LUCA, 2015, p. 119). Com objetivos alinhados a produção iniciou o processo de disponibilização digital de acervos pertencentes ao seu sistema de bibliotecas e centros de documentação através de sua biblioteca digital (UNESP; Biblioteca Digital Unesp; Apresentação, s./d.).

Vê-se neste caso analisado, também o compromisso de gestão empregado para consecução dos objetivos de dar seguimento à gestão de coleções desta natureza com sua importância justificada para esta instituição. Também, nota-se o empenho em trabalhar pela digitalização de obras que permitam sua veiculação, respeitados os direitos autorais, contribuindo para o acesso a um número maior e distante territorialmente dos acervos espalhados pelo interior do Estado de SP.

Chama atenção as coleções ligadas à memória da universidade, como parte integrante da própria história local que merece outra linha de documentação a ser preservada. Faria e Pericão (2008, p. 176) tratam esse tipo de coleção como “coleção de fundos locais”, ou seja, uma coleção que uma biblioteca acumula ao longo do tempo privilegiando a bibliografia da história local ou da região. Esse tipo de coleção pode ser enriquecido através de contribuições de pessoas que visualizem a prática da preservação da história local e queiram contribuir. Outro tipo de coleção seria uma coleção depositária de preservação da memória institucional produzida, como a Coleção Coletânea da Biblioteca Central da UFSM que faz a guarda de publicações da universidade e poderia integrar uma coleção sobre a história da universidade. Talvez neste caso específico, esta coleção não esteja recebendo a devida importância histórica pela sua relevância de patrimônio institucional.

Para ilustrar uma instituição preocupada em salvaguardar a memória institucional, reunir obras de diferentes acervos para promover uma melhor gestão dessa preservação, observemos agora a universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS).

5.1.4 Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS)

Na Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo, o setor de obras raras e especiais busca fazer a guarda das obras ligadas à história dos Jesuítas no Brasil. No site da biblioteca há a informação de que o acervo da biblioteca da UNISINOS começou a ser formado com a vinda destes, uma vez que as obras eram relacionadas ao ensino desta congregação e assim foi mantido sua história.

Da década de 1970 até os anos 90, a estrutura das bibliotecas dividia-se entre Biblioteca Central e Biblioteca do Centro de Ciências Exatas, Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas, Biblioteca do Centro Tecnológico (Canoas) e Biblioteca da Escola de Enfermagem (Porto Alegre) (Universidade do Vale dos Sinos; Biblioteca, s./d.). Em 31 de julho de 2000 foi inaugurada a nova Biblioteca do campus em um prédio novo, com uma área total de 37 mil m².

Esta instituição privada preocupou-se em guardar a memória de sua origem religiosa e criou o Memorial Jesuíta e, desde 2001, mantém reunidas obras editadas entre os séculos XV e XX, cuja guarda e a responsabilidade lhe foram confiadas pela Associação Antônio Vieira. São mais de 200 mil livros, 1200 títulos de periódicos e milhares de documentos históricos que ao longo da história da instituição foram agrupadas e por fim, unificadas na Biblioteca da UNISINOS para preservação, guarda, organização e difusão (Memorial Jesuíta, s./d.).

No 3^o pavimento ficam as coleções de Obras Raras, onde estão reunidas obras de difícil acesso e encontradas apenas nas bibliotecas mais especializadas do mundo. No 6^o pavimento, lado A. As Coleções Especiais da Biblioteca da UNISINOS são compostas por fundos e arquivos históricos como:

- Arquivos Pessoais de jesuítas com produção científica, dentre eles Theodor Amstad, Max von Lassberg, Johannes Rick, Balduino Rambo, Werner von und zur Mühlen e Pe. Milton Valente.
- Coleções Pessoais de intelectuais, como o advogado e indigenista Júlio Marcos Germany Gaiger, o advogado, jornalista, romancista e ensaísta Clodomir Vianna Moog, o professor de filosofia e crítico de música e arte Aldo Obino, o jurista Dr. Ovidio Baptista da Silva, o crítico de cinema Luiz César Cozzatti e o escritor, filósofo e ambientalista José Lutenberger.
- Arquivos institucionais: Fundo da Sociedade União Popular - Volksverein e Fundo do Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOPE.
- Acervo de Imigração: Compõe-se de periódicos, dentre eles almanaques editados na primeira metade do século XX, na sua maioria em língua alemã; bibliografia sobre imigração alemã, material didático editado predominantemente para as escolas comunitárias na primeira metade do século XX.
- Coleção Santo Inácio de Loyola: possui mais de 1.223 títulos de periódicos, dos séculos XIX e XX, um conjunto documental de partituras de música e algumas edições em braile.
- Coleção de Jornais: Esta coleção é composta por 345 volumes encadernados, compreendendo Correio do Povo (1939-1992); Jornal NH (1963 a 1992), Correio Rural (1958-1984), Brasil-Post (1958-1992), Deutsches Volksblatt (1883 a 1940; 58 volumes somando cerca de 42.000 páginas), Deutsche Post (1880-1928 em 45 microfimes), Mitteilungen des katholischen Lehrer- und Erziehungsvereins in Rio Grande do Sul [Boletim da Associação de Professores Católicos Alemães no RS], 1900-1939 (em suporte híbrido: microfilme e digital); dentre outros exemplares avulsos. (MEMORIAL JESUITA, s./d).

No regulamento da biblioteca da UNISINOS (Regulamento, 2016), as coleções de Obras Raras e Especiais do Memorial Jesuíta têm capítulo específico (Cap. XII, Art. 69-71) para tratar de seu acesso onde é indicado o acesso ao regulamento próprio do Memorial para acesso e uso de seus acervos para pesquisa.

O Memorial Jesuíta, acervo histórico da Biblioteca da UNISINOS, desempenha o papel de salvaguardar e conservar o patrimônio documental das bibliotecas que constituíram a formação educacional jesuítica no Estado do Rio Grande do Sul. [...] Tratando-se de um patrimônio especializado em obras de filosofia, educação, teologia, cultura, artes, etc. de inestimável valor histórico e patrimonial, o acesso aos itens destas coleções é restrito e obedecem às seguintes proposições: [...]. (MEMORIAL JESUITA; REGULAMENTO, s./d.).

Também se vê a clareza como são tratados as obras por suas características especiais que o regulamento explicita quando ao acesso, uso,

identificação de características nas obras que forem usadas, a necessidade de comunicação quanto às cópias, aos registros dos materiais usados, ao cadastro do pesquisador para uso etc. As obras podem ser recuperadas através da pesquisa na base informatizada da instituição, mas são identificadas conforme a coleção que pertencem e a informação sobre consulta local das obras.

No exemplo das Coleções de obras Raras e Especiais do Memorial Jesuíta UNISINOS, mostra a importância dada à memória desta instituição de ensino e às obras que formaram as pessoas que por ali passaram. A preocupação em salvaguardar as obras que estavam divididas em bibliotecas e reuni-las em um local onde a capacidade de gestão se configura de melhor maneira, com profissionais capacitados em um ambiente adequado. Da mesma forma, favorece o acesso à pesquisa e valorização destes acervos para a história institucional, da histórica local e regional. A iniciativa foi premiada duas vezes, em 2011 e 2013, com a Ordem do Mérito Cultural e o Prêmio Memórias Brasileiras, agraciado pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM.

5.1.5 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A UFRGS em Porto Alegre tem em sua coleção de obras raras da Biblioteca Central o nome de seu doador “Coleção Einchenberg”. Gert Eduardo Secco Eichenberg foi um médico e provedor da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre e professor de Clínica Cirúrgica na Faculdade de Medicina da UFRGS. Além disso era bibliófilo e iniciou sua coleção no período pós-guerra quando muitas bibliotecas na Europa estavam se dissolvendo e passaram a comercializar suas obras em leilões. Reuniu aproximadamente 27 mil títulos em 50 volumes e parte dessa coleção foi adquirida pela UFRGS em 1969, quando passou a ser chamada pelo nome de seu antigo proprietário (Livros raros da Coleção Eichenberg,s./d.).

A Coleção de Obras Raras da Biblioteca Central da UFRGS possui cerca de 10 mil volumes, formada por obras do século XVI ao século XX. O Departamento de Obras Raras estipula critérios de classificação de obras raras ou preciosas objetiva fazer a guarda dessas obras de maneira séria de modo a zelar por sua conservação, colaboração no atendimento à pesquisa,

colaboração em eventos, promoção da Coleção através de exposições e miniexposições que valorizam a coleção e o trabalho dos profissionais na gestão dessa coleção (Departamento de Obras Raras, s./d.).

Por ser um Departamento diferenciado, são observadas normas específicas de funcionamento e de consulta ao material. As consultas ao Departamento devem ser previamente agendadas através do telefone. (DEPARTAMENTO DE OBRAS RARAS, s./d.)

A coleção de obras raras e especiais da UFRGS não está restrita apenas à Biblioteca Central desta universidade. A Biblioteca da Faculdade de Medicina e a Biblioteca da Faculdade de Direito possuem coleções dentro das suas áreas e mantêm a guarda dessas obras que são consultadas por pesquisadores. A preservação do acervo raro da UFRGS foi contemplada com projeto do BNDES em 2010/2011 onde pode atender as demandas destas 3 bibliotecas detentoras de acervos raros e especiais para realizar intervenções de restauração e conservação que ampliassem a preservação das obras e ampliasse com isso a possibilidade de serem pesquisadas (Obras raras, s./d.).

Através deste exemplo pode-se constatar uma utilização de uma coleção de obras raras como marketing e proporcionado visibilidade institucional. Além disso, mantém uma descentralização de obras, distribuídas em mais de uma biblioteca, mas conectadas através de um setor que dá suporte técnico para sua gestão da preservação. Se em algumas bibliotecas a tendência é reunir as obras raras e coleções especiais, neste exemplo, as obras raras ficam próximas de seu público-pesquisador.

5.1.6 Pontifícia Universidade Católica do RS (PUC-RS)

Na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul no prédio 16, no 7º andar da Biblioteca Central Irmão José Otão, existe o DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural. Este espaço é composto por documentos ligados à cultura gaúcha doada pelas famílias das personalidades que mantinham acervos particulares e objetiva a preservação da memória e a promoção da cultura. Estão disponíveis à pesquisa nos acervos deste espaço,

documentos referentes às áreas de Letras, Artes, Jornalismo, Cinema, História e Arquitetura (Delfos, s./d.).

Os acervos do Delfos foram doados ou cedidos por empréstimo (comodato), por períodos variáveis e por meio de contratos firmados com herdeiros, ou, ainda, com os próprios intelectuais possuidores de tais arquivos. (PASSOS, 2010).

Inaugurado em 2008, o Delfos abriga acervos particulares (livros – alguns originais), correspondências, manuscritos, plantas de arquitetura, fotos, vestimentas e objetos de personalidades do RS (Delfos, s./d.) reunindo 40 acervos de caráter literário em diversos gêneros, linguístico, bibliográfico, arquitetônico e histórico totalizando mais de 150 mil itens (Moreira, 2010) em um espaço de 800m⁰ que abriga também uma ampla sala para consulta e salas de estudos individual ou em grupo, equipadas por computadores e sistema *wireless* (Passos, 2010).

Além de documentos, cartas, manuscritos e originais de obras inéditas ou publicadas, o Espaço inclui bibliotecas particulares (que mostra a história de leitura dos escritores, por exemplo), a fortuna crítica dos autores (dados biográficos, críticas, notícias, resenhas), medalhas, certificados, máquinas de escrever, objetos de decoração e móveis, entre outros. (PASSOS, 2010).

Os acervos depositados no Delfos estão divididos na seguinte forma:

Escritores e jornalistas: Aníbal Damasceno Ferreira; Antonio Carlos Resende; Caio Fernando Abreu; Carlos Marino Silva Urbim; Celso Pedro Luft; Cyro Martins; Dyonélio Machado; Eduardo Guimaraens; Francisco Fernandes; Ir. Elvo Clemente; João Otávio Nogueira Leiria; Lara de Lemos; Lila Ripoll; Luiz Antonio de Assis Brasil; Luiz de Miranda; Luiz Pilla Vares; Moacyr Scliar; Manoelito de Ornellas; Maria Dinorah Luz do Prado; Moysés Vellinho; Oscar Bertholdo; Oswaldo Goidanich; Patrícia Bins; Paulo Hecker Filho; Paulo Fontoura Gastal; Pedro Geraldo Escosteguy; Reynaldo Moura; Roberto Eduardo Xavier; Vera Karam, Zeferino Brazil.

Coleções e Colecionadores: Acervo Fotográfico da Revista do Globo; Cartilhas, seletas e outros materiais de leitura; Júlio H. Petersen; Henrique Padjem, Qorpo Santo e periódicos literários.

Arquivos Históricos e Historiadores: Benno Mentz; Documentos Ação Integralista Brasileira-Partido de Representação Popular - Guia de Fontes AIB/PRP; José Honório Rodrigues, Laboratório de História Oral e Manuscritos da Coleção De Angelis.

Arquiteto: Theo Wiederspahn. (DELFO, s./d.).

Importa observar que a gênese do Delfos, como menciona Passos (2010), é um processo de amadurecimento na guarda de acervos na PUCRS, quando na última década do século XX, o Centro de Estudos de Memória Cultural da Faculdade de Letras detinha acervos literários de alguns intelectuais relevantes. Com o passar do tempo, grupos de pesquisa que utilizavam estes acervos cresceram e o espaço destinado a abrigá-los, a organização e o atendimento a pesquisadores não se mostraram adequados. Amadureceu a ideia de reunir os acervos em um centro de estudos (Moreira, 2010). Além da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), a História, a Faculdade de Comunicação Social (FAMECOS), a Biblioteca Central e a faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) possuíam acervos ou coleções especiais em suas unidades.

A finalidade do Delfos é a divulgação de obras, documentos de processo, correspondência e diversos tipos de papéis relativos aos autores e intelectuais, cuja memória cultural está preservada nesse espaço de pesquisa e de conservação. A divulgação é feita por meio de eventos culturais, exposições, congressos e seminários. A produção científica resulta do incentivo ao desenvolvimento de projetos dentro das linhas de pesquisa das faculdades que o integram, tais como publicação de livros, trabalhos acadêmicos e artigos em revistas e jornais literários. (PASSOS, 2010, p. 202).

Há também outro dispositivo de gestão dos acervos implantado na PUC/RS, o Delfos Digital. É possível filtrar a pesquisa na base de busca e selecionar cada um dos acervos depositados no espaço. O Delfos Digital tem por missão preservar e prover acesso aberto de forma on-line aos documentos digitalizados destes acervos. Desta forma procura ampliar a visibilidade através do compartilhamento dos documentos e integrar sistemas de rede nacionais e internacionais de informação através da interoperabilidade e padrões internacionais (Delfos Digital, s./d.).

No endereço eletrônico do Delfos é possível acessar a produção acadêmica gerada a partir da pesquisa nos acervos da unidade, como artigos científicos, livros e capítulos de livros. Esta produção acaba por revalorizar a iniciativa e confirmar a importância da salvaguarda de acervos desta natureza.

Identifica-se claramente um caminho de amadurecimento na gestão para se chegar ao Centro de Memória Cultural do Delfos, reunindo acervos que estavam dispersos, aproximando competências e objetivos. Fazendo desta forma seu gerenciamento em um espaço único onde pode ser desenvolvido, tanto a pesquisa interna dos cursos da PUC, como o acesso externo a pesquisadores que farão menção aos acervos consultados no Espaço.

A PUCRS mostra uma interligação muito séria entre as áreas de pós-graduação quanto à gestão quanto à usabilidade dos acervos visando a pesquisa. Assim, ficam conectados desde o início do processo a vontade e o compromisso de se manter os acervos rendendo produção para a universidade. O exemplo analisado demonstra de maneira clara a vinculação entre objetivo e as condições para que tal empreendimento ocorra. De outra forma, o exemplo também pode ilustrar a vantagem que uma instituição privada possui em relação às instituições federais, uma vez que dispõem de mais recursos para concretizar seus projetos inclusive se decidirem pela compra de acervos julgados importantes para pesquisa e para darem retorno à instituição sendo a mantenedora destes acervos.

5.2 Notas sobre a institucionalização de bibliotecas particulares

Nota-se que, para que ocorra a institucionalização de bibliotecas particulares em universidades diversos pontos necessitam ser observados. As condições de se receber bibliotecas particulares em uma universidade indicam o comprometimento de instâncias que através do estudo para a viabilidade, indique a potencial usabilidade destes acervos e a sua importância como patrimônio cultural que justifique essa guarda. Da mesma forma, o tratamento de acervos desta natureza sugere a definição de espaços específicos e a formação de comissões que se dediquem a este processo para que se confirmem recursos humanos e financeiros, garantidores de sua efetividade.

Nos exemplos que ilustraram a trajetória de algumas coleções particulares que foram recebidas em universidades, pode-se notar a pressão de grupos que uniram esforços na definição de ações que tornassem possível esta intencionalidade e do alinhamento com os objetivos institucionais. Pomian (1984) quando fala sobre a origem das bibliotecas de acesso público ilustra

que, apenas com a pressão de grupos que não tinham acesso às coleções privadas é que iniciaram processos de migração de coleções de um ambiente privado para um de acesso aberto. Portanto, para se ter acesso a estes acervos é preciso, assim como o autor menciona, que todos esses assuntos sejam estudados e pesquisados, buscando entendimento e diálogo entre especialistas das áreas envolvidas para que se definam os saberes e os fazeres adequados e acordados para que uma incorporação possa receber um tratamento correto, adequado.

Embora a gestão de acervos especiais e raros ainda seja uma questão pouco trabalhada em nosso país, os gestores buscam reconhecer o seu valor e a responsabilidade que tem com a questão da preservação, pois reconhecem que esses acervos especiais são importantes para consulta à comunidade. Além disso, constitui-se mais um recurso informacional de extrema importância para a Universidade, pois contribui, por meio da disseminação do conteúdo informacional, de forma decisiva para a produção de novos conhecimentos nas áreas afins, estimulando a pesquisa e, conseqüentemente, o resgate da memória. (CARVALHO, 2015, p. 99).

Os locais, em geral, recebem uma visibilidade, retomando o respeito pela Coleção Especial ou Rara, ao mesmo tempo, em alguns casos, com status de local de celebração, como definiram autores anteriormente mencionados, quando espaços destinados especialmente para este fim são construídos. Também o tratamento técnico necessário a este tipo de coleção envolve recursos financeiros, profissionais especializados, capacidades e regramentos que possam gerir a guarda segura através de métodos de preservação e controle de acesso.

As regras de acesso a uma coleção especial, criada a partir da institucionalização de uma biblioteca particular, deve estar definida em um regulamento específico, o qual deve deliberar sobre a retirada ou não de itens para empréstimo, a consulta local, o espaço próprio para esta consulta, assim como, a equipe que ficaria responsável por este atendimento. Este regulamento deve ser informado ao proprietário doador ou possuidor da biblioteca particular e por ele autorizado, mediante documentação de transferência de direitos, na data de entrega do acervo, sem possibilidade de

alterações após a cessão de direitos, formalizada em documento específico (Apêndice B).

A Lei 8.159 menciona, no artigo 14, que “o acesso aos documentos arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor”, trazendo com isso importância de ocorrer na avaliação a certeza sobre a pertinência de sua guarda, bem como a documentação jurídica necessária para que seja liberada a propriedade de uma biblioteca particular para o uso público.

Ao retomar o tema da biografia do possuidor de uma biblioteca particular, considera-se prudente antes de aceitar a doação, uma avaliação de sua contribuição à sociedade, à instituição que interessa ser depositária de sua biblioteca, à cidade e à região, através de sua atuação profissional, artística ou decorrente de suas relevantes atividades, pois o acervo deste particular pode carregar a marca pessoal deste indivíduo. As vinculações mostram relações objetivas entre obras e seu selecionador mostrando parte da trajetória intelectual.

Bellotto (2006, p. 266), quando explica o valor dos arquivos privados²⁴ para a pesquisa explica bem o caráter destes arquivos, quando representantes do resultado da vida e da obra, sejam “estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc”. Pessoas, segundo a autora “cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades”. Também podem tratar-se de pessoas que, detentoras de documentos inéditos, possam trazer fatos novos para a ciência, a arte e a sociedade.

Como analogia usada por Bourdieu (1996, p. 189), não existe como “explicar a razão de um trajeto no metrô, sem levar em conta a estrutura da rede”. As obras que contribuíram para a formação de uma biografia fazem parte desta. Assim como, as relações do antigo proprietário do acervo com a

²⁴ Vale ressaltar que este trabalho analisa a possibilidade de incorporação de bibliotecas particulares em uma universidade, não observando este tipo de coleção bibliográfica como um arquivo pessoal. Caso seja identificado pela Comissão de Incorporação – apêndice A – como parte de um arquivo privado, a decisão de guarda em uma biblioteca de um acervo bibliográfico parte de um arquivo privado necessita reestudo em virtude da recomendação de Bellotto (2006, p. 167) que complexifica a seleção deste tipo de material para não se fazer acumulações onde não poderão ser aplicadas tabelas de temporalidade na análise da permanência deste tipo de coleções.

instituição para onde se destina o acervo, como um ex-professor ou personalidade com trajetória reconhecida.

Marques (2015, p. 193) alerta para outro ponto dos acervos particulares, que podem ser vistos como verdadeiros arquivos do si, quando intelectuais desenvolvem práticas de arquivamento guardando papéis, fotos, diários, como se fossem “redigir uma autobiografia”. Executem operações de análise, seleção, recortes e classificações próprias constituindo seu arquivo pessoal. Na mesma obra, Marques (2015, p. 101) diz que essa triagem auxilia este colecionador a preservar “a memória de sua formação intelectual, de relações afetivas e profissionais”, traduzindo essa “intenção autobiográfica”. Sendo assim, do ponto de vista da gestão de bibliotecas os materiais teriam um caráter de arquivo pessoal e este fundo precisaria, caso fosse recebido no todo, de uma gestão compartilhada entre profissionais das áreas de arquivologia e outras, para atender de maneira efetiva a tipologia de documentos.

Outro ponto a ser levado em consideração é conhecer se uma doação denominada “biblioteca particular” está completa em seu conjunto quando do recebimento, para ser assim denominada, pois Ducrot (1998) alerta para várias ocorrências que podem se mostrar, como: fornecimento do acervo em partes, distribuindo conforme seu julgamento as partes que acredita serem mais importantes em determinados locais; também a remessa do acervo em etapas podendo nunca vir a completar o acervo; obras com assinaturas de outras pessoas, posse suposta de outra pessoa ou entidade, bem como o fatiamento de uma coleção que pode ocorrer quando a família decide abrir as portas para que familiares e amigos retirem o que lhes interesse para depois fazer o encaminhamento a uma instituição.

Compreende-se, que devido ao valor de acervos desta natureza o seu tratamento deve ser delegado não somente aos profissionais da biblioteconomia e da arquivística, mas também da museologia, da história, da sociologia, da literatura e psicologia, apenas para citar algumas áreas. Necessita-se de um olhar atento fazendo-se um diálogo transdisciplinar para que a avaliação proporcione um consenso entre a importância da salvaguarda do patrimônio cultural envolvido e a relevância destes acervos para a pesquisa

em uma universidade. Por este motivo, com a ilustração de alguns locais de guarda em universidades procurou-se exemplificar características e similitudes que pudessem auxiliar na abordagem do assunto desenvolvido neste trabalho.

Se a guarda desse tipo de material venha a ocorrer em uma biblioteca universitária, importa lembrar, que esta tem por objetivo dar suporte aos conteúdos informacionais dos cursos do centro de ensino a que está vinculada. Neste caso, através de avaliação e análise, uma incorporação deveria através de uma comissão fazer a vinculação da potencialidade de pesquisa desta coleção a ser recebida com as linhas de pesquisa existentes ou em desenvolvimento, embasando desta forma seu escopo decisório para o aceite.

Além disso, uma biblioteca universitária por prioridade trabalha com itens bibliográficos (livros, classificados em áreas do conhecimento e periódicos, organizados em coleções) e materiais de acesso eletrônico, pertinentes aos programas destes cursos que representa. Assim, não poderia aceitar materiais considerados difíceis de gerir, entendendo-se com isso materiais diversos ao conhecimento técnico do seu corpo funcional, podendo comprometer a adequada gestão desse acervo e sua disponibilização à pesquisa.

Uma biblioteca universitária não pode prometer cumprir algo que foge de suas condições ou de seus objetivos originais. Retornando assim, à necessidade de interlocução com áreas que trabalhem conjuntamente, ou mesmo venha a negar o recebimento de uma biblioteca particular com características de acervo privado documental, por incapacidade de uma correta gestão deste material. Caso pretenda-se que uma biblioteca universitária venha a receber um acervo bibliográfico particular, mesmo composto apenas de livros, sua propriedade original privada supõe a participação de algum arquivista em comissão de avaliação deste acervo e em casos, participar da identificação de documentos.

Ducrot (1998), um autor da arquivologia, vê como preliminar algumas operações que permitirão classificar o acervo que se pretende receber: definição de uma política, preparação para o recebimento e as garantias jurídicas para a entrada desse material na instituição. A preocupação em bibliotecas não diverge, pois se considera fundamental que exista uma política para definir à qual das coleções fará parte uma Coleção Especial originária de

um acervo particular. Esta política mostraria o norte administrativo a ser seguido pela unidade que pretende gerir coleções que poderiam ser incorporadas e definiria a forma como ocorreria a aquisição por doação de um acervo, se utilizando de documentação com embasamento jurídico para que não haja problemas referentes ao recebimento do material. Dessa forma a decisão sobre o material recebido seria apenas do corpo técnico, sem mais interferências externas. Importando então uma cessão completa de direitos de uso, exploração para pesquisa (disponibilização pública), irretroatividade do ato de doação e, em casos necessários, também do desfazimento do material.

Sendo assim, o estabelecimento de uma política norteará o caminho deste tipo de coleção dentro da instituição recebedora e deverá abordar a maneira como ocorrerá a avaliação, a seleção, o recebimento, o tratamento técnico, os recursos, o acesso e a disponibilização, procurando garantir as condições para que a gestão possa atender de maneira eficaz o assunto. A política indica a necessidade de organizar o corpo técnico que trabalhará com estes acervos particulares, definir critérios para tomada de decisões, estabelecer o comprometimento de recursos financeiros e de pessoal para efetuar o tratamento destas coleções.

Azevedo e Lino (2008, p. 223) contribuem quando mencionam a importância de inventariar um acervo por constituir um importante lugar de memória:

No âmbito da biblioteconomia, podemos inserir o inventário no universo de formação e desenvolvimento de coleções, no sentido de que é imprescindível que o gestor de biblioteca tenha o controle e o conhecimento do acervo que a compõe. Essa atitude favorece uma série de tomadas de decisões e, principalmente, contribui para a segurança do acervo, pois, ao inventariar uma coleção, realiza-se praticamente uma fotobibliografia. Como demanda do inventário é necessário ir à busca da maneira pela qual o acervo chegou à biblioteca e sua origem anterior a essa fase. Esse processo promove a consolidação de dados referentes ao acervo que normalmente fogem ao conhecimento do bibliotecário.

Ducrot (1998, p. 154), também diz que a tarefa de classificar os arquivos “por assunto de pesquisa (classificação metódica), como nas bibliotecas e nos centros de documentação”, procurando distribuí-los entre temas escolhidos, podem romper o conjunto original a que pertenciam. Nas Bibliotecas da UFSM a organização física das obras bibliográficas utiliza uma

classificação decimal que exige que seus acervos sejam ordenados conforme o padrão de guarda.

Quanto aos livros, é fato que a composição de uma biblioteca dá indicações preciosas sobre a personalidade daquele que a constituiu. Mas não se trata de arquivo, no máximo de um complemento de arquivo. Acontece às vezes que os herdeiros de uma personalidade entreguem seus papéis a uma instituição arquivística e seus livros a uma biblioteca especializada. Nesse caso, se a biblioteca constituir um fundo em nome da pessoa, a instituição arquivística pode fazer referência, em seu inventário, ao catálogo organizado pela biblioteca; se a biblioteca conservar apenas os livros que lhe faltavam e os integrar em suas coleções, pode-se procurar fazer a relação desses livros antes de sua dispersão. (DUCROT, 1998, p. 156).

Sobre o sistema de organização de uma biblioteca particular, Comitti (2000) alerta:

Uma biblioteca de escritor ou intelectual, por exemplo, será refratária a qualquer sistema de catalogação, uma vez que a disposição original dos livros na estante de seu proprietário inicia uma eleição, um critério próprio de organização ou uma prioridade de leitura. Assim, o estabelecimento rígido de séries e subséries deve ser um trabalho meticuloso que, em alguns casos, não corresponderá à ordenação das obras nas estantes, mas se limitará a registros em fichários ou banco de dados, com indicação da localização exata do exemplar. Pela dificuldade de recolha desse tipo de documentação, significativos acervos literários se perderam, alguns pela fragmentação própria das heranças, outros por intervenção não especializada. (COMITTI, 2000, p. 169).

Para receber uma biblioteca particular, compreendê-la e tratá-la como um acervo possuidor de uma organicidade seria preciso que o sistema de classificação adotado acedesse a uma classificação diferente da utilizada em bibliotecas universitárias normalmente. Adotar para algumas coleções desta natureza o armazenamento por localização fixa, por exemplo, poderia ajudar a manter a organização original do acervo. Muito embora, para respeitar esse conjunto de formação, uma Coleção Especial com essa classificação diferenciada, necessitaria, ser localizada em separado das demais coleções que contem as áreas científicas organizadas decimalmente. Em exemplos analisados a localização fixa poderia ser usada na estante de guarda, e no catálogo automatizado a obra receberia a classificação decimal adotada da área para traduzir o conteúdo representado.

Quanto ao catálogo automatizado, via consulta na web, também podem ser adotadas decisões de filtros para facilitar o conteúdo pesquisável através da nomenclatura Coleção Especial ou mesmo criar um catálogo²⁵ de busca direto nestas coleções, facilitando a identificação de documentos e, por consequência, o uso desta coleção. Havendo a possibilidade de digitalização de obras de direito autoral permitido, uma base de dados específica pode ser criada para maior alcance destas coleções.

Uma vez atendidas as prerrogativas de uma incorporação bem-sucedida, outros interesses de encaminhamento de acervos podem ser manifestados gerando novos ciclos de análise e formação de grupos que estudem a potencialidade de bibliotecas particulares para a pesquisa em uma instituição.

Os locais de guarda de acervos bibliográficos podem se tornar espaços de celebração, onde o conhecimento foi preservado e estará disponível para evolução de quem o absorve e ali comemora a oportunidade de fazê-lo, como evocado por Pomian (1984), Meneses (1994) e Saladino (2015). A biblioteca de uma instituição pode vir a ser portadora desse caráter sagrado como espaço de pesquisa e valoração de acervos bibliográficos.

Reconhecer o livro como patrimônio cultural, objeto fundamental da cultura registrada e se dispor a dar acesso aberto a acervos que contenham informações pertinentes à memória local, regional, nacional, do desenvolvimento científico, indica estar plenamente justificada para que se disponham esforços para proporcionar este acesso e essa preservação. As bibliotecas particulares já carregam consigo uma característica conceitual de patrimônio cultural, pois como diz Pereira (2003), uma das maneiras de formar uma biblioteca particular é a herança. Ganhar ou herdar livros contém o traço de transmissibilidade, ou seja, uma herança de cultura.

Procurando atender às observações que este estudo se propôs, a partir de agora, o capítulo 6, trará as considerações a serem atendidas quanto da produção do resultado dessa dissertação que visa dar entendimento e

²⁵ Informação confirmada pelo servidor-técnico administrativo do CPD/UFSM, Alexandre Albuquerque, de que é possível criar no Sistema informatizado utilizado pelas Bibliotecas da UFSM atualmente, uma coleção específica para pesquisar determinado acervo, se assim for definido sua gestão. Mensagem pessoal recebida por e-mail <leipnitz@msn.com> em 1 jul. 2016.

atendimento ao tema, através de uma política de incorporação de bibliotecas particulares.

6. PRODUTO: POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Como visto em capítulos anteriores, a partir do século XV ocorreu o desenvolvimento das universidades, aumento na produção e circulação de informação impressa e, devido a este crescimento, foram criados prédios específicos para as bibliotecas nessas instituições. No Brasil, o surgimento das universidades é mais recente dada a especificidade da nossa história.

Junto à explosão informacional causada pela invenção da imprensa, a partir do final do século XV, e da multiplicação das instituições de ensino superior, fazia-se necessário o ofício de profissionais que trabalhassem com os livros. Se antes os acervos visavam atender ao movimento do ensino, a partir de então, a quantidade de obras e os variados assuntos das publicações, tornaram latente a função daqueles que fariam a guarda e manteriam organizadas estas obras.

Com o crescimento exponencial de material bibliográfico foi necessário construir os catálogos que permitissem organizar obras segundo um esquema de assuntos estruturados visando com isso maior uniformidade. Como lembra Fujita (2009, p. 143), nos arquivos de fichas as remissivas eram inseridas na mesma ordem alfabética de assuntos onde o usuário poderia buscar assuntos equivalentes, com temas associados ou relacionados.

Para organização nas estantes foram desenvolvidos os códigos de classificação decimal que permitiam que cada obra tivesse um número de chamada. Primeiro veio a CDD, de autoria do bibliotecário norte-americano Melvil Dewey (DDC – Dewey Decimal Classification) em 1876, e após uma tradução autorizada, Paulo Otlet e Henri La Fontaine revisaram e ampliaram o sistema utilizado para criar a CDU (Classificação Decimal Universal). Segundo Mann (1962 apud Melro, 2006, p. 103), a ideia seria reunir livros de assuntos correlatos de maneira a facilitar que qualquer pessoa pudesse identificar pela proximidade, outras obras que poderiam servir à busca.

Com o número de chamada podia-se identificar sob um código um mesmo assunto e seus relacionamentos, mas para a individualização da obra passou-se a utilizar uma tabela de notação de autoria, a tabela Cutter. Assim, após o número de chamada optou-se pela colocação desta notação alfanumérica que indica a responsabilidade (autor/entidade), que deve ser seguido da letra inicial do título da obra, fazendo assim uma ligação específica obra/autor e individualizando a notação na organização. A descrição física dos itens em geral segue as indicações do AACR2 (Código de Catalogação Anglo Americano).

As tecnologias e as ferramentas evoluíram e as responsabilidades e habilidades de igual forma se desenvolveram para atender a gestão das bibliotecas universitárias para muito além de, simplesmente, fazer a guarda de material bibliográfico de maneira organizada. A variação dos suportes, as formas de guarda e preservação, o tipo de acesso aberto ou fechado, a organização padronizada dos acervos, a sinalização das estantes, os catálogos informatizados fornecendo maior autonomia ao usuário e a mediação na pesquisa veio aproximar, de maneira facilitada, a comunidade acadêmica dos conteúdos depositados em suas coleções. Desta forma, as bibliotecas passaram a ser olhadas, não apenas como um local de depósito de obras, mas como ambiente de estudo, concentração e acesso à informação necessária à pesquisa e ao desenvolvimento humano.

Aos poucos, os gestores das universidades passaram a construir prédios visando o conforto dos leitores. O layout dos ambientes, a sinalização indicativa dos materiais e serviços, a circulação das pessoas e o mobiliário foram ganhando importância para acolher aqueles que precisavam de um local de concentração mais adequado ao estudo. Buscou-se, então, tornar o espaço físico das bibliotecas mais amigável à permanência daqueles que se dirigiam a elas para sanar suas necessidades informacionais.

As tecnologias no século XX auxiliaram a desenvolver sistemas de indexação que facilitasse a recuperação das informações nos catálogos em linha. As bibliotecas passaram a possuir terminais de consulta onde o usuário tem autonomia para identificar os materiais que o acervo pode lhe oferecer. Além de facilitar a circulação e a velocidade da recuperação da informação, os

catálogos informatizados auxiliam para mostrar estatísticas que identificam necessidades de intervenções, investimentos e redirecionamento de atividades.

As bibliotecas universitárias atualizaram seus serviços buscando melhor atender as comunidades acadêmicas às quais servem. Estudos de comunidades e usuários foram implementados pelos gestores de bibliotecas para identificar a população consumidora dos produtos e serviços, suas preferências e necessidades. Estas podem variar conforme as necessidades de seus usuários, os quais sejam alunos de graduação, pós-graduação, docentes ou técnico-administrativos e a forma como interagem com os suportes de informação.

Também os tipos de coleções e os diferentes materiais que uma biblioteca faz a guarda podem variar em suas características, sejam coleções de livros, obras de referência, periódicos científicos, bases de dados etc. Assim, além de fazer a guarda do acervo, uma biblioteca indica ao usuário o caminho para encontrar a informação sobre os conteúdos que necessita de maneira mais autônoma, seja através de sinalização, catálogos, treinamento para a pesquisa. Ou seja, de um local inicialmente sagrado, como eram as bibliotecas antigas, as bibliotecas passaram a administrar suas unidades de maneira mais dinâmica para atender seus usuários dando suporte ao ensino e à pesquisa.

Chartier (2002, p.118-120), lembra que "uma das tarefas essenciais das bibliotecas é coletar, proteger, recensear e tornar acessíveis os objetos escritos do passado", mas complementa que "o medo da perda, ou da lacuna", comandou a ideia que visava salvaguardar o patrimônio escrito da humanidade. Esta tarefa pode terminar com a acumulação de uma produção multiplicada beirando o caos da abundância, o que obstaculizaria o conhecimento. Para dominar essa tendência seria preciso saber selecionar, classificar e hierarquizar. Essa dupla ansiedade, como o autor chama, entre o medo da perda do suporte da informação e o excesso a ser guardado, promove a geração de maneiras de melhor administrar essas situações.

As cinco leis do teórico da Biblioteconomia, Ranganathan²⁶ (2009), encaixam-se sempre nos objetivos de um acervo e podem ser modernamente

²⁶ As leis de Ranganathan instituídas para a Biblioteconomia são cinco e vigoram até os dias atuais. Shiyali Ramamritam, Bibliotecário indiano formado na Inglaterra e matemático. Autor do livro *The Five*

interpretados: livros são para serem lidos; a cada livro seu leitor; a cada leitor seu livro, poupe o tempo do leitor e a biblioteca é um organismo em crescimento. Primeiramente, estas leis procuram questionar a acumulação, em detrimento do uso, e chamar a atenção para a necessidade de facilitar aos usuários que encontrem o que procurem nos acervos que estão à sua disposição. Para tanto, o bibliotecário precisa conhecer seu público, sua comunidade e suas necessidades. Ou seja, é preciso organização para que se encontrem facilmente o que se procura no acervo de uma biblioteca, em itens adequados com seu público nas quantidades necessárias para que o espaço não fique abarrotado de obras sem interesse para quem se pretende atender. Analisando por este foco, também podemos lembrar a expressão usada por Lancaster (2004, p. 8), quando fala do “custo-eficácia” e “do custo-benefício”, afinal os recursos envolvidos em formar um acervo precisam justificar o gasto como investimento, ou seja, o desprendimento humano e financeiro precisa estar alinhado às necessidades da comunidade a ser atendida para que se possa, ao não desperdiçar recursos, investir naquilo que falta.

Historicamente, segundo Mattos e Dias (2009), o processo de gerenciar coleções de livros, inicia-se mais precisamente nas bibliotecas universitárias de países anglo-saxões, em virtude das restrições orçamentárias e do acúmulo exponencial de obras. Com isso, os bibliotecários se obrigaram a implementar critérios de avaliação, seleção, aquisição (por compra, doação ou permuta), armazenamento, desbastamento e descarte.

Segundo Weitzel (2013) e Maciel e Mendonça (2006), o desbastamento numa biblioteca significa o ajuste do acervo às necessidades e desejos da comunidade e à missão institucional, ou seja, busca-se com a implementação de ações de desbastamento contribuir com a renovação do espaço do material e facilitar o acesso dos usuários. O desbastamento consiste em mover documentos (remanejamento) de uma coleção de uso frequente, mas pouco utilizados pelos usuários, para outros locais ou depósitos, garantindo sua permanência para consultas eventuais. Porém dentro do desbastamento existe a possibilidade do descarte, que Romani e Borszcz

Laws of Library Science (1931). Neste trabalho foi consultada a obra traduzida por Tarcisio Zandonade, da edição de 2009, da editora Briquet de Lemos.

(2006) explicam que ocorre quando itens são retirados da coleção podendo ser eliminados, doados ou permutados com outras instituições. Neste caso, quando é diagnosticada a necessidade de desbastamento por descarte, outras avaliações mais aprofundadas identificam tal necessidade.

As diretrizes de uma Política de Desenvolvimento de Coleções visam racionalizar o espaço físico, otimizar recursos financeiros, equipamentos, rotinas, atender expectativas e exigências dos usuários das bibliotecas, avaliar custo versus os benefícios dos investimentos (Martins; Cámara; Villa Boas, 1998, p. 2), fornecendo, desta forma, subsídios para uma tomada de decisão mais objetiva.

Os pressupostos mais importantes para iniciar o planejamento estão relacionados com algumas reflexões mais profundas sobre o papel da biblioteca para aqueles a quem deve servir, e de como a biblioteca pode inserir-se de forma mais dinâmica no âmbito da instituição mantenedora (WEITZEL, 2013, p. 73).

Deve ser levada em consideração uma série de noções interdependentes para se iniciar um processo de desenvolvimento de coleções em uma biblioteca universitária, diz, Weitzel (2013). Fatores como a missão e objetivos da Biblioteca e da Universidade, a disponibilidade de verbas, a relação de itens com os demais no acervo, a função da Biblioteca para sua comunidade, a potencialidade da Biblioteca ser referência para futuras gerações, são fatores que abrem questões merecedoras de atenção no planejamento do que se pretende desenvolver para a aquisição das coleções em uma Biblioteca.

Cabe à biblioteca universitária satisfazer as demandas informacionais de seus usuários para que eles desempenhem adequadamente suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Uma das funções que mais necessita de atenção na administração de uma biblioteca é o desenvolvimento de coleções, processo conhecido durante muito tempo apenas como seleção. (MATTOS; DIAS, 2009, p. 38).

Weitzel (2013, p. 27) diz que, no contexto das universidades brasileiras, a coleta de dados sobre o público começa “em casa”, pois para que um determinado serviço ou coleção seja implantado ou gerido é preciso conhecer as demandas de alunos dos cursos de graduação, pós-graduação,

docentes e pesquisadores e demais usuários que formam a comunidade acadêmica. O levantamento de matrizes curriculares, bibliografias, “linhas e grupos de pesquisa existentes e projetos e programas de extensão e cultura também são importantes”.

Não há uma receita para elaborar uma política de desenvolvimento de coleções, especialmente porque nenhuma biblioteca é exatamente igual a outra. Mas existem alguns elementos, do ponto de vista técnico, que devem estar presentes em uma política para que as coleções e, por conseguinte, a biblioteca, possam cumprir sua função social. São esses elementos comuns que apresentamos em forma de passo-a-passo para facilitar e encorajar a implementação da política e de todo o processo de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. (WEITZEL, 2013, p. 11).

A gestão de coleções bibliográficas em uma instituição precisa respeitar as condições ideais de guarda no espaço físico disponível, a capacidade humana de administração destas visando o atendimento das necessidades de seu público. Compreende-se, portanto, que não são simples e nem poucas as questões quando se pensa na guarda de um acervo. Exigem-se critérios específicos que precisam ser atendidos para que as incorporações de novas obras, seja por compra, doação ou permuta, receba o devido aceite por parte da administração de uma biblioteca. As avaliações são constantes, tanto do material que ingressa nas coleções como daqueles que são avaliados para se verificar sua usabilidade e as condições físicas das obras, que poderão ser remanejadas ou descartadas.

Os recursos humanos que compõem as equipes de trabalho das bibliotecas devem ser em número adequado e capacitado tecnicamente para este ofício. O planejamento do espaço físico para disponibilização das obras é de fundamental importância para que o ambiente abrigue acervos e acolha as pessoas. Parece óbvio que este planejamento comece pela compreensão do papel da biblioteca perante a comunidade a que serve, ter seus objetivos descritos e procurar cumpri-los, pois, este enfoque administrativo é muito importante que seja observado na inserção da biblioteca no contexto ao qual participa.

Para isso, o bibliotecário avalia os processos de solicitação de compra de acervo da biblioteca, os serviços que ela poderá oferecer ao usuário, as

obras para inclusão e/ou descarte, define prioridades de tratamento técnico e circulação ou um tipo de guarda que ofereça mais proteção para alguns itens. Procura identificar, também, os materiais inseridos e sem uso, em desuso por obsolescência dos conteúdos, mantendo exemplares em quantidade menor para garantir o histórico de obras, mas otimizando espaço para as novas bibliografias. Também avalia aquelas obras que necessitam processos de higienização, acondicionamento para preservação da sua estrutura física, a necessidade de reparos, consertos ou encadernações. Já a restauração requer profissionais com formação específica para poderem intervir na estrutura do suporte, no que apenas algumas bibliotecas possuem um setor e profissionais especializados.

Avaliar, portanto, como lembra Lancaster (2004, p. 24-25), é um ato de medir o valor de um objeto ou atividade e, além disso, mensurar o desempenho de um programa. Avaliar auxilia a reunir dados úteis que justificarão as tomadas de decisões e alocar recursos de modo mais eficiente. O processo de avaliação é constante quando se trata de uma biblioteca, pois “procura de fato determinar o que a biblioteca deveria possuir e não possui, e o que possui, mas não deveria possuir”. Desta forma, a avaliação ocorre na gestão das coleções de uma biblioteca visando otimizar o uso de recursos financeiros, o atendimento aos interesses dos usuários. Lancaster (2004, p. 17) também usa a expressão “custo por uso”, que embasa a decisão de “quais os itens que serão incorporados ou não ao acervo”.

Na gestão das coleções de uma biblioteca, segundo Figueiredo (1993), a avaliação está relacionada com todo o planejamento, aquisição, seleção e desbastamento das coleções, ou seja, neste ciclo ela parte da entrada do material assim como na usabilidade das escolhas, pois efetivamente, ela avalia os próprios métodos de seleção de materiais, fornecendo informações sobre modificações na gestão do material avaliado assim como a decisão, por ventura, do desbastamento ou descarte de material identificado como não de acordo com os critérios da instituição.

É também correntemente aceito que qualquer avaliação da coleção da biblioteca deve levar em consideração as metas estabelecidas pela biblioteca, os seus objetivos, missão, ou o que quer que seja que defina a sua razão de ser, no contexto, quando cabível, das metas, objetivos ou missão da organização relacionada ou mesmo

pertencente ao mesmo sistema ao qual a biblioteca pertença. (FIGUEIREDO, 1993, p. 76).

Quando uma biblioteca, neste caso a universitária, tem em andamento rotinas de trabalho que atendem as necessidades da comunidade acadêmica e ingressam obras de acordo com uma política de desenvolvimento de coleções estabelecidas, as condições de gestão se organizam de maneira mais ordenada. Caso uma biblioteca não estabeleça critérios de gestão das coleções e trate-as de maneira subjetiva pode vir a ocorrer o ingresso de volumes e em suportes variados que ultrapasse sua capacidade de gerir espaços, dar equilíbrio às áreas que procura atender, incluir materiais que não tem relevância ao seu público e surgem questões que precisam ser analisadas, pois se iniciam problemas que impedem melhores soluções. A questão do equilíbrio entre as áreas não pode ser mais entendida de maneira fixa, pois os interesses modificam-se. Figueiredo (1993, p. 20 apud Haines, 1950), define como mais válida "uma coleção desenvolvida cuidadosamente, para suprir a demanda do público mais evidente".

É geralmente aceito que quantidade e qualidade de uma coleção de biblioteca dependem quase que inteiramente do programa de aquisição, incluindo a política de aquisição, os procedimentos de aquisição e, mais importante, dos métodos de seleção. Assim, uma avaliação da coleção de biblioteca é, efetivamente, uma avaliação dos seus métodos de seleção, embora não possa sempre ser possível (ou mesmo de interesse) apontar a causa precisa (um mecanismo específico de aquisição ou seleção) e seu efeito (uma mudança definida ocorrida na qualidade da coleção) usando, os métodos comumente empregados para avaliar uma coleção de biblioteca. (FIGUEIREDO, 1993, p. 76).

Figueiredo (1993) propõe algumas analogias para fazer pensar sobre a importância da criação de uma política de seleção. Diz a autora que a seleção de livros tem a ver com a arquitetura quando pensa em forma e função, pois quando um arquiteto planeja edifícios muitas vezes defronta-se com severas limitações e confinamentos, cabe, portanto, ao bibliotecário selecionar de forma eficiente para atender seu público, pois sem um leitor, o livro é inútil, e sem leitores uma biblioteca estaria morta. Sendo assim, compreende-se a importância de dar vida a um acervo através da utilização que os livros terão para seus leitores.

Figueiredo (1999, p. 65-66) faz uma crítica ao modelo mais comumente encontrado de seleção de materiais em bibliotecas universitárias e abre uma alternativa com o seguinte ponto:

O desenvolvimento de grandes coleções para fornecer acesso, no campus, a itens determinados (a demanda para os quais é imprevisível) é considerado uma atitude errônea por parte dos bibliotecários. A alegação é que não se pode desenvolver uma coleção coerente apenas com a aceitação de pedidos para aquisição de itens que visam atender às necessidades imediatas dos professores – como é feito, em grande parte das vezes, pela maioria das bibliotecas universitárias.

Uma abordagem alternativa ao problema de diminuição da satisfação do usuário, embora a biblioteca se esforce cada vez mais para atender um espectro de necessidades indefinidas e variadas, é colecionar material nas áreas de interesse da instituição, não apenas em resposta a pedidos individuais. Nessas áreas, a biblioteca teria que fazer com que profissionais e professores responsáveis pela seleção trabalhassem juntos em equipe, numa Comissão, procurando fornecer cobertura adequada a cada área de interesse, conforme o nível desejado, o formato, acesso ou posse etc.

Desta forma, quando ocorre a manifestação do interesse em receber doações provenientes de particulares - ou de outras instituições que manifestem interesse de encaminhar coleções bibliográficas - e incorporá-las a uma biblioteca universitária, diversos saberes precisam estar alinhados e estes profissionais devem dialogar e estar cientes das normas de organização da biblioteca e dos critérios de gerenciamento de coleções. Como recomendam Romani e Borzscz (2006), pessoas das áreas técnicas de interesses ligados ao acervo a ser incorporado devem ser envolvidas no processo de incorporação de uma coleção e representantes administrativos devem auxiliar na coordenação dos procedimentos a serem adotados e dos processos legais.

Estes acervos podem formar coleções especiais, sejam por raridade, ou por conterem materiais especiais, e segundo Weitzel (2013, p. 35), possuem alguns aspectos que justificam políticas específicas que se diferenciam das diretrizes gerais adotadas em uma unidade e “também podem ser definidos critérios mais rigorosos ou distintos daqueles critérios gerais” ou, ainda, políticas para recebimento de doações. Por atenderem demandas específicas da comunidade, estas coleções necessitam também prever critérios em relação ao remanejamento (desbaste) da coleção.

Apesar do cuidado que uma biblioteca universitária precisa dedicar à guarda e preservação de uma coleção que venha a incorporar ao seu

patrimônio bibliográfico, uma instituição que recebe e deposita uma nova coleção, além de se comprometer tecnicamente, precisa atender as condições exigidas para fazê-lo. Ao se compromissar em guardar e preservar uma coleção é imprescindível ter organizadas as formas de cumprir com esta proposta de gestão.

Precisa, portanto, deixar claro sua responsabilidade na guarda desses materiais e tem de estar atenta à ocorrência de sinistros causados por incêndios, fatores climáticos (alagamentos, tempestades etc) ou vandalismo, que podem fugir ao seu controle e virem a danificar esses materiais incorporados. Um ponto importante é a questão dos furtos, que Lemos (2015, p. 102) diz "não é exclusividade de países em desenvolvimento", também em países desenvolvidos ocorrem subtrações de materiais, muitas vezes da necessidade dos leitores de determinada obra e, por algum motivo, não podem retirá-los da biblioteca por empréstimo. Por isso, estas coleções necessitam atender ao regulamento do setor a que fazem parte ou a biblioteca precisa organizar uma política de circulação e de acesso específica. Hazen (2001, p. 8) adverte que "políticas de circulação podem servir tanto para maximizar o uso de materiais de grande demanda quanto para proteger volumes frágeis do desgaste desnecessário".

Cassell et al (2010) mencionam outro tema relacionado ao acesso, quando referem que uma biblioteca pode aceitar uma doação que restrinja ou solicite que o material não seja retirado e apenas consultado no ambiente da biblioteca, por exemplo, quando um colecionador ainda vivo encaminha para a doação e solicita uma natureza temporária de visibilidade restrita. Em casos assim, uma biblioteca pode optar para garantir o recebimento e a guarda do acervo considerado importante, aceitar uma restrição de acesso que tenha uma temporalidade definida, para garantir seu futuro aproveitamento para pesquisa.

No estabelecimento de uma documentação institucional clara e objetiva estarão definidos os critérios que nortearão o caminho a ser seguido pela administração de uma unidade quanto à gestão de acervos a serem recebidos por uma biblioteca. Estabelecer políticas e documentação institucional visa, desta forma, estabelecer o caminho a ser seguido, as condições de como será possível realizar este caminho, as finalidades, as etapas, os atores envolvidos,

as capacidades e o comprometimento dessa gestão. Entende-se assim, que uma Política de Desenvolvimento de Coleções funciona como um “filtro”, no dizer de Weizel (2002, p. 64), pois engloba o planejamento em diferentes níveis das responsabilidades envolvidas.

É necessário que a biblioteca tenha uma estrutura para a tomada de decisão acertada, no que diz respeito à seleção dos itens para o desenvolvimento da coleção. Para resolver os problemas envolvidos nessa atividade, é preciso princípios e políticas para servirem de guias para a seleção de diferentes materiais (FIGUEIREDO, 1999, p. 60-61).

Ao se estabelecer uma política que busca deixar claro forma como serão selecionadas as doações de acervos particulares a serem incorporados a uma biblioteca universitária, procura-se indicar os procedimentos e etapas que precisam ser observados para que a equipe de profissionais da biblioteca decida pela aceitação em incorporar uma coleção e tenha em mãos as justificativas deste aceite ou a tranquilidade para poder negar o recebimento de um acervo com as devidas considerações. Uma política, como diz Figueiredo (1999), traz a subjetividade do selecionador, ou seja, o julgamento humano para a luz dos critérios que guiarão as escolhas mais consistentes, além de servir como um instrumento de comunicação, marketing e de treinamento para os envolvidos neste processo.

A seleção é como se fosse uma avaliação dos materiais a serem incorporados à coleção. A avaliação é um julgamento de mérito intrínseco, validade e confiabilidade dos materiais; considera o valor da informação contida nos materiais por ela própria. Já a seleção é uma decisão se os materiais são úteis, relacionando-os com os usuários específicos, e inclui considerações de ordem econômica e outras restrições. Na prática, avaliação e seleção estão interligadas, sendo difícil distingui-las. (FIGUEIREDO, 1999, p. 66).

Segundo Figueiredo (1993), as obras não devem estar em conflito com as metas da biblioteca depositária quais sejam: procura suprir os conteúdos da sua comunidade; manter a qualidade do conteúdo das obras e características físicas do suporte; adequar obras às capacidades do seu público (obras em línguas incompreensíveis, por exemplo); zelar pela aplicabilidade da obra em relação a um público grande ou pequeno; definir a usabilidade como um fator relativo (um livro pode ter uso imediato quando do ingresso no acervo e pode

ter pouco uso, mas tratando-se de obra importante para a instituição, pode possuir valor permanente) e selecionar obras que dialoguem com grupos culturais, étnicos, religiosos e sociais do local onde a biblioteca está inserida. Neste sentido, Lima e Figueiredo (1984, p. 139) destacam a importância da política de seleção do acervo de coleções:

Política de seleção é um conjunto de diretrizes e normas que visa estabelecer ações, delinear estratégias gerais, determinar instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e desenvolvimento de coleções em consonância com os objetivos da instituição e os usuários do sistema.

Assim, os critérios de seleção devem buscar uma completa objetividade da parte de quem trabalha na seleção das obras economizando recursos quanto as obras que já estejam disponíveis em outros locais e formatos, observar um equilíbrio entre o ingresso das obras, pois estas podem alterar a finalidade da biblioteca depositária caso favoreçam áreas diferentes do objetivo já estabelecido de atender a comunidade a que serve.

Vergueiro (2010, p. 70-71) diz que uma política de seleção bem-estruturada serve de grande apoio, pois “os critérios de seleção devem funcionar, para a biblioteca, como funcionam as leis para um país”. Os critérios ou a política de seleção das coleções devem ser registrados em forma de documento, pois assim se comprova sua objetividade e pertinência. Eles podem e devem ser revistos, mas enquanto estão em vigor orientam a tomada de decisões.

Por isso, a política de seleção tem caráter: administrativo, de relações públicas e político. Ela busca garantir a continuidade do que se faz e como se faz, dando visibilidade à comunidade, a qual reconhece nessa formalização um compromisso político porque este instrumento contribui para que a política de seleções resista às pressões e conflitos em torno das coleções.

Na incorporação de um acervo novo em uma universidade, o planejamento de uma política de desenvolvimento de coleções torna-se fundamental para o estabelecimento dos critérios de avaliação e seleção das obras, os fluxos de trabalho, as pessoas envolvidas – tanto da biblioteca que venha a ser depositária, como dos especialistas nas áreas deste acervo, as questões que subsidiam a não incorporação de um acervo novo em uma

universidade, de igual forma, precisam justificar, de maneira profissional, a impossibilidade da aceitação ou a possibilidade de aceitar a coleção em outro momento.

Portanto, a partir dos próximos dois subcapítulos serão tratados os dois temas referentes aos produtos desta dissertação: uma proposta de política de avaliação e seleção de acervos bibliográficos particulares a serem recebidos por doação, identificando como se daria essa incorporação. Em seguida, será apresentada uma proposta de contrato de doação que torne claro, entre as partes, as condições em que ocorre a transferência de direitos sobre determinada coleção.

Assim, pretende-se retomar temas discutidos durante a dissertação quanto à incorporação de acervos privados em uma universidade utilizando-se de autores importantes que tratam da gestão de coleções, onde se procurou olhar o processo da seleção de doações e traçar um panorama detalhado do tema do produto que será construído ao final deste trabalho. O capítulo que segue iniciará discutindo os elementos necessários para que essa política possa ser construída de maneira efetiva e encaminhará os elementos para a base do produto anexado a esta dissertação.

6.1 A importância da avaliação e seleção de acervos recebidos em doação

O Brasil mesmo sendo possuidor de uma cultura escrita mais recente em relação a muitos países, por ser um país praticamente isento de catástrofes naturais e guerras, muitos acervos aqui foram preservados. Acrescente-se a isso, que muitas obras foram trazidas da Europa antes da imprensa para suporte ao ensino ou mesmo por particulares para compor seus acervos. Também com os movimentos migratórios aqui chegaram obras das culturas às quais os grupos étnicos faziam parte. Assim, o país, em muitos casos, acabou sendo importante espaço onde se conservaram obras enquanto várias guerras, incêndios e eventos climáticos exterminaram registros pelo mundo.

Atento a isso, a Unesco, desde de 1992 iniciou um programa chamado Memória do Mundo, que busca abrir os olhos para o valor do patrimônio documental que existe em acervos que traçam “a evolução do pensamento,

dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana” (Unesco, s./d.) e, com isso, estimular projetos de identificação de acervos que contribuam com a guarda dessa memória.

Grande parte da memória do mundo se encontra nas bibliotecas, nos arquivos, nos museus e nos locais de custódia espalhados por todo o planeta, e uma grande porcentagem dela corre perigo atualmente. O patrimônio documental de numerosos povos tem se dispersado devido aos “estragos da guerra”, ao deslocamento acidental ou deliberado de acervos arquivísticos e coleções ou a outras circunstâncias históricas. Às vezes, obstáculos práticos ou políticos dificultam o acesso a ele, enquanto em outros casos, deterioração ou destruição são as ameaças. (UNESCO, s./d.).

Este Programa busca a identificação de patrimônio documental, a conscientização de sua importância, a preservação, o acesso à pesquisa, estruturas que permitam executar o programa, status e relações, e a estas prerrogativas da entidade citada, sejam acervos documentais, artísticos ou bibliográficos.

A Unesco, além do Projeto Memória do Mundo, orienta sobre a importância para as bibliotecas do recebimento de doações, para que se mantenha em circulação os livros, e vê na cadeia do livro, além dos atores envolvidos, o ingresso da doação como um fator de incentivo ao uso de materiais que poderiam estar sem leitura e pesquisa em espaços não acessíveis. Mas, Del Corral (2005, p. 11) alerta que “para ser útil, a doação deve, em particular, adaptar-se às necessidades e à sensibilidade dos beneficiários”.

Desta forma, as doações podem ser de grande valia quando encaminhada para instituições que visam continuar a aproveitar essas obras. Sendo os recursos financeiros escassos para a aquisição de acervos nas Instituições de Ensino Superior público no Brasil e a compra exige processos de licitação e tomada de preços, onde agentes fornecem materiais que estão apenas em catálogo – o que torna muito difícil a compra de materiais esgotados ou edições raras – a manifestação de uma doação deve ser olhada como uma valiosa contribuição, pois um acervo privado pode conter exemplares de qualidade, esgotados ou raros, portanto, de difícil aquisição. Por outro lado, o valor de uma doação pode ter no seu lado oposto a escassez de recursos de uma biblioteca que pode ter comprometida sua capacidade de dar

tratamento técnico adequado e as condições ideais de guarda e disponibilização desse material.

A partir de Cassell et al (2010, p. 4) reitera-se que “as doações são um componente importante das atividades de construção de coleções nas bibliotecas”, porém, o autor recomenda que as bibliotecas devem estabelecer “processos claros para o tratamento e avaliação das doações”, o que visa melhorar a relação entre a biblioteca e seu doador, reduzindo a exposição a riscos e abrindo oportunidades a doações futuras.

Já Vergueiro (1996, p. 78) diz que “as doações ocupam um local de destaque no serviço de aquisição”, dado à inconstância de verbas que as bibliotecas convivem, não se pode desprezar o valor que podem haver nos materiais a serem recebidos por esta modalidade como uma valiosa contribuição para a formação de acervos e melhoria da qualidade destes.

Dentre as doações podem existir obras esgotadas, raras, com características especiais, exemplares que completam coleções, duplicatas de materiais que já existem, mas que serão úteis em maior número na biblioteca, edições diferentes das existentes que despertam alguma curiosidade ou atenção, exemplares autografados ou manuscritos por personalidades, dedicatórias de notáveis etc, ou mesmo, uma coleção avaliada pelo valor de conjunto bibliográfico de uma área específica. Coleções particulares ainda podem mostrar a ligação de um intelectual com o acervo e parte do percurso de sua produção intelectual, quando são formadas as coleções especiais, que será visto mais adiante. Assim, nas doações de Coleções de particulares pode existir um potencial valor de pesquisa para uma universidade.

Porém, o termo doação pode suscitar “uma conotação de benefício, de favorecimento, de algo obtido sem um custo direto” (Andrade & Vergueiro, 1996, p. 78), mas é importante analisar de maneira acurada o assunto, para que não se recebam doações que venham a acumular materiais em grande quantidade e que possam fugir dos objetivos de uma biblioteca. Da mesma forma, as condições para a gestão dessas doações precisam estar asseguradas para que uma ideia não seja de difícil execução e de propósitos inalcançáveis.

As doações podem ser provocadas ou espontâneas. Quando ocorre por parte da instituição a intenção de fazer a guarda de um acervo visando sua

preservação e utilização para pesquisa, a manifestação pode ser provocada pela própria instituição que convida o doador (privado ou uma outra entidade), a encaminhar um acervo que a instituição interessada já tem informações sobre o seu valor informacional para a pesquisa e tem ciência da dificuldade em adquirir acervos que possuam uma natureza bibliográfica importante.

Selecionar bem as instituições e, eventualmente, as pessoas físicas às quais serão solicitados materiais por doação parece ser um dos primeiros requisitos para atingir o sucesso nesse objetivo. Estudos preliminares devem ser desenvolvidos para definir com boa margem de segurança os doadores mais interessantes para a instituição específica, tendo em vista a área de atuação da biblioteca, as características do acervo e a demanda informacional a que deve atender. (ANDRADE & VERGUEIRO, 1996, p. 81).

Assim, a seleção “é o processo da tomada de decisão que diz respeito às metas estabelecidas no desenvolvimento da coleção” e o objetivo da seleção de livros é “fornecer o livro certo para o leitor certo, no tempo certo” (FIGUEIREDO, 1993, p. 26) como se pode notar na constante reflexão das Cinco Leis da Biblioteconomia de Ranganathan.

As Bibliotecas do SiB-UFSM têm caracterizações próprias e seus acervos buscam atender as áreas e a comunidade acadêmica vinculada aos Centros de Ensino aos quais pertencem. Dispõem de espaços diferenciados, contextos gerenciais diversos e públicos com interesses ligados aos cursos que representam. Cada uma das Bibliotecas tem uma realidade a ser respeitada e ter assento em comissões a serem criadas para tratarem de uma incorporação de uma coleção particular, afinal é fundamental uma vez que seus espaços e seus objetivos precisam estar em consonância com a aceitação de uma doação que venha a ficar sob sua responsabilidade.

Os acervos bibliográficos sob responsabilidade das Bibliotecas da Universidade Federal de Santa Maria, de maneira geral, são compostos por coleções do tipo: coleção de Referência (dicionários, enciclopédias gerais e especializadas, catálogos, bibliografias), coleções denominadas Acervo Geral, de teses, dissertações, periódicos científicos, publicações eletrônicas (periódicos eletrônicos, bibliotecas digitais, bases de dados), obras raras, obras especiais, folhetos, DVD's, material em Braille, provas de concursos e normas. Desta forma, uma política de seleção de doações necessita prever à qual

coleção as obras farão parte para vincular as responsabilidades dessa guarda e os recursos necessários à gestão destas coleções que ingressam.

Nas bibliotecas universitárias, segundo Dias & Pires (2003, p. 14), um tipo de coleção que tem se mostrado importante são as coleções especiais, onde são guardados acervos bibliográficos de publicações da própria universidade, produção científica e acervos de pesquisadores e professores que carregam uma representatividade de coleção pelo seu conjunto de formação. Estima-se que a UFSM possua inúmeros acervos de pesquisadores e ex-professores de igual caracterização, que poderiam ser devidamente guardados e utilizados para a pesquisa na instituição.

Dias & Pires (2003, p. 40), dizem que as universidades deveriam procurar “desenvolver profundamente determinadas áreas em que são fortes, em vez de favorecer a dispersão de coleções”. Mesmo assim, estas autoras afirmam a importância de não se perder a finalidade, pois a biblioteca universitária “seleciona o valor do item para atividades de ensino e pesquisa, os assuntos de interesse da coleção e a abrangência em relação aos formatos”.

Porém, como diz Wellard (1937 apud Figueiredo, 1993), os objetivos de uma biblioteca são coletivos, pois é a comunidade que se beneficia dos serviços e das coleções, sendo assim, estaria reconhecida a função social de uma biblioteca. Desta forma, os métodos e as práticas da seleção não deveriam ser estritamente bibliográficos, mas sociológicos, adquirindo o livro mais importância que o item avaliado individualmente. Neste aspecto, ao se receber coleções de particulares ter-se-ia que observar os conteúdos das coleções recebidas suscitando um estudo sobre o equilíbrio das coleções, a possibilidade de atendimento de um novo público e, portanto, a possível reconfiguração dos objetivos de uma biblioteca.

Ao propor uma política de avaliação e seleção de acervos bibliográficos particulares recebidos em doação, entende-se desta forma, como parte de uma Política de Desenvolvimento de Coleções do SiB-UFSM, necessita manter seu olhar alinhado aos objetivos da instituição. Assim, para que ocorra uma incorporação desta natureza estes objetivos precisam ser construídos deixando claro os procedimentos administrativos, os critérios de avaliação e seleção e os recursos envolvidos para sua efetiva gestão na UFSM. Também se entende

que deve ser garantida a real ou potencial usabilidade de uma coleção a ser incorporada na UFSM e que uma vez aceita, seja da mesma forma que as demais, avaliada em temporalidade para definir a necessidade de investimentos ou mesmo sua permanência na instituição.

Ao trabalhar com patrimônio documental, com a criação de uma política que auxilie neste tipo de incorporação, necessita-se prever e listar as responsabilidades de quem avalia e seleciona os acervos, quem fará o tratamento técnico das obras, os recursos financeiros e as pessoas que farão este trabalho na UFSM.

O ideal é que a seleção seja feita por uma comissão composta de uma representação dos usuários, da mantenedora e do pessoal que atende aos usuários e que, portanto, conhece a clientela (LIMA; FIGUEIREDO, 1984, p. 139).

É de fundamental importância a nomeação das pessoas envolvidas nas comissões que irão avaliar a possibilidade de incorporar uma coleção bibliográfica particular para que desta forma se comprometam em participar de todos os processos visando tomadas de decisão colegiadas com os membros da comissão responsável por esta incorporação, assim como futuras revisões e adequações desta política. Cassell et al (2010) diz que uma biblioteca deve nominar as autoridades que participam das fases do processo de seleção, aqueles que solicitam, participam de avaliações, aceitam, reconhecem e assinam termos de doação.

Havendo um acervo com potencial valor de pesquisa que pode ingressar na UFSM, seja por doação espontânea ou solicitada, uma comissão de especialistas e envolvidos nos processos precisa ser formada para avaliar a possibilidade de se cumprir todas as etapas da incorporação. Essa comissão necessitaria ter representantes das áreas de abrangência do acervo, formada por professores de graduação e pós-graduação, bibliotecários da biblioteca setorial onde se pretende fazer a guarda, como um representante do sistema de bibliotecas que analisariam as questões referentes aos critérios de incorporação mas que pudessem confirmar a potencialidade da coleção para a universidade, a importância da salvaguarda do acervo em análise e as

pesquisas que seriam desenvolvidas com estes, gerando outros patrimônios para a própria universidade.

A Comissão deveria elaborar mediante estudo conjunto, as diretrizes do tratamento técnico, tempo de trabalho, local específico da guarda e responsabilidades nas etapas inclusive na segurança quanto ao acesso. A definição por parte da comissão das contrapartidas elaboraria as condições efetivas para a realização da incorporação de um acervo particular recebido em doação. Desde a fase inicial do processo é preciso garantir recursos humanos e financeiros e realizar a vinculação de rubricas que os garantam para se efetivar tal empreendimento. Para isso, a formação de uma comissão torna-se fundamental neste processo, pois tornará claro e possível o aceite de maneira colegiada

Em casos de doações espontâneas, Cassell et al (2010, p. 11) diz que a motivação da doação deve ser conhecida, se a doação foi oferecida a outras instituições. A literatura que versa sobre o desenvolvimento de coleções, atenta para a avaliação criteriosa das condições de doação e sugere o não recebimento de coleções que carreguem consigo exigências quanto à gestão, a localização da guarda, tipo de identificação e quaisquer elementos que onerem ou compliquem a efetuação do tratamento técnico e do uso da coleção. Conforme a incorporação, um doador pode desejar que sua doação seja “um bloco independente ou como uma coleção ou localização determinada”, escreve Cassell et al (2010, p. 13-14). Para tanto, a biblioteca deve analisar os impactos administrativos referente a uma doação condicionada. Vergueiro (1996) diz textualmente:

Evitar receber doações que contenham exigências para sua incorporação ao acervo, como, por exemplo, que os materiais sejam colocados em local de destaque (salas e/ou estantes especiais) ou o estabelecimento de classificações e/ou normas de utilização definidas pelo próprio doador. (ANDRADE & VERGUEIRO, 1996, p. 83).

Porém, segundo Cassell et al (2010), para não desestimular doações valiosas potenciais, a biblioteca como parte de sua política pode:

1) estabelecer em que casos existem exceções à regra, ou, 2) estabelecer que as doações que têm restrições ou condições especiais serão revisadas e aceitas, caso a caso. Portanto, é importante entender claramente desde o princípio, todas as restrições

ou condições especiais incluídas numa oferta de doação. Isto permitirá avaliar os custos e envolvimento para os serviços junto com o valor dos materiais (valor monetário e outras variáveis) (CASSELL et al, 2010, p. 13).

Ao mesmo tempo, ainda segundo Andrade e Vergueiro (1996), é preciso deixar claro ao doador que o material recebido poderá ser encaminhado a outra instituição ou mesmo descartado, caso a administração deste acervo assim avaliar. Um procedimento importante para facilitar uma avaliação para recebimento é solicitar listas prévias das obras quando a quantidade ultrapassar 20 volumes, pois pode ocorrer um envolvimento grande por parte de uma equipe para analisar uma grande quantidade e acabar por negar uma doação quando o material já foi encaminhado à biblioteca. Assim, evita-se o recebimento de um volume grande que poderá ocupar espaço físico durante as tratativas podendo ter de retornar ao seu doador.

O tema é recorrente em Dias & Pires (2003, p. 48) quando indicam os procedimentos de solicitar lista de títulos a ser doado, evitar receber doações com exigências, deixar claro ao doador sobre as normas para se receber doações, a necessidade de comissões para auxiliar na seleção de doações “preferencialmente constituída por bibliotecários e especialistas na área de conhecimento dos materiais”, conferir falhas entre a listagem e as obras recebidas e informar ao doador e identificar obras que tenham caracterização para pertencer a outras coleções, como obras raras ou com características especiais.

Segundo Romani & Boszcz (2006, p. 54 e 57), as doações espontâneas e as provocadas possuem fluxos diferenciados, mas com observações importantes a serem acompanhadas. As doações manifestadas por doadores, ou espontâneas tem o seguinte fluxograma segundo estas autoras e que pode auxiliar a compreensão de seu funcionamento.

Nos fluxogramas apresentados por Romani & Boszcz (2006) se pode notar que a doação espontânea se inicia pelo doador, que encaminha o material para uma instituição e, a partir daí este material será avaliado conforme a política adotada pela instituição. Ocorre assim o recebimento e um documento faz o agradecimento do material recebido, mas a partir da análise das obras ele pode seguir dois caminhos. Sendo de interesse da

instituição, o material segue para o setor que fará o processamento técnico, caso seja avaliado como não pertinente às coleções da instituição o material pode ser devolvido ao doador, reencaminhado para intercâmbio, permuta ou mesmo descarte, se o doador não manifestar em recebê-lo de volta.

No caso de doações provocadas, ou seja, quando a instituição identifica a doação como um acervo potencial à pesquisa e de importância para a salvaguarda do patrimônio bibliográfico, a doação seria solicitada e o fluxo altera-se um pouco. O processo de doação neste caso é acompanhado e as obras são conferidas para ver se o material está de acordo com o tratado, para ser efetuado o agradecimento. A partir daí a seleção avaliará o material, o processamento técnico tratará as obras para que ingressem nos acervos da instituição tornando-os acessíveis ao público que será comunicado da nova coleção ou obras para que possa ser utilizada.

Entende-se que a solicitação de listas prévias pode ocorrer em ambos os casos mesmo que a doação seja espontânea, o que vem a facilitar a avaliação por parte da biblioteca ou comissão de avaliação do material a ser encaminhado evitando um recebimento que terá inúmeros desdobramentos sobre o tratamento e as tratativas de reencaminhamento ou devolução de um acervo doado. Cassell et al (2010) diz que uma prática importante e que evita maiores envolvimento é se receber apenas o que se decide ficar. Se através da avaliação são identificadas obras desalinhadas com a política de seleção, pode ser proposto não se receber para evitar retrabalho de reavaliações, remanejamentos e processos de descarte.

Como citado no capítulo anterior, Andrade e Vergueiro (1996), ensina como fundamental a formação de uma comissão que auxilie no processo de seleção, uma vez que os profissionais das bibliotecas precisam da ajuda de especialistas na área de um acervo que chega em doação para agilizar este trabalho. Ocorrem casos, segundo este autor, de obras de uma doação volumosa ser selecionadas para a guarda e outras não, sejam por inadequação de conteúdo, condições físicas ou diferentes tipologias de materiais que uma biblioteca não tem como fazer a guarda. Noutros casos, o aceite pode estar vinculado ao recebimento de uma coleção no todo e algumas obras mostrarem-se fundamentais e outras não. Portanto, as decisões quanto a isso terem de ser tomadas de maneira compartilhada e sustentadas em seus porquês.

Deste modo, compreende-se que nos fluxogramas apresentados por Romani & Borszcz (2006), ocorre a ausência desta comissão citada por Vergueiro (1996) que poderia estar diagramada no fluxograma para avaliar inicialmente a doação de uma biblioteca particular e auxiliar desta forma que os passos seguintes estejam amparados por especialistas da área do acervo em análise. Com isso, seria possível identificar os passos de uma doação, seja espontânea ou provocada, mostrando as etapas, os atores envolvidos e as contrapartidas necessárias a sua consecução.

Uma proposta neste sentido apresentaria o início do processo de doação como a manifestação de um lado, de fazer o encaminhamento ou o desejo em receber um determinado acervo. Ocorreria a necessidade da formação de uma comissão que aproxime especialistas nas áreas deste acervo para auxiliar na avaliação destes materiais, porém a questão da imparcialidade dos especialistas precisa ser bem compreendida, pois como informa Figueiredo (1993, p. 31):

O exame por um especialista em determinado assunto é uma das possíveis maneiras de avaliar o acervo de uma biblioteca no respectivo assunto, um procedimento às vezes chamado de 'impressionista'. O especialista pode ser um consultor externo ou um membro da própria instituição; uma equipe de especialistas pode substituir o consultor único nesse tipo de estudo. O método impressionista tem sido empregado principalmente na avaliação de bibliotecas universitárias e outras bibliotecas de pesquisa. Há alguns problemas óbvios com este método. O especialista num assunto talvez não seja completamente imparcial. Por conseguinte, sua avaliação pode favorecer certos aspectos ou pontos de vista dentro da área, enquanto negligenciam outros. O especialista num assunto não é necessariamente um especialista na literatura dessa área, uma situação que talvez ocorra mais numas áreas do que em outras. Além disso, como foi sugerido antes, a avaliação de um acervo requer mais do que o conhecimento da literatura; requer um completo entendimento das necessidades dos usuários de determinada biblioteca. O especialista num assunto pode conhecer muito bem a literatura, mas não estar familiarizado com a comunidade a que a biblioteca deve servir. Uma possibilidade bastante provável no caso da participação de um consultor externo. Finalmente, se os professores da própria universidade estiverem envolvidos na avaliação impressionista, talvez tenham sido eles justamente os principais responsáveis pelo desenvolvimento inicial do acervo; neste caso, estariam avaliando seu próprio desempenho, o que é, no mínimo, uma prática questionável. (FIGUEIREDO, 1993, p. 31).

O encaminhamento de um acervo a ser doado se daria mediante a elaboração de uma listagem prévia do material fornecida pelo doador ou

conforme disponibilidade da comissão em auxiliar na confecção desta lista. Os trâmites passariam à conferência dos itens listados e a análise da tipologia e das condições físicas do material, caso atendam ou não, ao espaço onde se pretende a guarda, tanto do ponto de vista dos suportes como a natureza, que podem ter ou não, condições de serem depositados no ambiente onde se pretende fazer a guarda deste acervo.

Entende-se que a criação de critérios e o estabelecimento de procedimentos não têm por prerrogativa enrijecer a tomada de decisão e por fim acabar criando uma barreira para que vontade dos doadores de disporem de suas coleções particulares para instituições públicas sejam barradas por uma burocracia excessiva. Porém, os critérios no processo de seleção são fundamentais para guiar esta comissão e mostrar as vinculações dos processos de trabalho, pessoas e recursos financeiros com as decisões que venham a ser tomadas. Dias & Pires (2003, p. 38-39) listam exemplos:

Os critérios para selecionar o material a ser incorporado são: assunto; usuário; língua/idioma; duplicação; autor e editor; data de publicação; formato, capa, fonte e papel; controle bibliográfico (indexação); nível da coleção; adequação do material aos objetivos e às necessidades; autoridade do autor e/ou editor; atualidade; qualidade pedagógica; equilíbrio e organização da obra (conteúdo), ilustrações, etc); precisão e imparcialidade; cobertura/tratamento da qualidade gráfica da obra; qualidade artística da obra; custo justificável perante recursos disponíveis; língua acessível; representatividade dos que indicam a sugestão; preço e disponibilidade orçamentária; conveniência do material no que se refere à compreensão do usuário; relevância e interesse às necessidades dos usuários; índices, notas e biografias bem como avaliação de custos com processamento técnico; e armazenamento, segurança, etc. Em relação às publicações periódicas, devem ser avaliadas eventualmente para verificar a importância dos títulos para os usuários. Os audiovisuais devem ser usados como complemento para as coleções em razão do custo. Os documentos eletrônicos, como CD-ROM e bases de dados on-line, devem ser adquiridos em função da demanda.

As condições para que ocorram ações deste tipo necessitam contrapartidas para que se possa efetuar este processo profissionalmente, sem promessas que venham a comprometer a instituição ou a biblioteca a ser depositária do acervo, uma vez que estas poderiam não ter condições de gerir essas coleções. De maneira objetiva, pode-se argumentar quanto à possibilidade e capacidade de se fazer a guarda ou mesmo esclarecer como

não sendo possível fazê-lo, pelos motivos que uma avaliação feita por esta comissão venha a dar como resposta à intencionalidade de uma incorporação.

Um fluxograma para esta atividade de avaliação e seleção de coleções particulares para serem recebidos em doação envolveria nesse caso, as seguintes etapas: Identificação de potencial acervo de interesse, em seguida, a formação de uma comissão de especialistas e atores envolvidos na provável incorporação (stakeholders) como elemento fundamental, visto que, esta comissão daria subsídios de avaliação sobre as áreas abarcadas pelas obras, a importância destas, das condições físicas dos suportes, da justificativa e alinhamento da coleção às áreas de pesquisa na instituição, sobre os espaços disponíveis para a guarda, dos recursos humanos e financeiros disponíveis para gerir a incorporação.

Definida a Comissão de Incorporação seria solicitada uma listagem prévia das obras para análise segundo a política de avaliação e seleção de doações, estabelecida como proposta neste trabalho. A partir dessa avaliação poderia ocorrer a decisão positiva ou não sobre o recebimento. A negação seria emitida através de parecer que justificaria o não alinhamento com os objetivos da biblioteca depositária, das linhas de pesquisa na universidade, falta de condições de espaço, recursos humanos e financeiros para fazer a guarda.

Uma vez identificadas como atendidas os critérios e contrapartidas o acervo seria recebido para conferência mediante um documento de doação que libere direitos de posse do acervo. A seguir, seria emitido um documento em agradecimento por escrito ou público ao doador da coleção, ao que Cassell et al (2010) chama de parte das comunicações sobre o acervo. O material da coleção, então, seria encaminhado para tratamento técnico, mediante comprometermos tratados na comissão específica que estuda o acervo a ser incorporado e estipula prazo para início e término dos trabalhos, podendo prever a prorrogação, caso ocorram fatores que justifiquem tal ato. Também pode se optar por colocar uma nota de catalogação indicando a procedência da coleção ou mesmo um ex-libris que indique anterior propriedade (Cassel et al (2010).

É recomendável reter os registros de comunicações entre doador e donatário, pois a correspondência escrita, mensagens por correio eletrônico, listagem enviada, conferência e, por fim, os termos formais da doação, todos estes registros configuram o histórico documental do processo (CASSELL et al., 2010).

O produto (Apêndice A) procura abarcar um número considerável de observações teóricas e práticas que estão envolvidas nas atividades e nas responsabilidades deste processo. Nele será apresentado em forma de um guia, os conceitos utilizados, o passo a passo do processo, bem como os critérios de seleção a serem utilizados por uma comissão de incorporação quando da avaliação de acervos particulares que possam vir a ser incorporados na UFSM.

6.2 Proposta de Contrato de doação de acervos bibliográficos

No Código Civil Brasileiro, instituído pela Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a partir do artigo 538, tem-se os dispositivos sobre o ato da doação e considera “doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra” (BRASIL, 2002). Compreende-se assim, que uma doação simples é a entrega por livre vontade e sem condições presentes e futuras, encargos ou restrições, bens que poderão passar por modificações para que seu uso se adapte à posse de quem a recebe, o donatário.

No artigo 541 do Código Civil lê-se que para a efetividade deste ato faz-se necessário a confecção de um contrato, “a doação far-se-á por escritura pública ou instrumento particular”. Nos casos de contratos que possuam cláusulas que envolvam compromissos entre as partes pode ocorrer a revogação da doação, pois no artigo 555 “a doação pode ser revogada por ingratidão do donatário, ou por inexecução do encargo”, mostra com isso a seriedade com que deve ser considerada esta ação.

Sendo assim, para o recebimento de uma doação é preciso ficar atento às informações necessárias na elaboração de um contrato e o artigo 55, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, observa as cláusulas necessárias que os

contratos devem contemplar. Neste caso de doação de bibliotecas particulares identifica-se as partes como doador (possuidor do acervo particular) e donatário (Biblioteca recebedora e depositária), o objeto do contrato (acervo bibliográfico particular), que viria a ser recebido na modalidade doação sem encargos (custos adicionais) para o donatário, incluindo transporte e retirada.

Quanto ao tema inicial, “é fundamental estabelecer claramente a quem pertencem tanto os objetos físicos como os direitos de propriedade intelectual” (CASSELL et al, 2010, p. 10), pois um doador em potencial pode ser o dono legal ou representar o proprietário, ou ainda, não conseguir provar tal vinculação legal. Portanto, Cassell et al (2010), sugere obtenção das seguintes informações: nome legal completo, domicílio e contato do dono, detalhes da relação do proprietário com o possuidor dos itens e atestado que comprove que existe liberdade de doação de materiais, questões que procuraremos respeitar na parte inicial e no item I, do documento que este trabalho propõe como um modelo de contrato de doação às Bibliotecas da UFSM.

Caso a doação ocorra para a Biblioteca Central é bom registrar que sua subordinação como órgão suplementar central²⁷ à PRA (Pró-Reitoria de Administração) é diferente das Bibliotecas Setoriais que têm outra subordinação administrativa, pois estão ligadas às Unidades de Ensino dos Centros e são consideradas órgãos suplementares setoriais²⁸, conforme Portaria nº 156, de 12 de março de 2014 (Estatuto da UFSM) e por isso suas decisões têm a ver com as Direções de seus Centros.

²⁷ O Regimento Geral da UFSM, aprovado pelo Parecer 031/2011 da Comissão de Legislação e Regimentos – CLR, do Conselho Universitário, Sessão 722a, de 15 de abril de 2011 e RESOLUÇÃO N. 006/2011, de 28 abril de 2011 traz em seu Art. 41 “São órgãos suplementares centrais: [...] III – Biblioteca Central”. No Art. 84, diz que “Aos órgãos suplementares setoriais poderão caber funções de ensino, pesquisa, extensão e serviços nos termos do regimento da unidade a que se subordinam e do seu respectivo regimento”.

²⁸ O Estatuto da UFSM em seu Art. 54. Traz “Aos órgãos suplementares setoriais caberão atividades de ensino, pesquisa e extensão em atendimento às subunidades do respectivo centro ou de unidade descentralizada e/ou subunidades da Instituição, bem como serviços à comunidade externa” (UFSM, 2014). Conforme a Resolução n. 025/2015, que “Aprova a criação da Estrutura Mínima dos Centros de Ensino do Campus Sede da UFSM e dá outras providências”, as Bibliotecas do CCR, CCS, CT, CAL, CCNE, CEFD, são “órgão suplementar setorial”. O CCSH, CTISM, Colégio Politécnico, o campus de Palmeira das Missões e Frederico Westphalen também indicam suas bibliotecas como órgão suplementar setorial. Apenas a Biblioteca do campus Cachoeira que através da Resolução N. 017/2015 que institui o Regimento Interno do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Cachoeira do Sul, indica sua Biblioteca Setorial (BSCS) como um órgão de apoio. Art. 2º, “O Campus da UFSM em Cachoeira do Sul tem a seguinte estrutura: [...] b) Órgãos de Apoio: Gabinete de Projetos (GAP); Biblioteca Setorial (BS);...”.

As partes devem ser plenamente identificadas mostrando aqueles que cedem os acervos (doador) como responsáveis pelo ato, aqueles que recebem (donatário) como responsáveis pelo recebimento e gestão do acervo, identificando o objeto da doação e as devidas condições de cedência de direitos e uso do material, sem ônus de qualquer natureza por parte do recebedor quando à compra do acervo doação, uma vez que serão investidos recursos e capital humano para garantir a manutenção e a preservação do patrimônio bibliográfico identificado como pertinente à instituição, cidade e região e que será disponibilizado para pesquisa.

Também devem constar cláusulas que transfiram os direitos de propriedade do objeto; as responsabilidades das partes, podendo constar as garantias de execução; os prazos de início de etapas e conclusão de trabalhos. Esta última parte foi ilustrada no exemplo de Contrato de Doação no apêndice B deste trabalho, porém ela pode ser omitida, deixando livre os prazos de execução e conclusão do tratamento técnico até a disponibilização. Importa, sendo um documento legal que conste uma cláusula que declare o foro competente para dirimir quaisquer questões contratuais da sede que recebe a doação, no caso da UFSM, a Justiça Federal.

Toda a vez que uma doação é aceita em uma biblioteca, “os materiais passam a ser propriedade da mesma e esta tem o direito a dispor deles como melhor decidir”. Uma doação de “materiais suscetíveis”, ou seja, que possam conter informações sigilosas, dados legais, ou governamentais, considerados controlados, precisam pela delicadeza do tema, serem tratados no ato da doação junto aos doadores para evitar ocorrência futura de desdobramentos jurídicos (CASSEL et al, 2010, p. 5-10)

Para acordos formais, a listagem enviada previamente precisa ser conferida e elaborada uma nova, caso seja necessário para identificar especificamente aquilo que está sendo doado e recebido de fato. “O inventário, ou lista de doação a ser aceita, deve ser anexada, se possível ao termo” (Cassell et al, 2010, p. 16). A eliminação de materiais deve ser incluída no contrato ou termo de doação em cláusula para que deixe a biblioteca autorizada a proceder conforme sua política se a avaliação identificar necessidade para eventuais reencaminhamentos de material ou mesmo descarte.

Com a doação de um acervo de maior porte, de uma biblioteca particular encaminhada a uma instituição, deve-se levar em conta que a mesma não será apenas depositada para guarda, mas será acessada para pesquisa. Neste caso, pode envolver outros direitos de propriedade do antigo proprietário, detentor da coleção - ou seus familiares, herdeiros por direito – quanto a anotações privadas, demais materiais encontrados dentro do acervo recebido e a ciência de liberação das obras para consulta pública.

Considera-se importante para isso, a elaboração de um documento intitulado *Contrato de Doação* onde o doador entrega os direitos de posse e exploração de uso à entidade recebedora de maneira permanente, em atenção a questões que envolvem direitos autorais eventualmente envolvidos. De igual clareza este documento oferece ao doador a possibilidade de livremente dispor sobre o aproveitamento ou não dos materiais recebidos que poderão vir a ser devolvidos, reencaminhados a outras instituições ou mesmo descartados, caso seja identificado na avaliação o não atendimento aos critérios estabelecidos pela política de seleção.

Entende-se, que a UFSM tem a liberdade de formalizar um contrato de doação em razão e nos limites de sua função social (Art. 421, adaptado), e que os “contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”, (Art. 422).

A Procuradoria Jurídica da UFSM foi consultada através de contatos presenciais informais, para fornecer orientação da legislação e na elaboração de um tipo de contrato a ser proposto a partir das reflexões desta dissertação. Ressalva-se tratar-se de uma proposta sem caráter definitivo e apenas ilustrativo de um documento desta natureza, mas que possa suscitar reflexões sobre a necessidade de se tratar o assunto de maneira mais séria dada as implicações que por ventura possam ocorrer, caso não sejam observadas todas as questões levantadas aqui.

O apêndice B, como parte acessória da Política de avaliação e seleção de doações em acervos particulares a serem incorporados às bibliotecas da Universidade Federal de Santa Maria (RS), apresenta um modelo de documento de doação que segue as diretrizes da IFLA e que visa contemplar as questões legais relativas à doação de acervos bibliográficos particulares

para uma instituição procurando definir as responsabilidades em relação ao tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou apresentar a importância dos livros e das bibliotecas como manifestações de cultura de uma sociedade. Mesmo uma biblioteca particular carrega a identidade de seu proprietário e também os traços de uma época em que foi formada. Estes espaços sagrados do conhecimento, sejam acervos bibliográficos privados ou bibliotecas de acesso público, celebram o amor aos livros pelo desejo de preservá-los.

Uma biblioteca particular para existir recebeu a dedicação para que o espaço que a abriga, se mantivesse. Traduzida como uma ambiência de estudo e concentração, simboliza também um local de recolhimento e intimidade. Ao mesmo tempo em que protege os registros escritos, salvaguarda a própria capacidade do ser humano de pensar por conta própria.

Bibliotecas particulares têm histórias que remetem a pessoas de outras gerações onde era preciso formar um exército de exemplares para se ter à mão o que ler, estudar, se distrair ou uma quantidade de informações importantes necessárias ao desempenho de uma atividade. Em outras épocas, o livro era um bem caro, acessível a poucos e por isso, uma casa que tivesse uma biblioteca era sinal de status, de opulência, de poder.

Nos tempos atuais, acumular uma grande quantidade de livros em casa passou a ser uma difícil tarefa. Os espaços arquitetônicos ficaram mais funcionais, as relações mais transitórias, ou líquidas e a leitura necessariamente mais dinâmica até se chegar a uma quantidade de caracteres mínimos que conseguem manter a concentração. Um momento e situações onde estes espaços diminuíram em status, dando lugar a novas tendências e a velocidade das decisões. Muito embora ainda hoje a imagem de um acervo continue revelando o sentido da confiabilidade, da credibilidade e em diversas situações ilustra uma entrevista para dar respaldo do conhecimento à opinião emitida.

Justamente na transitoriedade das coisas, na liquidez das relações, que nos damos conta que o livro e as bibliotecas ao serem estudados como importantes componentes do patrimônio cultural de uma sociedade, que todas as mudanças tecnológicas e sociais, passaram pelos próprios livros e pelas próprias bibliotecas. Mesmo que a velocidade das decisões venha atropelar o significado da palavra escrita, foi o livro o grande propulsor de toda a modernidade. E a ele e às bibliotecas, devemos respeito.

Respeitar estes importantes representantes como marcas da nossa cultura é eleger e manter espaços de preservação para a sua guarda. Se as bibliotecas particulares mantem seu valor para seus proprietários de onde tiram subsídios para suas formações científicas ou culturais, as novas gerações de certa forma não reconhecem mais este significado, portanto uma oportunidade que se coloca é oferecer espaço e preservação a estes acervos para que possam ser aproveitados ao estudo.

Desta forma, como um movimento parecido como o que ocorrera durante muitos anos desde o início da Idade Moderna, as bibliotecas particulares foram encaminhadas para instituições de ensino para ali serem guardadas e melhor utilizadas para pesquisa. Seria como dizer: local de livro é na mão do leitor e a finalidade das bibliotecas é fornecer acesso à informação. Assim, por que não atentar para o fato que acervos importantes estão sendo perdidos na falta de condições de recebê-los, armazená-los e gerenciá-los para dar continuidade de uso e fazendo com isso o ciclo do conhecimento.

Este trabalho justamente preocupava-se com isso. A perda da memória bibliográfica a partir do descaso com o tratamento dado às bibliotecas particulares. Se algumas instituições de ensino superior no Brasil há mais tempo compreenderam que poderiam ser as guardiãs deste tipo de acervo, um baluarte dos registros escritos; as bibliotecas universitárias não precisavam ser apenas espaços de estudo e atendimento às necessidades das bibliografias dos cursos, e sim, uma fortaleza de preservação de obras para atender toda uma comunidade de pesquisadores que desejam seguir produzindo conhecimento.

No transcorrer do trabalho foram elencados exemplos com uma escolha providencial de intencionalidade. Das seis universidades escolhidas, foi

trazida a interiorização do ensino superior no Estado de São Paulo e do quanto aquela universidade já trabalhou sobre a institucionalização de acervos privados, criando Centros de Documentação e Coleções Especiais, valorizando a memória de intelectuais das regiões próximas ou com ligação à própria Instituição.

As demais universidades de São Paulo mencionadas mostraram aspectos diferentes sobre a institucionalização de acervos provenientes de doações de bibliófilos, que muito contribuem com a preservação de obras raras e fundamentais para a história do Brasil e de tão importante, espaços são construídos especificamente para abrigar tais acervos, gerando o que autores chamam de locais de celebração.

Valorizar a trajetória de intelectuais da própria instituição, que durante anos construíram suas vidas e seu pensamento entre os muros de uma universidade reflete de maneira muito importante, como um agradecimento, o reconhecimento que o acervo que um intelectual constrói, continua interagindo após sua aposentadoria ou morte, com aqueles que deste acervo, se servem para produção científica.

As instituições escolhidas no Rio Grande do Sul buscaram explorar aspectos distintos das primeiras, embora em alguns pontos tivessem parecenças. Um Setor de Obras Raras não apenas localizado em uma unidade central, mas em outras bibliotecas da instituição, a atividade constante de dar visibilidade a este trabalho valorizando o acervo e promovendo com isso o nome da universidade. Reunir e localizar em um único espaço de memória, acervos de intelectuais ligados à cultura rio-grandense e vincular disciplinas dos cursos da própria universidade na pesquisa destes acervos valorizando-os e dando visibilidade científica à instituição que detém estes importantes materiais. Mostrar-se atento ao patrimônio institucional e procurar organizar um local onde fiquem as obras importantes de uma congregação que deu suporte à formação e desenvolvimento da própria universidade citada, ou seja, reconhecer sua origem, suas raízes.

Pensando sobre esse aspecto, a Universidade Federal de Santa Maria estaria preparada para isso? As Bibliotecas e bibliotecários compreendem a importância destes acervos? Teriam condições de gerir acervos desta natureza, recursos humanos e econômicos suficientes e saberiam tomar decisões sobre

este tema? As bibliotecas são vistas e se veem como espaços de cultural? É preciso que seja assimilado a questão da guarda destes tipos de coleções como um investimento científico e cultural, trazendo resultados concretos para a sociedade de hoje e do amanhã.

O estudo procurou cruzar várias frentes para ilustrar a lacuna atual e a necessidade de amadurecer na Universidade Federal de Santa Maria, nos cursos, em professores, nas bibliotecas e em seus profissionais este tema. A manutenção destes acervos poder-se-ia efetivar pela revalorização através da pesquisa, ou seja, tornando de acesso público estas bibliotecas privadas, como um patrimônio cultural de direito da sociedade.

Neste ponto, o estudo de desenvolvimento de coleções dentro da biblioteconomia, logrou trazer a relevância da formação de Comissões de Incorporação que seriam os especialistas a dar suporte, não apenas de auxílio na seleção destes acervos, mas que trabalhariam mostrando a efetiva vinculação destes às linhas de pesquisa da universidade e portanto, seriam devidamente aproveitados, pesquisados e gerariam frutos para a instituição, justificando sua incorporação.

O cruzamento entre critérios de seleção utilizados em uma biblioteca universitária com critérios de avaliação de uma biblioteca particular procurou identificar algo novo, uma Política de Avaliação e Seleção de Bibliotecas Particulares, uma vez que se compreende que o momento atual é emblemático para dar atenção a estes acervos, representantes simbólicos de formação e de contextos específicos. Então buscou-se alinhar critérios de seleção de obras estabelecidos em bibliografias da área, com o olhar do patrimônio cultural, institucional, bibliográfico e histórico, uma vez que a Universidade Federal de Santa Maria é referência de instituição do ensino superior público no país.

A UFESM se localiza em reconhecida região de colonização, de profusas manifestações religiosas e de movimentos sindicais, com desenvolvimento ligado ao entroncamento ferroviário e de estratégica centralização de efetivos militares por ser considerada uma cidade de fronteira do Brasil. Uma instituição que produz cientistas, mas principalmente, pessoas que mudam vidas e mudam o mundo. E assim, como outras instituições de ensino superior no Brasil, pode abrir espaço para dialogar com este tema e quiçá, vir a criar um

Centro de Documentação e Cultura que abarque acervos de variados tipos e congregue profissionais de diversos saberes em sintonia com a preservação da memória.

Para isso, importa muito amadurecer a ideia de um alinhamento organizacional para atender este objetivo. Nas organizações não se impõem processos e fluxos de trabalho sem serem produzidos objetivos consistentes e embasados em documentos, que nortearão o caminho para se chegar onde se pretende. Cabe alheio a isso, a sensibilização sobre o assunto com os envolvidos, para que compreendam a importância da sua contribuição e comprometam-se neste processo. Profissionais da área poderiam ser convidados pela UFSM para realizar palestras e cursos, mostrando enfoques e modos de realizar este trabalho. Somente desta forma, será possível executar, controlar, avaliar e fazer ajustes para seguir em busca do cumprimento de uma missão.

O trabalho esbarrou num dilema: como reconhecer um acervo e sua importância no todo, em seu conjunto de formação, e assim ser avaliado para ser institucionalizado. Procurou resolver essa questão de duas formas: a formação das Comissões de Incorporação – detalhadas no produto deste trabalho -, mas também sobre a necessidade de se estudar a biografia daquele que formou estes acervos, como os autores citados indicaram. Foi necessário compreender a questão da diferenciação entre acervo autobiográfico de biblioteca particular, pois havendo marcadamente essa distinção, as tipologias de materiais divergiriam e não poderiam ser analisadas apenas por bibliotecários, pois carregando aspectos históricos e psicológicos, mereceriam atenção de arquivistas e historiadores que trabalhassem na construção de fundos documentais.

Fazendo-se essa distinção, o trabalho concluiu que as bibliotecas da UFSM apenas poderiam fazer a guarda de acervos bibliográficos e que documentos alheios à sua capacidade de tratamento técnico, precisariam outros enfoques e de outros profissionais. Assim, duas vertentes parecem dividir a abordagem, o aproveitamento de obras recebidas em doação que integrassem as coleções já existentes ou em casos específicos a criação de Coleções Especiais para guardar bibliotecas reconhecidamente importantes em seu conjunto e para tanto, recebendo um tipo de acesso diferenciado.

O encaminhamento necessitaria todo um acompanhamento desde a avaliação e seleção, até a concretização da doação, estipulando responsabilidades e prazos para cumprimento dos trabalhos. A doação formalizada necessitaria de documento específico para cedência dos direitos de uso, uma vez que os acervos bibliográficos, de privados, passariam a ser de acesso aberto. Vê-se como relevante, um agradecimento público ao doador ou representante deste, uma vez que presta a toda a comunidade acadêmica um serviço importante ao agregar valor aos acervos existentes, repetindo o que ocorrera em exemplos de intelectuais, nobres ou pessoas de posse, que encaminharam suas coleções às instituições de ensino ou culturais para a preservação.

Portanto, este trabalho através de uma Política de Avaliação e Seleção de Bibliotecas Particulares para a UFSM buscou elaborar um documento que auxilie no processo de incorporação de potenciais acervos aos das bibliotecas da UFSM, propondo comissões, suas responsabilidades; critérios que necessitam ser atendidos no todo ou em parte, conforme o peso de valoração do acervo avaliado; as vinculações de atividades acadêmicas para retornar ao investimento a produção científica que lhe justifique e as contrapartidas financeiras que se fazem fundamentais para consecução destas ideias.

REFERENCIAS

ALVES, Ana Paula Meneses. História e memória por meio de coleções especiais: o caso da biblioteca da UNESP. In: VIEIRA, Bruno V.G.; ALVES, Ana Paula Meneses (orgs.). **Acervos especiais: memórias e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

ANDRADE, D; VERGUEIRO, W. **Aquisição de materiais de informação: princípios e técnicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

ANTUNES, Cristina. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin BBM-USP. In: VIEIRA, Bruno V.G.; ALVES, Ana Paula Meneses (orgs.). **Acervos especiais: memórias e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

ANZOLIN, Heloisa Helena; CORREA, Rosa Lydia Teixeira. Biblioteca universitária como mediadora na produção do conhecimento. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v.8, n. 25, 801-817, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=2448>>. Acesso em: 07 maio 2016.

ARARIPE, Fatima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, vol. 16, n. 2, p. 111-122, maio/ago., 2004.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: formas e transformação da memória cultural**. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. A doação da biblioteca João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura: aspectos de uma história pouco conhecida. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, 233-249, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/13.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

AZEVEDO, F. C. de; LINO, L. A. S. O inventário da Biblioteca Lélío Gama: recuperação da memória e relevância para estudos afins. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v.128, p.219-230, 2008. Volume publicado em 2010. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_128_2008.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2017.

BARATIN, M; JACOB, C. (Org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

BARBIER, Freeric. **História do livro**. São Paulo: Paulistana, 2008.

BARICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha. **Comunicação e comunidade do saber**. Santa Maria, RS: Palotti, 2001. 196 p.

BARICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha. **Os 50 anos da Nova Universidade**. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2012. 144 p.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

- BAUMAN, Zygmunt. O livro no diálogo global entre culturas. In: Portella, Eduardo. (Org.). **Reflexões sobre o caminho do livro**. São Paulo: Editora Moderna/UNESCO, 2003.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivologia: objetivos e objetos. In: **Arquivo: boletim histórico e informativo**, v.10, n.2, 81-83, 1989. Disponível em: <https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/arquivologiaobjetivosobjeto.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2016.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais como fonte de pesquisa. In: _____. **Arquivos permanentes: tratamento documental** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O sentido dos arquivos. Conferência. In: Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais – DIARQ, I., 2014, Belo Horizonte/MG. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Disponível em: https://www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd_14012774465385cc06bbb48--fala_bellotto.pdf. Acesso em: 28 fev. 2016.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. In: _____. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BELO, André. **História & livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BENJAMIN, W. Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador. In: _____. **Rua de mão única: Obras escolhidas II**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BESSONE, T. M. **Palácio de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- BLOOM, Allan David. **O declínio da cultura ocidental: da crise da universidade à crise da sociedade**. São Paulo: BestSeller, 1989.
- BLOOM, Philipp. **Ter e manter: uma história íntima de colecionadores e coleções**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BOHRER, Isa N. PUEHRINGER, Janaina Orso. SILVA, Daniele S. NAIRDORF, Judith. A história das universidades: o despertar do conhecimento. In: **Seminário La Universidad como Organización**, Buenos Aires, Argentina, 2008. Disponível em: < <http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/114.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 99.658 de 30 de outubro de 1990**. Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D99658.htm. Acesso em: 25 maio 2016. BRASIL.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm >. Acesso em: 4 dez 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm. Acesso em: 30 jul. 2015. (Seção IV, Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural).

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BRASIL. **Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a política nacional do livro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: 30 jul. 2015.

BUONOCORE, Domingo. **Diccionario de bibliotecología**; términos relativos a la bibliología, bibliografía, bibliofilia, biblioteconomía, archivología, documentología, tipografía y materias afines. 2. ed. Buenos Aires: Marymar, 1976.

BURKE, P. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estud. Av.** (São Paulo), v.16, n.44, 173-185, jan./apr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a10.pdf>. Acesso em: 3 jul 2015.

CAMARGO, Célia Reis. Os Centros de Documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: editora Unesp/Fapesp, 1999.

CÂNDIDO, Antônio. A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu. In: **Notícia bibliográfica e história**, Campinas, n. 135, 1990, p. 82-86.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

CARVALHO, Tereza Cristina Oliveira Nonatto de. Unicamp: coleções especiais e obras raras. In: VIEIRA, Bruno V.G.; ALVES, Ana Paula Meneses (orgs.).

Acervos especiais: memórias e diálogos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

CASSEL, Kay Ann et al. **Doações para acervo:** diretrizes para bibliotecas. Haia: International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), 2010. Informes Profissionais, nº 121. Traduzido pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituição, 2012.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. **História da leitura no mundo ocidental.** São Paulo: Ática, 1998. Vol. 1.

CERNE, T. Bibliotecas particulares: intimidade, intelecto e cultura. Revista **Bíblioo:** cultura informacional, Rio de Janeiro, 19 set. 2013. Disponível em: <<http://biblioo.info/bibliotecas-particulares/>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

CHAGAS, M. Cultura, patrimônio e memória. **Ciência e Letras** (Porto Alegre), v. 27, n. 31, p. 15-29, jan./jun. 2002.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21 p. 129-150, 1998.

COMITTI, L. Acervos de escritores e preservação. **Ciência e Letras** (Porto Alegre), n. 27, p. 167-174, jan./jun. 2000.

CORREA, Anna Maria Martinez. Os centros de documentação e memória da UNESP: o centro de documentação e memória CEDEM. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e memória:** trajetórias e perspectivas. São Paulo: editora Unesp/Fapesp, 1999.

COSTA, Paulo de Freitas. **Sinfonia dos objetos:** a coleção Ema Gordon Klabin. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia.** Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/delfos/>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

DELFOS Digital – PUCRS. Disponível em: <<http://delfosdigital.pucrs.br/dspace/community-list>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação.** São Carlos: Edufscar, 2003. Série Apontamentos.

DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette:** mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

DEL CORRAL, Milagros. Prefácio. In: ROSI, Mauro. **A doação de livros para o desenvolvimento**. UNESCO, 2005. Documento UNESCO CLT/ACE/CEC/05/11. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139429poro.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2017

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21 p. 151-168, 1998.

DUTRA, Eliana de Freitas. Leitores de além-mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia, orgs. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia, orgs. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: Editora da USP, 2008.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968**. Educar, Curitiba, nº 28, p. 17-36, 2006.

FAVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000. V. 1. 188 p.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Paradigmas modernos da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis/APB, 1999. 168 p.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. Lisboa: Fundação Gulbekian, 2000.

FERNANDEZ-ABALLI, Isidro. La información como patrimonio. In: Silva, Helen de Castro; Barros, Maria Helena T. C. de (Orgs.). **Ciência da Informação: múltiplos diálogos**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009.

FISCHER, Steven R. **História da escrita**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

FONSECA, Cintia Cibele Ramos. **Avaliação de raridade bibliográfica da Coleção de João Luiz Rolla do Acervo Histórico da Biblioteca da Escola de Educação Física – UFRGS**. 2014. 135 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciência do Movimento Humano). UFRGS. Porto Alegre, 2014.

FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na livraria do cônego**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.

FRIEIRO, Eduardo. **Os livros nossos amigos**. 3 ed. São Paulo: O Pensamento, 1957 (b).

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A indexação na catalogação de livros em bibliotecas universitárias: aplicação, educação e futuro. In: _____ (Org.); BOCATO, Vera Regina Casari; RUBI, Milena Polsinelli; GONÇALVES, Maria Carolina. **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo [...]**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007. (Coleção Museu, memória e cidadania). 252 p.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun., 2005.
- GONTIJO, Silvana. **O mundo em comunicação**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- GOULEMONT, Jean Marie. **O amor às bibliotecas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 2. ed. rev e ampli. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- HAZEN, D. C. Desenvolvimento, gerenciamento e preservação de coleções. In: HAZEN, D. C, et al. **Planejamento de preservação e gerenciamento de programas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (CPBA); arquivo Nacional, 2001. p. 7-15.
- HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. 10. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Directrizes para uma política de desarrollo de as colecciones sobre la base del modelo conspectus**. Hague, 2001. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s14/nd1/gcdp-s.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2016.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). Principles for the conservation and restauration of colletions in libraries. **IFLA Journal**, v. 5, n. 4, p. 292-300, 1979.
- KEESING, Felix M. **Antropologia cultural**: a ciência dos costumes. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 2 V.
- KNAUSS, Paulo...et al (Orgs.). **Revistas ilustradas**: modos de ler e ver no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: MauadX/Faperj, 2011.
- KROBER, A.L. **A natureza da cultura**. Lisboa: Edições 70, 1993.
- LANCASTER, F.W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 24 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2003.
- LE GOOF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. 2ª ed. Lisboa (Portugal): Gradiva, 1984.
- LEÃO, E. C. No âmago da linguagem. In: Portella, Eduardo. (Org.). **Reflexões sobre o caminho do livro**. São Paulo: Editora Moderna/UNESCO, 2003.

LEMOS, Briquet de. **De bibliotecas e biblioteconomias: percursos**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2015.

LEMOS, Carlos A.C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIMA, Regina Célia Montenegro de; FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Seleção e aquisição: da visão clássica á moderna aplicação de técnicas bibliométricas**. Ciência Informação., Brasília, v. 13, n. 2, p. 137-50, jul./dez., 1984.

LUCA, Tania Regina de. Biblioteca Digital e o Programa Memória Social da UNESP. In: VIEIRA, Bruno V.G.; ALVES, Ana Paula Meneses (orgs.). **Acervos especiais: memórias e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói, Intertexto, 2006.

MARQUES, Reinaldo. **Arquivos literários: teorias, histórias, desafios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MARTINS, V. S. G; CÂMARA, M. U; VILLAS BOAS, M. L. F. Estabelecimento de uma política de desenvolvimento de coleções no Sistema de Bibliotecas da Unicamp. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12, 2000, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2000. Disponível em: <<http://snbu.bvs.br/snbu2000/parallel.html>>. Acesso em: 6 jul 2015.

MARTINS, W. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

MATTOS, A. M; DIAS. E. J. W. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias: uma abordagem quantitativa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 3, p. 38-60, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n3/04.pdf>>. Acesso em 16 fev. 2017.

MAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. São Paulo: cidade dos livros escolares. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia, orgs. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MELO, Kelly Castelo Branco da Silva. **Bibliófilos e bibliodetetives: personagens de patrimônio e memória**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Memória Social, 2015. 175 f.

MELRO, Maria do Céu. A Classificação Decimal Universal (CDU): uma prática na biblioteca da UFP. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais** (Porto, Portugal), n. 6, p. 101-106, 2006. Disponível em: <<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/594/1/101-109FCHS2006-11.pdf>>. Acessado em: 6 maio 2016.

MENESES, U. T. B. de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, v.2, p.9-42, jan./dez., 1994.

- MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção primeiros passos, 94).
- MINDLIN, José. **Uma vida entre livros**: reencontros com o tempo. 4ª reimpr. São Paulo: Editora da USP. 2008.
- MOLINA, Talita dos Santos. Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 160-174, jul./dez. 2013.
- MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2006.
- MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**: prosa de um velho colecionador... Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- MORAES, Rubens Borba de. **Testemunha ocular**: (recordações). Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2011.
- MOREIRA, A. T. C. DELFOS, um espaço construído pela pesquisa. **Letras de Hoje** (Porto Alegre). Porto Alegre, v.45, n.4, p. 5-10, 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/8546/6060>> Acesso em: 6 jul 2015.
- MORENO, Nádina Aparecida. **A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias**. 2006. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- MURGUIA, Eduardo Ismael. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, ISSN 1518-2924, Florianópolis, ed. esp, 87-104, jan. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14nesp1p87>. Acesso em: 14 fev. 2016.
- MURGUIA, E. I; YASSUDA, S. N. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.3, p. 65-82, set./dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000300006. Acesso em: 23 maio 2015.
- NEUMANN, V. C. Bibliotecas particulares de intelectuais brasileiros: um tesouro desconhecido: descrição de situação da Universidade Estadual de Campinas (Brasil) e na Catholic University of América (Estados Unidos). **Revista Interamericana de Bibliografía** = Inter-American Review of Bibliography, Washington, v.45, p.585-603, 1995.
- NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, 1993.
- OLIVEIRA, Debora Machado; SIEGMANN, Christiane; COELHO, Debora. As coleções como duração: o colecionador coleciona o quê? **Episteme**, Porto Alegre, n. 20, p. 111-119, 2005.
- PASSOS, M.H.P. DELFOS: um espaço de documentação e memória cultural em Porto Alegre. **Manuscritica**. n.18, 2010, p. 200-205. Disponível em:

<<http://www.revistas.fflch.usp.br/manuscritica/article/view/1101/1003>>. Acesso em: 06 jul 2015.

PAVEZI, Neiva. **Catálogo seletivo de fotografias**: concretizando um ideal: a cidade universitária da UFSM de 1960 a 1973 / Santa Maria, RS : Ed. da UFSM, 2011.

PEREIRA, Terezinha Maria Scher. Acervos de Murilo Mendes. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. **Arquivos literários**. São Paulo: Atelier Editorial, 2003.

PERRONE, Cláudia Maria; ENGELMAN, Selda. O colecionador de memórias. **Episteme**, Porto Alegre, n. 20, 2005, p. 83-92.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Andre%20Capraro/memoria_e_identidade_social.pdf. Acesso em: 19 fev. 2016.

POMIAN, K. Coleção. In: **Enciclopedia Einaudi**: Memória-História. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1984. Vol. 1.

POMIAN, K. História cultural, história dos semióforos. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

POMIAN, Krzysztof. Memória. In: **Enciclopedia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, casa da Moeda, 2000. V. 42 (Sistemática). P. 507-516.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Patrimônio Cultural**. 2015. Disponível em: < http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/patrim_cultural.shtm>. Acesso em 08 out. 2015.

PORTELLA, Eduardo (Org.). **Reflexões sobre o caminho do livro**. São Paulo: Unesco/Moderna, 2003.

RANGANATHAN, S. R. **Cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

REIMÃO, Sandra. Ditadura Militar e a censura a livros: Brasil (1964-1985). In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia, orgs. **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822**: com um breve estudo geral sobre a informação. Ed. Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2016.

ROMANI, C; BORSZCZ, I (orgs.). **Unidades de informação**: conceitos e competências. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. 133 p.

ROSI, Mauro. **A doação de livros para o desenvolvimento**. Documento UNESCO CLT/ACE/CEC/05/1. Unesco; CERLALC, 2005. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139429poro.pdf>. Acesso em: 10dez 2016.

SALADINO, A. Nas asas da memória: a Coleção Biblioteca Irmãos Bernsmüller. **Enfoques** - revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ, jun. 2009. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/93>. Acesso em: 19 fev. 2016.

SILVA, T. E. da. Bibliotecas: metáforas da memória. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Ciência da Informação**, Florianópolis, n.21, p.85-94, 1. sem., 2006.

SILVA, Zélia Lopes da. O centro de Documentação e apoio à pesquisa, um centro de memória local?. In: _____ **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: editora Unesp/Fapesp, 1999.

SILVEIRA, Nalin Ferreira. Evolução das bibliotecas universitárias: information commons. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.19, n.1, p. 69-76, jan./jun., 2014.

SODRE, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/INEP, 1960.

SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo (Orgs.). **Arquivos literários**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

SOUZA, José Geraldo de. Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. **Revista da Faculdade de Educação**, PUCCAMP, Campinas, v.1, n.1, p. 42-58, ago., 1996. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/viewFile/461/441>>. Acessado em: 24 mar. 2016.

SOUZA, W. E. R., CRIPPA, G. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 207-223, set./dez., 2009.

UNESCO. Representação no Brasil. Comunicação e informação. Acesso ao conhecimento. Patrimônio Documental. **Programa Memória do Mundo**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/documentary-heritage/>. Acesso em: 28 jan. 2017.

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UNICAMP). Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU-Unicamp). **Coleções especiais e obras raras**. Disponível em: <<http://143.106.108.41/portal/index.php/colecoes-especiais/colecoes-especiais-e-obras-raras>>. Acesso em: 26 jan. 2017 (a).

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UNICAMP). Sistema de Bibliotecas da Unicamp. **Serviços**. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/bccl/colesp/SERVICOS.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2017 (b).

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UNICAMP). Sistema de Bibliotecas da Unicamp. **Instrução DGA nº51, de 10 de janeiro de 2005**. Disponível em:

<http://www.dga.unicamp.br/Conteudos/Legislacao/InstrucoesNormativasDGA/Instrucao_DGA_n_051_2005.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017 (c)

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UNICAMP). Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU-Unicamp). **Padrões de obras raras e coleções especiais: seleção, processamento técnico, acesso e preservação**. Disponível em: <<http://143.106.108.41/portal/pdf/Padroes-obras-raras-e-colecoes-especiais.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2017 (d).

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. **Busca no catálogo da Biblioteca Mindlin**. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/node/24>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. **O edifício**. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/node/6>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

UNIVERSIDADE DO VALE DOS SINOS (UNISINOS). **Biblioteca**. Disponível em: <<http://unisinos.br/biblioteca/a-biblioteca>>. Acesso em: 3 fev. 2017. (a)

UNIVERSIDADE DO VALE DOS SINOS (UNISINOS). Biblioteca. **Regulamento**. Disponível em: <<http://unisinos.br/biblioteca/images/docs/regulamento-biblioteca-unisinos.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2017. (b)

UNIVERSIDADE DO VALE DOS SINOS (UNISINOS). Biblioteca. Memorial Jesuíta. **Regulamento**. Disponível em: <<http://unisinos.br/biblioteca/images/memorial-jesuista/regulamento-memorial-jesuista.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2017. (c)

UNIVERSIDADE DO VALE DOS SINOS (UNISINOS). **Memorial Jesuíta**. Disponível em: <<http://unisinos.br/biblioteca/fique-sabendo/memorial-jesuista/confira-as-obras-do-acervo-de-colecoes-especiais>>. Acesso em: 3 fev. 2017. (d)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO (UNESP). **Biblioteca Digital Unesp**. Apresentação. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/>>. Acesso em: 29 jan. 2017. (a)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO (UNESP). Campus Assis. **Coleções especiais e Obras raras**. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/#!/biblioteca/conheca-a-biblioteca/colecoes-especiais-e-obras-raras/>>. Acesso em: 29 jan. 2017 (b).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO (UNESP). **Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa**. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/#!/cedap---centro-de-documentacao-e-apoio-a-pesquisa/acervo-do-cedap/>>. Acesso em: 29 jan. 2017. (c).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO (UNESP). **Centro de Documentação e Memória da UNESP**. Disponível em: <<http://www.cedem.unesp.br/#!/acervo/>>. Acesso em: 29 jan. 2017. (d).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Bibliotecas**. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/biblioteca/index.php/separador-5/bibliotecas>. Acesso em: 3 jul 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Biblioteca Central. **Aquisição** – Sugestão de Bibliografia. Disponível em: < <http://w3.ufsm.br/biblioteca/index.php/divisoaes/aquisicao>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Biblioteca Central. **Histórico**. Disponível em: < <http://w3.ufsm.br/biblioteca/index.php/biblioteca/historico>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Biblioteca Central. **Bibliotecas Setoriais da UFSM**. s./d. Disponível em: < <http://w3.ufsm.br/biblioteca/index.php/separador-5/bibliotecas>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Biblioteca Central. **Histórico**. s./d. Disponível em: < <http://w3.ufsm.br/biblioteca/index.php/biblioteca/historico>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS).

Departamento de Obras Raras. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bibliotecacentral/biblioteca-central/equipe/departamento-de-obras-raras/exposicoes-e-nanoexposicoes/>>. Acesso em: 28 jan. 2017. (a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Mostra Tesouros da Biblioteca. **Livros raros da Coleção Eichenberg**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bibliotecacentral/biblioteca-central/equipe/departamento-de-obras-raras/exposicoes-e-nanoexposicoes/>>. Acesso em: 28 jan. 2017. (b)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Biblioteca da Faculdade de Direito. **Obras raras**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bibdir/sobre-a-biblioteca/espaco-fisico>>. Acesso em: 28 jan. 2017. (c)

VARINE, Hughes de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto alegre: Medianiz, 2013. 256 p.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 3ª ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

VILLALTA, Luiz Carlos; MORAIS, Christianni Cardoso. Posse de livros e bibliotecas privadas em Minas Gerais. In: BRAGANÇA, Anibal; ABREU, Márcia (Orgs.). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

WANDERLEY, L. E. **O que é universidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos, 91).

WEITZEL, S. R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013.

WEITZEL, S. R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação** (Belo Horizonte), v. 7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002.

ZAID, Gabriel. **Livros demais!** sobre ler, escrever e publicar. São Paulo: Summus, 2004.

**APENDICE A - POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE DOAÇÕES EM
ACERVOS PARTICULARES A SEREM INCORPORADOS ÀS
BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, RS.**

**POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE DOAÇÕES
EM ACERVOS PARTICULARES
A SEREM INCORPORADOS ÀS BIBLIOTECAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, RS.**

SUMARIO

APRESENTAÇÃO	183
2. OBJETIVOS	184
3. RESPONSABILIDADES	184
4. RECURSOS	185
5. LINHAS DE PESQUISA	186
6. DESCRIÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO	186
7. CONDIÇÕES PARA INCORPORAÇÃO DE COLEÇÕES	188
7.1 Critérios para incorporação	188
7.1.1 Pertinência	189
7.1.2 Relevância	189
7.1.3 Estado de conservação	189
7.1.4 Público	190
7.1.5 Raridade	190
7.1.6 Autoridade	191
7.1.7 Direito autoral e de propriedade	191
7.1.8 Espaço físico	191
7.2 Forma de incorporação	191
7.2.1 Doação	192
7.2.2 Depósito legal	192
7.3 Política de acesso	193
7.4 Critérios para desfazimento	193
7.4.1 Condições dos suportes	193
7.4.2 Custo de restauro	194
7.4.3 Falta de usabilidade	194
7.5 Formas de desfazimento - baixa	195
APENDICE - FLUXOGRAMA	196

APRESENTAÇÃO

A Política de Avaliação e Seleção de Acervos Bibliográficos Particulares visa servir como um guia na incorporação de bibliotecas particulares doadas à Universidade Federal de Santa Maria. Busca estabelecer os princípios gerais, os atores envolvidos neste processo, as condições e orientações quando aos procedimentos de avaliação, os critérios de seleção de obras bibliográficas a serem incorporados às coleções das Bibliotecas da UFSM.

Estabelece as responsabilidades, a vinculação do interesse do recebimento de acervos às linhas de pesquisa desenvolvidas em diversas áreas na instituição, bem como dos recursos necessários para sua gestão. Procura instituir a necessidade da criação de Comissões de Incorporação de Acervos Bibliográficos Particulares para que trabalhem de maneira colegiada e possibilitem verificar a importância de coleções para a pesquisa e de atração deste tipo de acervos para compor novas coleções na UFSM.

Por se tratar de um documento que abrange acervos bibliográficos particulares a serem recebidos pela modalidade aquisição por doação às coleções das bibliotecas da UFSM, utiliza o termo incorporação para designar o aceite do recebimento, a transferência da propriedade e a cedência dos direitos de uso destes acervos. Oferece um modelo de contrato de doação em anexo para ilustrar a necessidade de se olhar as transferências de acervos particulares para a consulta pública como fator importante a ser observado.

Os processos de avaliação e seleção de acervos doados por particulares que possam vir a fazer parte das coleções das Bibliotecas da UFSM possuem critérios que subsidiarão a avaliação, o aceite ou a negativa de recebimento de uma doação, pelas condições de efetivação ou não da mesma. A Comissão de Incorporação trabalhará na avaliação e necessita emitir parecer sobre a seleção de acervos justificando o processo de incorporação.

Busca tornar claro a maneira como serão analisadas e tratadas as coleções procurando a seriedade das ações e decisões, e com isso, definir um aceite e incorporação ou não de uma doação. Ao mesmo tempo, objetiva pela forma transparente dos processos dar respaldo ao trabalho desenvolvido e com isso estimular as doações de acervos que possam agregar valor ao patrimônio cultural da UFSM, à pesquisa local e regional.

2. OBJETIVOS

Dar subsídios de avaliação e seleção de acervos bibliográficos particulares passíveis de serem incorporados às Bibliotecas da UFSM que estejam de acordo com as linhas de pesquisa na UFSM e devidamente discutidas e aceitas pelas Comissões de Incorporação. Observar o alinhamento da ação de incorporação à missão e objetivos da Universidade Federal de Santa Maria e de suas bibliotecas. Estabelecer as responsabilidades na avaliação, seleção, no tratamento técnico e gestão dos acervos bibliográficos de particulares que venham a ingressar na instituição. Definir os critérios de avaliação e seleção para o recebimento de acervos particulares e a determinação dos recursos que ficarão vinculados à gestão destes acervos.

3. RESPONSABILIDADES

As responsabilidades pelos processos de incorporação e desfazimento relacionados aos acervos bibliográficos particulares recebidos por doação são das Comissões de Incorporação que devem ser criadas por portaria administrativa e serem formadas por 7 (sete) servidores da UFSM: 2 (dois) bibliotecários, sendo um da Biblioteca da UFSM onde pretende-se a guarda e gestão da coleção a ser incorporada e outro representante do SiB-UFSM; 2 (dois) professores aqui denominados especialistas nas áreas dominantes no acervo em análise, um membro da Pró-Reitoria de Administração (se tratando da Biblioteca Central como depositária) ou um membro do Centro de Ensino ao qual uma Biblioteca Setorial depositária é órgão suplementar (ou de apoio), um representante da Pró-Reitoria de Graduação ou um representante da Pró-Reitoria de Pós-Graduação que auxiliem na análise do conteúdo do acervo de acordo com as linhas de pesquisas que representam e um arquivista da UFSM, que devem de maneira colegiada, emitirem parecer.

Além de participarem de maneira imparcial na avaliação e seleção de acervos a serem incorporados, os membros das Comissões de Incorporação atestam a relevância da incorporação do acervo em análise, sua importância para a UFSM desta incorporação, a capacidade gerencial de tratamento técnico

e guarda do acervo em análise, o comprometimento com os recursos necessários para o tratamento e gestão destes acervos, a potencialidade de uso dos acervos a serem incorporados, bem como a promoção da pesquisa nas obras ou coleções formadas pelas doações.

Os acervos bibliográficos particulares em análise pelas Comissões de Incorporação podem receber o aceite no todo, em parte, ou em itens separados, sendo conferida a decisão final sobre a incorporação da Biblioteca depositária pela natureza dos materiais a serem incorporados, do trabalho a ser desenvolvido, do espaço disponível à guarda e a possibilidade ou não da gestão desse acervo.

A Comissão deve elaborar mediante estudo conjunto, as diretrizes do tratamento técnico, o tempo de trabalho, o local específico da guarda e as responsabilidades nas etapas, inclusive sobre a segurança e o acesso ao material recebido. Exige-se por parte da Comissão o estabelecimento através de parecer de as contrapartidas efetivas para a realização da incorporação. Desde a fase inicial do processo é preciso garantir os recursos humanos e financeiros envolvidos e vincular rubricas que garantam a efetivação de tal empreendimento.

Havendo necessidade de reconvocações posteriores da Comissão de Incorporação para assuntos diversos, a Comissão deverá se reunir para determinar os procedimentos quanto ao acervo de sua análise. Ocorrendo desistência de membros na participação da Comissão, estes devem indicar seus substitutos na referida Comissão.

4. RECURSOS

Para que ocorram incorporações de acervos bibliográficos particulares ao acervo das Bibliotecas da UFSM devem ser levados em consideração pela Comissão de Incorporação os recursos financeiros necessários para o tratamento e manutenção da coleção a ser incorporada, a capacidade de guarda identificando o espaço físico adequado para que ocorra um armazenamento seguro, a disponibilidade de pessoal capacitado para o tratamento técnico, conservação e preservação destes acervos, assim como equipamentos adequados para estes fins. Entende-se com isso o caráter

multidisciplinar do envolvimento das diversas áreas para a efetuação dos objetivos desta incorporação.

A Biblioteca indicada para recebimento destes acervos deve possuir além de bibliotecário, servidores técnico-administrativos que auxiliem na gestão e bolsistas que estejam vinculados ao tratamento destas coleções. Os cursos de graduação e pós-graduação interessados na incorporação nestes tipos de acervo devem por meio de seus representantes nas Comissões de Incorporação manifestar parcerias no fornecimento de vagas para bolsistas que venham a auxiliar no tratamento técnico e cuidado destas coleções.

Os recursos financeiros devem estar previstos nos planos anuais de gestão da unidade depositária. Os cursos que manifestarem interesse na incorporação destes acervos além de fornecerem contrapartida de bolsistas, podem indicar apoio financeiro e repassar à unidade depositária com a finalidade específica de efetivar os esforços para a permanência das coleções incorporadas. Os bolsistas indicados para auxiliarem no trabalho de tratamento técnico podem fazer parte de projetos de pesquisa ligados à área de concentração do acervo e elaborar relatórios de estágio como parte de sua pesquisa.

5. LINHAS DE PESQUISA

A Comissão de Incorporação deve realizar estudos para atestar a relevância da incorporação destes acervos particulares às coleções das Bibliotecas da UFSM. O estudo desta Comissão necessita gerar parecer técnico que mostre a vinculação dos acervos a serem incorporados às linhas de pesquisa em andamento na UFSM ou potencial valor para a pesquisa em linhas em desenvolvimento, refletindo a importância do acervo como patrimônio cultural e institucional para a UFSM.

6. DESCRIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS

Os acervos bibliográficos particulares que venham a ser analisados precisam receber a sinalização favorável quanto ao seu valor como patrimônio

cultural, sua relevância para a UFSM seja institucionalmente, de pesquisa ou histórico para a região. Para serem incorporados em uma biblioteca, os acervos precisam ser inventariados e registrado o histórico de sua trajetória, identificando sua origem e sua importância dentro da instituição.

A avaliação de coleções particulares, denominadas bibliotecas particulares, quando analisadas e definida sua incorporação no todo, com a representatividade do valor de seu conjunto, precisam ter identificadas as obras que receberão o aceite da doação para a incorporação, ou a negação, em se tratando de materiais incompatíveis com os acervos das bibliotecas.

O envio de listagens prévias para análise é fator inicial do processo de avaliação, que poderá ser enviado pelo doador (ou seu representante legal), podendo a Comissão indicar pessoa para auxiliar na produção dessa lista que servirá como base para avaliação inicial. Somente se tornará efetiva uma doação através da conferência física dos itens e emissão de listagem final que acompanhará o contrato de doação da mesma quando ocorre a assinatura deste recebimento. A conferência final poderá indicar o recebimento de parte do acervo, ou de obras específicas de acordo com critérios de avaliação que justificarão as decisões.

No catálogo informatizado deve ser gerada uma nota explicativa da origem da obra favorecendo em outro momento, em casos futuros, da reunião das obras em uma coleção específica e identificar com isso a origem da doação. Pode ocorrer de itens específicos virem a integrar outras coleções dentro de coleções da mesma Biblioteca ou de outra do Sistema de Bibliotecas, desde que tal ato se justifique pela promoção de seu uso, maior adequação às coleções existentes na referida biblioteca, melhor segurança no acesso, condições de tratamento técnico e preservação mais adequadas. Desta forma, as Comissões de Incorporação e a Biblioteca depositária decidem sobre a disponibilização das coleções incorporadas, podendo ocorrer a criação de coleções especiais que reúnam a doação no todo podendo ocorrer a partimentalização da coleção ou a separação de itens específicos para integrarem coleções bibliográficas já existentes.

Caso o arquivista da Instituição que, como membro da Comissão de Incorporação, opine sobre um tratamento técnico diferenciado de itens específicos, ou de toda a coleção, a Comissão de Incorporação poderá

estabelecer uma parceria com o Arquivo da UFSM para avaliar a capacidade de guarda de materiais de tipologias específicas que necessitem tal cuidado e não possam ser cumpridos em ambientes das Bibliotecas.

7. CONDIÇÕES PARA INCORPORAÇÃO E DESFAZIMENTO DE COLEÇÕES

7.1 Critérios para incorporação

Os critérios de seleção de itens bibliográficos provenientes de coleções particulares recebidos em doação buscam materiais considerados como patrimônio cultural para a UFSM e região, de conteúdos vinculados às bibliografias dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Santa Maria e/ou potenciais à pesquisa por parte da comunidade acadêmica.

A avaliação de acervos bibliográficos particulares a serem incorporados levará em conta a importância biográfica do possuidor do acervo que entrega o acervo em doação, sua relevância em sua área de atuação e sua representatividade junto à Universidade Federal de Santa Maria e região, atribuindo desta forma a repercussão da proveniência na incorporação do acervo doado.

Além de conteúdos diretos ou indiretamente relacionados com as bibliografias dos cursos procura-se analisar e qualificar materiais que tenham relação com o patrimônio cultural e histórico da UFSM, com a cidade de Santa Maria e da região. A Comissão de Incorporação criada para a avaliação e seleção da coleção a ser incorporada tem o dever de debater sobre esta avaliação e definir em quais critérios as obras avaliadas têm relevância para mostrar sua ressonância junto à comunidade acadêmica da UFSM e com isso justificar a seleção e incorporação.

A avaliação deve iniciar-se através de envio prévio da lista dos materiais, seguido de discussão por parte da comissão e a definição sobre sua relevância. A avaliação *in loco* busca a conferência dos itens listados com as obras enviados na listagem prévia e a verificação do estado físico das obras, que determinará mediante este último critério o aceite ou não de obras.

Através de critérios de avaliação e seleção poderá ocorrer a necessidade de negação do recebimento do acervo no todo, de partes ou de itens individualizados, caso a o corpo técnico identifique falta de condições físicas do suporte para ingressar nos acervos das bibliotecas, sob risco de contaminação de outras obras.

Posterior ao recebimento e conferência ocorre a emissão da listagem definitiva e o fechamento do ciclo inicial com a assinatura do Contrato de Doação que cede direitos de propriedade e uso público dos materiais doados por parte do doador à instituição recebedora, atendidos os seguintes critérios que devem ser observados e servir de base para o parecer favorável à incorporação:

7.1.1 Pertinência

Serão considerados itens relacionados às bibliografias dos cursos da UFSM e das linhas de pesquisa desenvolvidas na universidade, ou potenciais a estas, indicadas pelas Comissões de Incorporação e que possam atribuir qualidade aos campos de pesquisa para a UFSM.

7.1.2 Relevância

Por relevância entende-se obras que tratem da história da cidade de Santa Maria e região; da imigração italiana na Quarta Colônia no Estado do Rio Grande do Sul; da história da Rede Ferroviária na região, da Associação dos Ferroviários e quaisquer temas correlatos; obras que tratem direta ou indiretamente da Universidade Federal de Santa Maria; obras publicadas pela Editora da UFSM; obras publicadas pelas editoras da cidade de Santa Maria; obras editadas em gráficas e tipografias da cidade de Santa Maria; obras que tratem sobre as manifestações religiosas na cidade de Santa Maria; obras de santa-marienses com biografia reconhecida na cidade, no RS e no Brasil, publicadas na cidade ou fora dela.

7.1.3 Estado de conservação

É considerado como fator fundamental de análise o estado físico de um item a ser incorporado, pois estes necessitam boas condições físico-químicas para garantir seu tratamento técnico, usabilidade e guarda. Não podem ser aceitos itens que ofereçam riscos às coleções existentes à biblioteca depositária nem tampouco gerarem custo adicional à incorporação mediante restauração ou tratamento especializado. Em alguns casos, porém, podem ser apontadas ações de higienização e conservação em obras recebidas, para que possam alongar a condição física dos itens, desde que sejam apontadas como obras fundamentais para a UFSM.

7.1.4 Público

O público a que se destina um acervo a ser incorporado, precisa ser mencionado em parecer das Comissões de Incorporação para justificar o alinhamento às áreas de pesquisa dos cursos de graduação e pós-graduação da UFSM ou como relevantes para campo de pesquisa a ser criado na instituição.

7.1.5 Raridade

Obras consideradas históricas para a Universidade Federal de Santa Maria, para a cidade e região, de importância para a memória institucional e patrimônio cultural da UFSM, consideradas especiais por algum aspecto objetivo ou subjetivo e aquelas que se enquadram nos critérios de raridade bibliográfica definidos pelo Setor de Obras Raras da UFSM ou por bibliografia da área que ateste sua importância.

7.1.6 Autoridade

Obras consideradas pela reputação do autor e da editora, pela relevância do autor junto às áreas das linhas de pesquisa avaliadas pelas Comissões de Incorporação.

7.1.7 Direito autoral e de propriedade

Não serão aceitas reproduções de documentos, cópias reprográficas ou quaisquer formas que firam o direito à propriedade intelectual nos termos da lei. Obras que representem propriedade de outras instituições através de carimbos serão avaliadas para serem devolvidos ao doador sem manifestação de motivos específicos. Obras recebidas em doação que apresentarem assinaturas (*ex dono*), dedicatórias ou marginalias (anotações), caso sejam identificadas como parte da história do acervo, podem ser passíveis de receber identificação específica, fazerem parte de coleção especial, receberem acondicionamento diferenciado, terem acesso restrito (controlado) ou mesmo serem devolvidas ao doador sem manifestação de motivos específicos.

7.1.8 Espaço físico

Para ser aceita ou negada a doação de uma coleção particular é necessário que fique estabelecida concordância da biblioteca depositária quanto à disponibilidade do espaço físico que servirá para a guarda provisória da coleção durante a avaliação, seleção, tratamento técnico e de espaço físico adequado e definido a ser usado para que a coleção seja disponibilizada de forma organizada. Caso, as condições de espaço físico não sejam atendidas não é possível aceitação de uma coleção particular para não colocar em risco a preservação desta coleção durante os processos de avaliação ou a posterior guarda inadequada da mesma.

7.2 Formas de incorporação

A forma de incorporação ocorre prioritariamente pela modalidade da aquisição por doação, seja espontânea (interesse do doador), provocada (quando a doação é solicitada pela instituição) e o depósito legal (item 7.2.2).

7.2.1 Doação

A doação é a cessão voluntária e gratuita de itens bibliográficos à Biblioteca no termo denominada donatária e ao Sistema de Bibliotecas da

UFSM, uma vez que as obras poderão ser divididas em diferentes acervos. As partes devem ser representadas pela Biblioteca que venha a fazer a guarda do acervo a ser incorporado; o doador ou seus representantes legais, bem como testemunhas dos membros da Comissão de Incorporação que avaliaram e selecionaram o acervo. As doações necessitam ser formalizadas através de Contrato de Doação (Apêndice B) que manifeste claramente a vontade e liberalidade do doador e a irreversibilidade do ato.

Não devem ser aceitas doações que possuam restrições de qualquer tipo, nem quanto ao uso, localização dos itens ou denominações que uma coleção possa vir a ter ou fazer parte. As doações devem ser avaliadas inicialmente através de listagem prévia e uma vez aceita, somente será assinado o contrato após conferência do acervo físico respeitando a maior parte dos itens 7.1 sobre as condições de incorporação.

Itens que por ventura venham a ser aceitos e incorporados e sofram danos físicos causados pelo uso inadequado, vandalismo, acidentes de qualquer natureza, subtraídos através de furto, sofrerem ação de agentes externos, químicos ou biológicos, podem ser analisados para que ocorra reposição deste material pelo responsável do dano, buscando-se com isso manter a coleção completa conforme sua formação. Não havendo possibilidade, estes itens enquadrar-se-ão nos itens 7.4.1 e 7.5.1 desta política.

7.2.2 Depósito legal

Os locais responsáveis pela gestão dos acervos particulares que venham a fazer a guarda desses acervos que por ventura formem coleções especiais em separado das coleções das Bibliotecas da UFSM, têm o dever de requerer o envio para depósito legal junto à mesma coleção, das produções científicas e culturais que venham a ser produzidas através da pesquisa nestes acervos. Os pesquisadores destas coleções receberão um formulário para registrar o compromisso do envio de relatórios, monografias, artigos, dissertações e teses que tenham sido gerados ou obtidos a partir da

contribuição da coleção consultada, como forma de agradecimento ao espaço de pesquisa e a valorização da coleção.

7.3 Políticas de Acesso

As obras incorporadas, após tratamento técnico adequado e definição a qual coleção ou coleções venham a pertencer, podem ser disponibilizadas para uso local ou empréstimo, conforme sugerido pela Comissão de Incorporação e definido pela Biblioteca depositária da coleção ou dos itens em separado que venha fazer a guarda.

Conforme avaliação, os acervos poderão vir a serem incorporados no todo ou serem desmembrados em partes ou itens e distribuídos nas coleções das Bibliotecas da UFSM para melhor usabilidade se assim for decidido pela Comissão de Incorporação, também podendo integrar em partes separadas ou itens específicos o Setor de Obras Raras da UFSM respeitando seu regramento de acesso.

As obras separadas obedecerão a definição de acesso conforme as coleções às quais vierem a integrar em cada Biblioteca e no caso de formarem uma coleção especial optando pela guarda no todo, o local poderá receber identificação específica e regramento de acesso também específico definido pelo local que fará a gestão dessa coleção, levando-se em conta os recursos disponíveis para fazer este gerenciamento.

7.4 Critérios para desfazimento

O desfazimento de um acervo bibliográfico recebido em doação ou partes deste deve considerar os seguintes critérios:

7.4.1 Condições dos suportes

Quando for verificado que o estado físico das obras apresentarem níveis de deterioração que sejam indicativos de perda de informação por vandalismo (depreciação de partes ou do todo de obras), sofram danos climáticos ou biológicos, que comprometam o valor destas, se o grau de

contaminação apresente riscos às demais coleções da biblioteca depositária, à saúde das pessoas e mostrarem a necessidade da não permanência destes itens, as obras serão analisadas para desfazimento.

7.4.2 Custo de restauro

Quando o custo referente ao reparo ou restauro do material recebido em doação for incompatível com as condições financeiras da biblioteca depositária e a Comissão de Incorporação não providenciar esforços para realizar parcerias ou projetos que provenham recursos para tal empreendimento e a situação do item motivar entendimento conforme o item 7.1.3, poderá ser indicado a não permanência dentre os itens ou coleções da biblioteca depositária e as obras serão analisadas para receberem baixa no catálogo.

O custo de restauro se as obras foram identificadas pelo item 7.1.5 como raras ou especiais, poderão ter acompanhamento direto do Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da UFSM que monitorará as condições de permanência e estudar em separado casos de restauração.

7.4.3 Falta de usabilidade

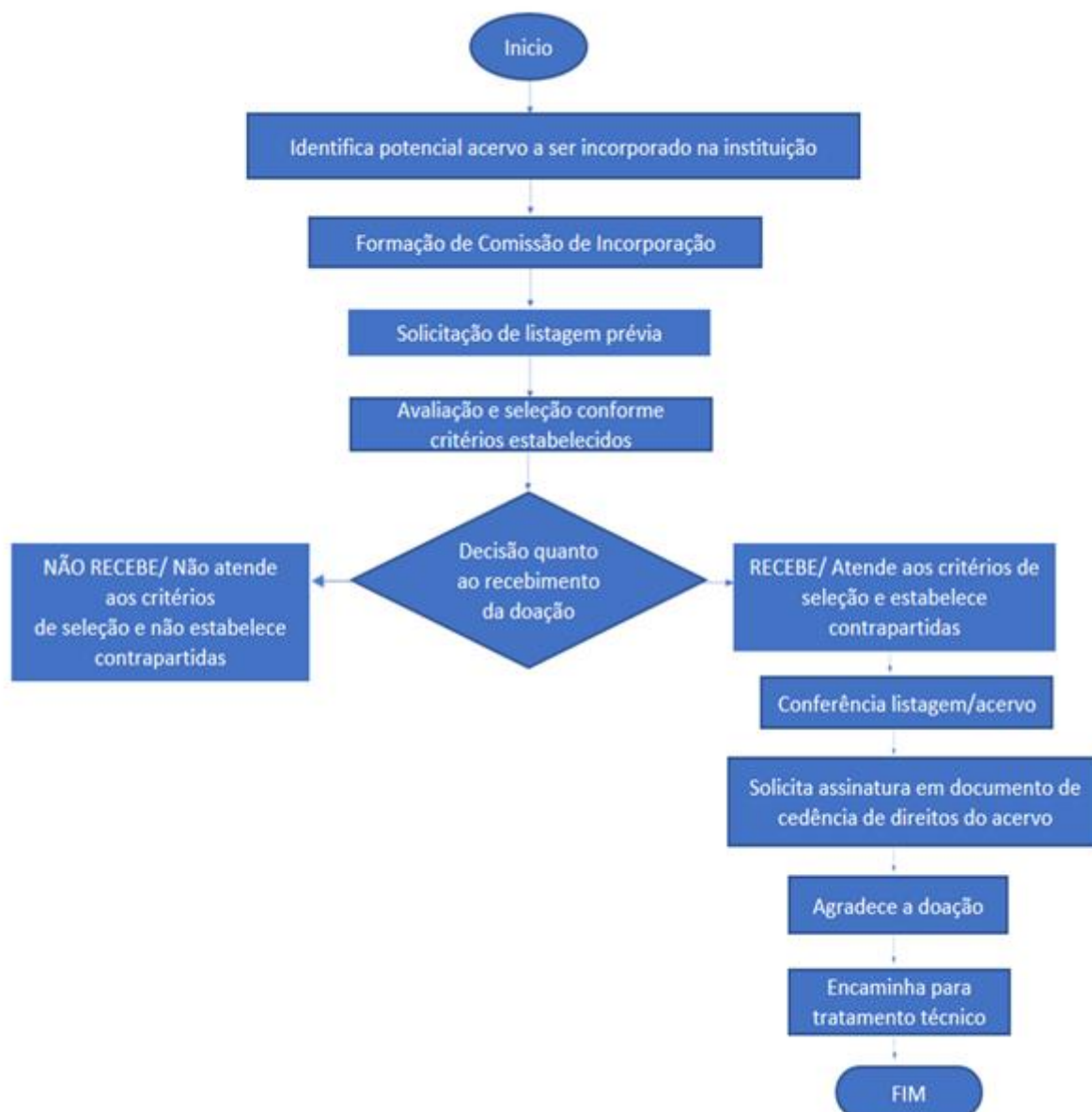
Quando for identificado mediante avaliação que as obras não tenham usabilidade a Comissão de Incorporação poderá ser convocada para emitir ciência sobre a necessidade de desbaste da coleção (troca de lugar no acervo para local reservado). A biblioteca depositária poderá selecionar materiais para desbaste e tomar as decisões quanto à mobilidade de materiais dentro das coleções ou sua realocação.

Em casos de mudanças nos locais de guarda, os acervos seguirão para uma reserva técnica, mantendo sua disponibilização no catálogo, podendo também alterar suas condições de acesso, o material então será colocado à disposição em local e horas previamente agendados com o setor que tiver sobre este a responsabilidade da guarda.

7.5 Formas de desfazimento - Baixa

Quando um item for considerado em estado de conservação impróprio para o manuseio; com risco de contaminação para as pessoas e para outras coleções da biblioteca depositária, ou tenha sofrido dano mecânico ou químico que tenha proporcionado perda de informação, as obras serão analisadas para entrarem em baixa no catálogo informatizado; de igual forma caso o item não venha a ser localizado em dois inventários consecutivos ocorrerá de igual maneira a baixa do item do catálogo, manifestando no inventário a motivação.

Fluxograma de avaliação e seleção de doações de coleções particulares.



Fonte: Leipnitz, Fernando (2017)

**APENDICE B - CONTRATO DE DOAÇÃO DE ACERVO
BIBLIOGRÁFICO (modelo)**

CONTRATO DE DOAÇÃO (modelo)

De um lado, _____
Identidade: _____, CPF _____, residente e domiciliado à _____, na cidade de _____, _____, parentesco de _____, denominado Doador.

Do outro lado, a Universidade Federal de Santa Maria, Instituição de Ensino Superior, CNPJ 95.591.764/0001-05, com sede na Av. Roraima, 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria, RS, CEP 97105-900, Brasil; neste ato representada pelo(a) Diretor(a) da Biblioteca _____, Sr(a) _____, doravante denominada biblioteca Donatária.

Na melhor forma de direito, doadores e donatária acima descritos estabelecem a presente doação, nos seguintes termos:

I – DO OBJETO DA DOAÇÃO

1.1 O objeto da presente doação, é o acervo literário, científico e cultural de _____, constituído por livros, periódicos e demais itens bibliográficos e que serão relacionados pela Biblioteca _____ (local depositário) onde receberá avaliação e após concluída a Biblioteca entregará uma listagem com todos os documentos recebidos em doação. Caso o Doador envie uma lista dos itens antecipada junto à doação a mesma será conferida no devido tempo do processamento técnico e avisada ao Doador sobre itens faltantes excluindo-se o Compromisso sobre os itens que não venham a estar entre os listados pelo Doador, valendo neste caso somente a listagem de conferência que liberará a assinatura deste Acordo.

II – DAS CONDIÇÕES DA DOAÇÃO

O Doador e a Donatária concordam com as condições abaixo:

2.1 O Acervo doado deve ficar nas dependências e em local a ser definido pelo corpo técnico e administrativo da Universidade Federal de Santa Maria, através da Biblioteca neste contrato identificada como Donatária do acervo, podendo conforme a avaliação separar os itens do todo, incluir itens em coleções específicas, selecionar itens considerados correntes e identificá-los para empréstimo e circulação, separar itens para serem depositados em locais específicos, definir outros como de guarda e acesso restrito e local, primando pela sua preservação.

2.2 O acervo doado destinar-se-á à pesquisa acadêmica e para tanto ficará à disposição do público mediante as condições e critérios estabelecidos pela Biblioteca identificada como donatária. Fica estabelecido previamente que os documentos doados a donatária são passíveis de consulta.

2.3 Com relação a cópia dos documentos doados à Donatária fica estabelecido que são autorizadas pelo Doador as reproduções parciais dos livros, periódicos e demais itens bibliográficos que compõe o acervo doado. As cópias poderão ser realizadas por digitalização ou fotografadas, desde que respeitando o direito autoral do autor da obra e motivada pela pesquisa acadêmica.

2.4 A exploração intelectual do acervo é permitida para publicações não comerciais de caráter exclusivamente acadêmico desde que atendam as seguintes exigências: A Donatária autorize a utilização do material; a parte interessada cite o acervo e a Donatária como fonte de pesquisa.

2.5 As publicações comerciais que possuírem relação intelectual com o acervo doado somente poderão ser publicadas com a expressa autorização da donatária.

2.6 Documentos inéditos somente poderão ser citados ou explorados em publicação comercial ou acadêmica mediante expressa autorização da donatária.

2.7 Ao receber o acervo a donatária realizará uma primeira seleção dos documentos, no prazo de 180 dias (prorrogáveis em mais 60 dias ou igual período inicial por questões de paralisação do serviço público no mesmo período), baseado nos critérios previamente estabelecidos em sua Política de Desenvolvimento de Coleções referente às doações de material bibliográfico disponibilizado para o doador antes do momento da doação. O acervo será avaliado observando-se minuciosamente o estado de conservação das obras e sua contribuição intelectual e cultural para a instituição mantenedora da donatária. Após observar a adequação do conjunto de documentos que compõe o acervo doado, os itens que não apresentarem condições de integrar o acervo da donatária serão disponibilizados para devolução aos doadores com prazo máximo de 60 dias para a retirada. Findo este prazo a donatária poderá realizar doação dos documentos para demais entidades interessadas ou procederá o descarte definitivo dos mesmos.

2.8 A donatária, em razão da responsabilidade acerca dos documentos que compõe o acervo que mantém sob guarda, pode realizar periodicamente revisão e avaliação dos acervos recebidos por doação no que diz respeito à cobertura e atualidade dos conteúdos, ao estado físico e à conservação dos suportes e/ou a incapacidade da donatária de seguir como depositária do acervo recebido por doação e optar pela reversão da doação aos doadores,

tendo igualmente o doador o prazo de 60 dias para a retirada após ser comunicado diretamente ou via edital publicado em jornais de circulação local. Findo o prazo pode ocorrer conseqüentemente o descarte do acervo ou parte deste.

III – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 O Doador afirma, ser na forma da lei, o senhor e legítimo possuidor, a justo título e absolutamente livre e desembaraçado, de quaisquer ônus, impostos e taxas de qualquer natureza, do acervo objeto do presente instrumento, respondendo por eventuais medidas judiciais e/ou extrajudiciais emergentes da presente doação.

3.2 O Doador, com o presente contrato entrega os direitos de exploração e pesquisa à donatária e a Donatária se exime de quaisquer divergências sobre a origem do acervo objeto deste contrato.

3.3 Afirma o Doador, ainda pelo presente instrumento e nos termos legais que, de sua livre e espontânea vontade, doa o acervo acima referido, passando a integrar o patrimônio da Donatária, que por este ato, se torna legítima proprietária e possuidora.

3.4 As partes elegem o Foro da Justiça Federal de Santa Maria, RS, para solução de eventual litígio advindo do presente instrumento.

3.5 Os casos omissos a este contrato que dizem respeito ao objeto desta doação serão definidos oportunamente entre as partes em termo aditivo.

E, estando assim ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas signatárias, para que surta os efeitos previstos em Lei.

Santa Maria, RS, ____ de _____ de _____.

Diretor(a) da Biblioteca _____

Doador _____

Testemunhas (membro da comissão)

Testemunhas (membro da comissão de avaliação da coleção a ser incorporada)

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE CONSULTA

O presente questionário faz parte da dissertação em desenvolvimento no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM, intitulada “Política de avaliação e seleção de doações: uma proposta para aplicação na análise de acervos particulares a serem incorporados às bibliotecas da UFSM”. Busca contribuir na elaboração em critérios de seleção que sirvam na avaliação e seleção de doações de acervos bibliográficos particulares encaminhadas às bibliotecas da UFSM.

Questões

1) Sua biblioteca recebe doações diretamente de seus usuários?

() Sim.

() Não. Qual motivo? (falta de espaço, falta de pessoal, infraestrutura etc).

2) Caso receba doações, no processo de seleção de doação você utiliza uma metodologia

() Empírica.

() Formalizada.

3) Dos critérios utilizados cite alguns considerados como mais importantes pela sua biblioteca na seleção das doações de material bibliográficos?

4) Solicita listagem prévia para avaliação?

5) Você possui um documento que formalize a doação de material bibliográfico à sua biblioteca? (ex.: termo de doação, contrato de doação, lista de itens recebidos em doação etc.

() Sim. Quais informações constam neste documento? (Por gentileza, envie).

() Não. Quais informações acredita que deveriam constar neste documento?

6) Caso você seja informado sobre a intenção de ser doada uma biblioteca particular à sua biblioteca, quais procedimentos você segue?
